

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**COOPERAÇÃO ENTRE CAMPONESES:
um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários**

MARIA DO SOCORRO DE LIMA OLIVEIRA

**Campina Grande – PB
Março de 2006**

MARIA DO SOCORRO DE LIMA OLIVEIRA

**COOPERAÇÃO ENTRE CAMPONESES:
um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Ghislaine Duque

**Campina Grande – PB
Março de 2006**

COOPERAÇÃO ENTRE CAMPONESES: um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários

BANCA EXAMINADORA

Dra. Ghislaine Duque – UFCG
(orientadora)

Dr. Luis Henrique Cunha – UFCG
(examinador interno)

Dr. Eric Sabourin – UNB/CIRAD
(examinador externo)

**DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG**

**Campina Grande – PB
Março de 2006**

À professoressa Ghi

AGRADECIMENTOS

A Deus, força invisível sentida em todos os momentos dos longos quatro anos em que estive envolvida na realização desta pesquisa, ajudando-me a superar todos os obstáculos através da fé.

Aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG, UFPB e UFPE.

Aos amigos Joãozinho, Rinaldo, Zezinho, Rose, Seres, Jussara e Sônia; cujo trabalho e compreensão foram indispensáveis;

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação da UFCG, UFPB e UFPE; pela generosa transmissão de conhecimentos e carinhosamente aos professores Ghislaine Duque, Luis Henrique Cunha, Marilda Menezes, Edgard Malagodi, Márcio Caniello e Nazareth Wanderley;

Ao GPAF, grupo de pesquisa que me ensinou a importância da Sociologia Rural através de um amplo espaço de discussão onde são compartilhadas experiências e conhecimentos.

A todos os colegas do GPAF que não estão mais presentes e especialmente os que acompanharam e incentivaram meu trabalho.

Aos colegas, Ednaldo, Valério, Stephanie e, especialmente a Neuma; amigos que compartilharam a aventura inesquecível que foi a pesquisa de campo.

Ao pesquisador Pablo Sidersky que generosamente compartilhou sua experiência de campo, ato indispensável à confecção desta dissertação;

Ao PROCAD que através do programa de bolsas me proporcionou o intercâmbio com o Programa de Pós-Graduação da UFPE;

Ao CNPq e ao CRS pelo financiamento da pesquisa de campo. E à CAPES pela bolsa de estudos.

Aos caros professores do CIRAD, Eric Sabourin e Jean-Philippe Tonneau, sempre presentes e disponíveis a colaborar com o enriquecimento de meus trabalhos;

A todos os membros da ASA-PB, pela disponibilidade e pela confiança que depositaram em mim;

Aos companheiros do PATAC, Afonso, Darc, Francisco, Glória, Sandra, Tonico, Walterlândio e especialmente Waldir por toda inquestionável ajuda;

Aos camponeses de Mandacaru que compartilharam comigo suas vidas e suas histórias; pela hospitalidade, atenção e disposição ao colaborarem com a pesquisa de campo;

Às queridas amigas Ramonildes, Maria e Nerize, por todo o incentivo e apoio que foram fundamentais nos momentos de realizações e de dúvidas;

Aos colegas de Mestrado, Ada, Adriano, Armênio, Clodoaldo, Denise, Eldo, Gilmara, Karlla, Kyara, Lamara, Marcelo, Marcos, Martinho, Roberto e Valesca; por todos os momentos que passamos juntos ao longo destes dois anos de estudos;

A minha família, meus pais Rufino e Maristela, minhas irmãs Patrícia e Stephanie, meu marido Júnior, minha filha Sophia, minhas sobrinhas Yanka e Michaela e minha sogra Socorro; por acompanharem meus passos e torcerem para que eu realize meus sonhos.

*Escrever sobre cooperação e solidariedade significa
escrever, ao mesmo tempo, sobre rejeição e desconfiança.*

Mary Douglas

RESUMO

Na Paraíba, várias ações estão sendo executadas desde a década de 1990 pela Articulação do Semi-Árido (ASA-PB) – um fórum de entidades e pessoas unidas com o objetivo de experimentar e propor alternativas sociais e tecnológicas visando a convivência do camponês com a região semi-árida. Uma dessas iniciativas diz respeito aos Fundos Rotativos Solidários (FRS) que podem ser caracterizados como uma associação de crédito rotativo baseada na cooperação dos atores envolvidos, a partir da reputação da qual gozam e dos laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade entre eles estabelecidos.

O objetivo dos FRS é possibilitar aos camponeses organizados em grupos a obtenção de crédito para construir um bem de baixo custo (cisternas de placas, barragens subterrâneas, cercas de tela, entre outros), sem juros bancários, cada membro contribuindo com sua força de trabalho para a construção desse bem. Mas o processo que envolve os FRS ultrapassa a questão da aquisição de um bem material, ele possibilita a inserção de novas práticas sociais baseadas na intervenção mediadora da ASA-PB que propõe um tipo de ação coletiva cuja intenção é possibilitar a gestão e organização dos FRS pelos próprios camponeses.

A pesquisa foi realizada na comunidade rural de Mandacaru localizada no município de Soledade, no Cariri paraibano. Os dados revelaram que os FRS se apóiam e reforçam os laços sociais de confiança, reciprocidade e solidariedade existentes na comunidade. É na comunidade que eles apresentam sua verdadeira forma, já que esta é vinculada diretamente à realidade das relações sociais lá estabelecidas. Os FRS dependem da maneira como os membros dos grupos se relacionam entre si e com os mediadores, bem como da forma como conduzem suas ações individuais e coletivas. Eles estão fortemente atrelados às normas de conduta e às regras sociais de um grupo.

Assim, se numa comunidade prevalecem o individualismo e relações sociais assimétricas, a cooperação de que os FRS necessitam para funcionar pode acentuar as desigualdades; ao contrário, se o aspecto mais forte é o sentimento de ajuda mútua que impulsiona as relações simétricas baseadas na pouca diferenciação entre os indivíduos, a cooperação é facilitada, reforçando o sentimento de solidariedade e a ação conjunta.

Em Mandacaru, a princípio, os FRS exacerbaram as diferenças sociais e a concentração do poder por parte de um grupo que historicamente ocupa um lugar de poder na comunidade. Contudo, as experiências compartilhadas pelos indivíduos, em particular o fato da comunidade ter a possibilidade de assumir a gestão dos Fundos e de decidir sobre sua utilização, criaram uma nova situação que facilitou a cooperação entre os camponeses de Mandacaru e o funcionamento satisfatório dos FRS.

Palavras chaves: Cooperação, Ação coletiva, Comunidade rural, Fundos Rotativos Solidários.

ABSTRACT

In the State of Paraíba, many actions have been coordinated by Semi-arid Committee – formed by the union of institutions and people whose aim is to introduce social and technological alternatives in order to allow the peasant to live within the semi-arid (ASA – PB) since the 90s. One of these alternatives is the Solidarity Circulating Funds (FRS) which is a credit circulation association based on the cooperation, reputation, solidarity ties, reliability and reciprocity among its members.

The objective of Solidarity Circulating Funds is to enable the peasants organized in groups to obtain credit for build some low cost goods such as water-tank, underground dams, wire fence. Each member cooperates with its labor force to build these goods.

The process which involves the Solidarity Circulating Funds overcomes the question of buying a material good, it promotes the insertion into new social practice guided by the Semi-Arid Committee Network which is based on the management and organization of the funds by the own peasants.

The research was done in the rural community of Mandacaru placed in the municipality of Soledade, in the Cariri Paraibano. Data revealed that the Solidarity Circulating Funds is supported on and reinforce the social ties of reliability, reciprocity and solidarity in the community. And it is in the community where they express their true face considering their direct insertion in the established social relations

The Solidarity Circulating Funds depend on how the members of the groups relate to each other and with the mediators, as well as how they conduct their individual and collective actions. They are strongly tied to social norms of the group.

Therefore, if in one community prevail the individuality and asymmetric social relations, the cooperation required by the Solidarity Circulating Funds can reinforce the inequalities; on the contrary, if the mutual aid feeling is the feeling which guides the symmetric relations, the cooperation is facilitated, reinforcing the solidarity feeling and the collective action.

In Mandacaru, at first, the Solidarity Circulating Funds exaggerated the social differences and the power concentration of the group who historically had a power position in the community. However, the shared experiences among the individuals, in particular the fact that the community has the possibility to take over the management of the funds and to decide about its use, have allowed a new situation which favors the cooperation among the peasants and the good management of the funds.

Key words: Cooperation, collective action, rural community, solidarity circulating funds

LISTA DE ABREVIACES

ANA

Agencia Nacional das guas

AP1MC

Diretoria da Associação Programa Um Milhão de Cisternas

ASA-BR

Articulação do Semi-rido Brasileiro

ASA-PB

Articulação do Semi-rido Paraibano

ASSESOAR

Associação de Estudos, Organização e Assistncia Rural

AS-PTA

Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

CAAASP

Central das Associações e dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano

CAMEC

Central das Associações do Município de Cacimbas

CEBs

Comunidades Eclesiásticas de Base

CEOP

Centro de Educação e Organização Popular

CEPFS

Centro de Educação Popular e Formação Sindical

CPT

Comissão Pastoral da Terra

CREs

Coletivo Regional de Educação Solidária

CRS

Catholic Relief Service

EMEPA

Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A

FEBRABAN

Federação Brasileira dos Bancos

FIDA

Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura

FRS

Fundos Rotativos Solidários

GPAF

Grupo de Pesquisa sobre Agricultura familiar

GRH

Gerenciamento de Recursos Hídricos

MDS

Ministério do Desenvolvimento Agrário

MESA

Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar

OSCIP

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

ONGs

Organizações não-governamentais

P1MC

Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido

PATAC

Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades

PAT

Programa Alimento por Trabalho

PMA

Programa Mundial de Alimentação

PRONAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROPAC

Programa de Promoção e Ação Comunitária da Diocese de Patos

SANBRA

Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro

STR

Sindicato de Trabalhadores Rurais

UG

Unidade Gestora

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 – Mapa do Semi-Árido brasileiro	21
Ilustração 02 – Primeira cisterna construída na Paraíba. Salão comunitário de Caiçara	26
Ilustração 03 – Reunião comunitária com membros de grupos de FRS	31
Ilustração 04 – Placa de registro das cisternas	40
Ilustração 05 – Mapa da comunidade Mandacaru	102
Ilustração 06 – Árvore genealógica da família que compõe a Comunidade Mandacaru	105
Ilustração 07 – Casa-sede da fazenda	108
Ilustração 08 – Planta da casa-sede da fazenda Mandacaru: residência do Vô Neco	108
Ilustração 09 – Porteira que marca a entrada da comunidade Mandacaru	113
Ilustração 10 – Campo de futebol de Mandacaru	117
Ilustração 11 – Escola e sede da associação	120
Ilustração 12 – Carteira de sócio	122
Ilustração 13 – Fábrica de beneficiamento do imbu	122
Ilustração 14 – Plantio de feijão em barragem subterrânea no período de estiagem	132
Ilustração 15 – Cisterna de placas construída na residência de um dos agricultores experimentadores.	132
Ilustração 16: Mutirão de construção da cisterna de Mauro, membro do novo grupo de FRS/2005.	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – História das cisternas de placas	24
Quadro 02 – 10 passos para a construção de uma cisterna	27
Quadro 03 – Tipologia dos novos atores coletivos no meio rural nordestino	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Comparação dos custos da cisterna tradicional e da cisterna de placas, de 18.000 litros	22
Tabela 02 – Etapas do Projeto Um Milhão de Cisternas	35
Tabela 03 – Localização e destino de migração dos netos do Vô Neco	114
Tabela 04 – O número de sócios nas famílias	121
Tabela 05 – Tipologia das famílias na comunidade Mandacaru, segundo sua situação socioeconômica	136
Tabela 06 – Distribuição das inovações feitas com o FRS por tipo de família	138
Tabela 07 – Distribuição de cisternas na comunidade	148

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – SOBRE OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: PROCESSO HISTÓRICO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	14
1.1. Algumas noções sobre as associações de crédito rotativo	15
1.2. Origem e funcionamento dos Fundos Rotativos Solidários de cisternas de placas	20
1.2.1. Fases do desenvolvimento dos Fundos Rotativos Solidários	23
1.2.1.1. 1ª fase: o surgimento e a formação dos Fundos Rotativos Solidários	23
1.2.1.2. 2ª fase: a atuação da ASA-PB na divulgação e disseminação da construção das cisternas de placas através do sistema de Fundos Rotativos Solidários	28
1.2.1.3. 3ª fase: o “fortalecimento” dos Fundos Rotativos Solidários a partir do Programa 1 Milhão de Cisternas	34
1.2.2. Mediação e processos que envolvem os Fundos Rotativos Solidários	41
1.2.2.1. Mediação e poder	45
1.2.2.2. A visão dos FRS a partir dos mediadores	47
CAPÍTULO II – COOPERAÇÃO: CONSTRUÇÃO DO CONCEITO E DEFINIÇÕES	49
2.1. A noção de cooperação entre os indivíduos: de Aristóteles aos contratualistas	50
2.2. Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon: a Contestação da Sociedade Capitalista e busca do Ideal Comunitário através da Cooperação	54
2.3. A Noção de Cooperação no Pensamento Sociológico de Marx, Durkheim, e Weber	61
2.4. O Debate Atual acerca da Ação Coletiva e da Cooperação	66
2.4.1. Mancur Olson: a ação coletiva e os interesses individuais	69
2.4.2. Elinor Ostrom: a importância das normas e das regras sociais para ação coletiva	72
2.4.3. Robert Putnam: a ação coletiva em comunidades cívicas	73
2.4.4. Cooperação: solidariedade, reputação confiança e reciprocidade	77
2.5. Os estudos de comunidade: a ênfase no lugar, no vínculo social e na cooperação	81
2.5.1. Ferdinand Tönnies e a Teoria da <i>Gemeinschaft</i>	82
2.5.2. Os estudos de comunidade Rural: tradição e vida social	85
CAPÍTULO III – OS FIOS QUE AMARRAM OS LAÇOS EM MANDACARU: PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE	91
3.1. Da Escolha do Objeto aos Passos da pesquisa	92
3.2. Universo da Pesquisa: a Comunidade Mandacaru	100
3.2.1. A história da comunidade Mandacaru	103
3.2.1.1. A Vida na Fazenda no Tempo do “Vô Neco”	106
3.2.1.2. A Vida Social e Cultural	107

3.2.1.3. Relações com o Mundo Exterior	110
3.2.1.4. O Crédito	111
3.2.2. A Comunidade hoje: Novas iniciativas organizacionais, novos atores e novas práticas	113
3.2.2.1. O Associativismo	119
CAPÍTULO IV – OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS DA COMUNIDADE MANDACARU: COOPERAÇÃO E APRENDIZAGEM COLETIVA	124
4.1. A implementação do Sistema Fundos Rotativos Solidários em Mandacaru	127
4.2. O funcionamento dos Fundos Rotativos Solidários em Mandacaru	128
4.2.1. Lógica individual e lógica coletiva	128
4.2.2. Ação coletiva, mediação e diferenciação socioeconômica	135
4.2.3. Reputação e confiança: elementos necessários à cooperação	141
4.3. Experiências comuns, aprendizagem coletiva	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
ANEXOS	168

INTRODUÇÃO

Era um momento de crise no abastecimento de água. Uma grande seca que já durava alguns anos. Não tinha mais água no açude de Soledade nem nos pequenos açudes e barreiros da zona rural. Os carros-pipas vinham de outras cidades para abastecer a zona urbana e a zona rural, onde a situação era mais crítica. Era uma situação emergencial. Não se tratava de salvar rebanhos e sim de salvar pessoas. O problema era que nas comunidades rurais não havia reservatório para depositar a água. Geralmente os pipas despejavam a água em locas de pedras ou mesmo em barreiros. Era mais lama do que água... Pessoas e animais amontoados à espera da água que chegava duas e até uma vez por semana. O que fazer? Perguntei ao meu parceiro (o padre da paróquia). Isso não pode continuar assim. Soubemos, um pouco mais tarde, de umas cisternas redondas que não eram construídas com tijolos e sim com placas de cimento armado que eram bem baratas em comparação com as tradicionais, quadradas. Eu e o Padre procuramos informações sobre essas cisternas novas. Realmente, eram bem em conta. O problema da falta de reservatórios poderia ser amenizado com a construção dessas cisternas. Mas, como construí-las? Não bastava fazer uma ou duas. Como construir cisternas para todos se não disponibilizávamos de recursos suficientes? De tanto pensarmos resolvemos fazer uma espécie de consórcio. A primeira foi feita, em regime de mutirão, no salão comunitário de Caiçara. Depois tínhamos verba para 6. De 6 cisternas a meta era a formação de 18 grupos de 5 famílias e fazer um consórcio entre essas famílias. A comunidade apoiou. E esse grupo se reuniu de forma muito intensiva inicialmente a cada oito dias, o pessoal vinha para a feira, se encontrava e discutia; depois deixou de ser de oito dias e passou a ser a cada 15 dias, depois a cada mês. Quando todas as cisternas estavam concluídas, a gente começou a perceber a necessidade de continuar. Continuamos... (Waldir, na época membro do STR de Soledade).

É nesse contexto que surgem no ano de 1993 os Fundos Rotativos Solidários (FRS)¹ no Cariri Paraibano, mais precisamente na Comunidade Rural de Caiçara, município de Soledade. Trata-se de uma forma de associação de crédito rotativo que possibilita, através da cooperação entre seus membros, a construção de um bem material preestabelecido. O primeiro projeto foi financiado pela Catholic Relief Service (CRS), em convênio como o Programa Mundial de Alimentação. O trabalho foi assumido pelo Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC) – organização não-governamental (ONG) que direciona sua ação para o meio rural – em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Soledade

¹ O nome *fundo rotativo solidário* é usado pelas instituições que criaram a associação de crédito rotativo. Portanto, resolvemos preservar o título original.

(STR) e com a Paróquia local. O objetivo era criar uma forma de disponibilizar recursos financeiros destinados à construção de cisternas de placas², já que o Município vinha enfrentando problemas no abastecimento de água, relacionados a uma forte seca, e a falta de infra-estrutura que suportasse um logo período de estiagem. A comunidade de Caiçara foi escolhida porque tinha grande deficiência em recursos hídricos; era uma comunidade populosa, e o carro pipa abastecia com água um buraco sem cerca, que frequentemente era invadido por animais. Além do mais, tinha na comunidade um grupo que refletia sobre o trabalho comunitário.

O primeiro FRS funcionou da seguinte maneira: certa quantia de dinheiro, correspondendo ao material de uma ou duas cisternas, foi emprestado a um grupo de famílias – após entendimento com a comunidade. Esse grupo comprometeu-se solidariamente a devolver o empréstimo, segundo as modalidades e o ritmo decididos em conjunto. A primeira família a ser beneficiada foi sorteada, e o trabalho foi geralmente realizado em conjunto, pelo sistema do mutirão. À medida que o volume das devoluções o permitia, as famílias seguintes eram sorteadas e novas cisternas construídas. Quando todas as famílias do grupo obtiveram suas cisternas, as últimas devoluções permitiram a criação de um novo fundo rotativo na comunidade, ou a aquisição de outro bem para o grupo.

A idéia era que, depois de construída a última cisterna de cada grupo, as últimas parcelas eram devolvidas ao PATAC que reiniciava outro grupo na mesma comunidade, se houvesse demanda, ou em outra comunidade cujas famílias estivessem necessitando de cisternas. O sistema de FRS difundiu-se por toda Paraíba; em primeiro lugar para as comunidades do Município de Soledade, e em segundo lugar para outros municípios do Estado. O trabalho de implementação dos FRS em outros Municípios se deu através da parceria com

² Uma cisterna de 3m. de diâmetro e 2,40m de altura exige 20 sacos de cimento, 34 kg de ferro e 8 kg de arame, 33 kg de zinco, 200 latas de areia (geralmente encontrada no local), 50 latas de brita, 5 kg de cal e 12 m. de canos de PVC.

diversas instituições que compõem o Fórum da Articulação do Semi-Árido da Paraíba (ASA-PB). Este Fórum reúne diversas entidades, inclusive o PATAC, desde 1993, para discutir e propor ações de convivência com o semi-árido nordestino.

O sistema original de FRS sofreu ao longo do tempo duas transformações básicas. A primeira é oriunda da descentralização do sistema por parte do PATAC, que estendeu e disseminou o trabalho com os Fundos Rotativos para outras instituições que compõem a ASA-PB, e a segunda é fruto da adesão, na Paraíba, ao Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido (PIMC), também conhecido como o Programa Um Milhão de Cisternas, mediante Fundos Rotativos.

A propagação dos FRS através das entidades que formam a ASA-PB conferiu-lhe modificações na forma de funcionamento. Isso porque cada instituição, cada Município do Estado da Paraíba, bem como cada comunidade, possuem suas especificidades. Portanto, as decisões de quem irá participar dos grupos, quem receberá as parcelas, se a devolução vai ser integral ou parcial em relação ao valor da cisterna, como deve ser o ritmo da devolução, onde o material para construção da cisterna vai ser comprado, e o que fazer com o montante advindo do último fundo, passaram a ser responsabilidade de cada localidade.

Cabe a cada instituição fomentadora dos recursos para o FRS motivar o primeiro grupo de cada comunidade e dar o treinamento para a construção das cisternas. Além do processo de “mobilização” social cujo objetivo é explicar os princípios norteadores dos FRS e organizar os grupos, é realizado um curso de gerenciamento de recursos hídricos. Após a primeira experiência, a mobilização fica por conta da comunidade. Quanto à construção das cisternas, geralmente um membro de outra comunidade que participou do processo de construção outrora, é convidado para ensinar o ofício aos membros da comunidade onde o trabalho está sendo iniciado (essa prática deu origem a um novo ofício, o de pedreiro de

cisterna de placa). Como no sistema original, é incentivada a formação de mutirões para construir as cisternas; prática que nem sempre é realizada por causa da distância geográfica entre as famílias, ou pela indisponibilidade dos membros do grupo. No entanto, há o engajamento dos membros da família para com a construção de sua própria cisterna.

Vale ressaltar que o controle do crédito recebido para iniciar um novo FRS passou a ser das comunidades, não havendo, portanto, devolução para a instituição de onde veio o recurso necessário para começar o consórcio. Essa transformação é fruto do envolvimento das diversas instituições que assumiram o trabalho com os FRS na Paraíba já que cada uma disponibilizava recursos oriundos de projetos feitos em parceria com organizações nacionais e internacionais. Desta forma, a relação creditícia inicialmente pensada entre os membros das comunidades e o PATAC, passou a ser da comunidade com seus membros.

As comunidades, ao gerenciarem esses recursos, têm consciência de sua origem externa. Ao optarem por geri-los na forma de fundos rotativos, criam associações de crédito próprias e com regras adaptadas às suas realidades. Dentro da dinâmica comunitária foi inserido um processo onde as regras de gestão dos recursos, os beneficiários e as formas de atendimento das famílias mais empobrecidas são discutidos internamente.

Os FRS disseminaram-se mais ainda a partir do final de 2001 e início de 2002, com o projeto de transição do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido (PIMC) em convênio com a Agência Nacional das Águas (ANA). Esse programa tem como meta a construção de um milhão de cisternas de placas no semi-árido brasileiro. Em todos os Estados as cisternas são doadas a fundo perdido, porém na Paraíba³, resolveu-se utilizar esse recurso para fortalecer os fundos rotativos. Existia por parte da ASA-PB o receio de que um trabalho de quase dez anos fosse prejudicado, caso as cisternas fossem doadas sem

³ Algumas localidades da Bahia que já trabalhavam com Fundos Rotativos também continuaram dessa forma pelo PIMC.

contrapartida, já que, segundo os membros desse fórum, os FRS são uma forma de incentivar a organização comunitária e a autonomia dos camponeses; pois, a organização dos grupos, o gerenciamento dos recursos e a construção das cisternas são responsabilidades da comunidade.

Em 2003, com a nova etapa de consolidação e extensão do PIMC, em convênio com o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA) e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), a divulgação das cisternas e dos Fundos Rotativos conheceu um ritmo acelerado (envolvendo um valor de R\$ 5.056.043,00, só na Paraíba), exigindo a montagem de 8 unidades gestoras no Estado e um processo intensivo de formação administrativa.

A adesão ao PIMC transformou profundamente o sistema de FRS. A rapidez em que as cisternas são construídas para que as metas do Programa sejam cumpridas, atropela às vezes os processos sociais necessários à adequação dos fundos à realidade das comunidades. Além do mais, o uso de recursos vindos de um programa social do Governo Federal gerou um profundo questionamento e debate a respeito do caráter legal da transformação de verbas governamentais, a fundo perdido, em verbas fomentadoras de fundos rotativos que sugerem a devolução do valor recebido por cada família para que outras sejam contempladas com o mesmo benefício⁴.

Delimitação e Construção do Objeto de Estudo

Perante o quadro acima descrito, a respeito do surgimento, do funcionamento e das modificações pelas quais os Fundos Rotativos Solidários passaram ao longo dos seus treze anos de existência; percebe-se um conjunto complexo de atores sociais, de estratégias de ações, de contextos econômicos, políticos e socioculturais. Esta complexidade sugere inúmeras possibilidades de recorte e análise da realidade a ser estudada, tornado o trabalho de compreensão e sistematização dos resultados um esforço oneroso para o pesquisador que pode

⁴ De fato, as verbas públicas permanecem a fundo perdido, não para cada família individualmente, mas para a comunidade.

correr alguns riscos, como o de generalizar situações distintas que necessitariam ser compreendidas em suas especificidades, bem como o de simplificar processos e reduzir a realidade social a conjunturas desconexas e desprovidas de sentido sociológico.

Apesar destas limitações e dos perigos que a prática sociológica nos oferece no respeito à apreciação científica do sistema de Fundos Rotativos Solidários, há duas maneiras convencionais de apreender este objeto de estudo: agir de forma dedutiva para ir do todo às partes, ou de forma indutiva das partes ao todo. Eis o dilema científico que nos coloca entre a generalização e a simplificação.

Lançando mão destas duas possibilidades, agimos de uma forma não corriqueira que envolveu um jogo de idas e vindas no método indutivo, intercalado pelo método dedutivo⁵, a saber; no ano de 2002 quando estávamos iniciando as primeiras reflexões sobre os FRS, tínhamos uma enorme dificuldade para compreendê-los. Não bastava participar de reuniões da ASA-PB e ouvir os debates e reflexões. Também não era suficiente visitar comunidades para fazer algumas observações de campo, bem como, perguntas aos camponeses. Naquele momento, era necessário entender as regras gerais que estavam por traz da organização e do funcionamento do Sistema. Foi quando, no início de 2003, uma pesquisa nos foi encomendada pela ASA-PB. Tratava-se de uma avaliação dos FRS a nível estadual. Sendo assim, vários Municípios e inúmeras comunidades foram pesquisadas.

Esta experiência foi imprescindível para entender os FRS de forma geral: sua história, sua disseminação pelo Estado, os aspectos políticos e econômicos que os envolvem, os arranjos que foram feitos por cada comunidade ... Porém, se essa apreciação do todo nos deu a chave para compreendê-los nos seus princípios, não foi suficiente para encontrar a lógica que está por trás de seu funcionamento interno a nível das comunidades.

⁵ Essa proposta metodológica que vai do método indutivo para o dedutivo e depois retorna à indução, encontra-se na obra de vários autores e, mais expressivamente, na obra de Karl Marx.

Descobrimos que a essência dos FRS não está no todo e sim nas partes. Pois, no todo estão contidas suas regras gerais e comuns. No entanto, a flexibilidade que é dada a cada comunidade como gestora dos grupos de FRS, confere-lhe o verdadeiro significado prático. São as particularidades de cada local que dão forma ao Sistema. Sendo assim, não há um Fundo Rotativo igual a outro. São as características socioculturais, econômicas, políticas e até mesmo ambientais de cada comunidade que atribuem sentido a ele. Tentar investigá-lo como um fenômeno unificado é abrir mão da riqueza que uma análise localizada pode nos oferecer.

Fizemos uma escolha. Poderíamos estudar o sistema dos fundos rotativos em sua acepção mais geral como uma política pública criada pela sociedade civil e apropriada pelo Estado a partir do P1MC. Deixamos essa possibilidade para outra ocasião. Ainda envolvendo o todo, teríamos a opção de estudá-los em sua dimensão socioeconômica, buscando a importância de uma forma de associação de crédito diferenciada para produção e reprodução da vida campesina. São várias as possibilidades. No entanto, em virtude das particularidades de uma Dissertação de Mestrado⁶, resolvemos apostar na riqueza de um estudo de caso sobre os FRS numa comunidade rural: a comunidade Mandacaru⁷, município de Soledade no Cariri paraibano.

Por que comunidade? Os FRS são formados por grupos de vizinhos que ocupam um espaço denominado, inclusive pelos agentes da ASA-PB, de comunidade. Não há grupo de Fundo Rotativo composto por camponeses de localidades distintas. A proximidade entre eles é um elemento estratégico para o funcionamento dos fundos. Pois, os laços entre pessoas que

⁶ O exercício de Dissertação nos coloca algumas dificuldades, tais como: pouco tempo destinado à pesquisa, a exigência de cumprimento de prazos e a limitação de número de páginas. Assim sendo, trata-se de um exercício onde a delimitação do objeto torna-se uma estratégia importante.

⁷ Por nos propormos a realizar um estudo onde estão envolvidas diretamente as relações sociais, resolvemos omitir o nome verdadeiro da comunidade e dos entrevistados com o intuito de proteger suas identidades. Em vez de utilizarmos abreviaturas, achamos mais conveniente atribuir-lhes nomes fictícios. No entanto, para facilitar a compreensão, o nome das entidades que atuam na comunidade não será modificado.

convivem num mesmo local, compartilhando a vida cotidiana, facilitam a formação de grupos cooperativos, bem como favorecem a coesão e coerção de que o Sistema de FRS necessita.

Os camponeses de Mandacaru denominam, com muita ênfase, o lugar onde moram de comunidade: a “Comunidade Mandacaru”. Além deles se conhecerem como membros da comunidade, são reconhecidos pela vizinhança como tais⁸. Mandacaru possui uma constituição bem particular que fortalece um sentimento de pertencimento entre seus componentes que descendem de um mesmo tronco familiar, constituindo, atualmente, uma parentela composta de 29 famílias.

Chamamos de camponês⁹ aquele tipo de agricultor que está ligado aos demais por uma forte relação bilateral de conhecimento global e possui consciência de ser conhecido do mesmo modo. A agricultura camponesa pode ser considerada como uma forma particular de agricultura familiar. Trata-se efetivamente, de uma agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação família-produção-trabalho, porém possui particularidades que a tornam específica no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito à forma de produzir, aos objetivos da atividade econômica e às experiências de sociabilidade.

O campesinato é um sistema que funciona através da estreita associação entre a unidade de produção e a família, de que resulta a interdependência entre a organização de produção e as necessidades de consumo do grupo doméstico. No que se refere à vida social, a agricultura camponesa está fortemente inserida num território, comunidade, lugar de vida e de trabalho, cuja forma de sociabilidade é baseada nas relações sociais de confiança, solidariedade e reciprocidade enraizadas pelo parentesco. Sendo assim, os agricultores de Mandacaru, a

⁸ Sabemos da influência histórica das comunidades eclesiais de base que atuaram na região na década de sessenta, bem como, recentemente, da ação do STR e das ONG's que reforçam a todo momento o uso da palavra comunidade. Acreditamos que estes fatores influenciaram os membros de Mandacaru. No entanto é a constituição específica do lugar - formado por uma única parentela - e sua história que lhe conferem o significado maior.

⁹ Ver capítulo II.

partir do seu modo de vida e do seu tipo de produção, podem ser compreendidos como camponeses.

Adotar a denominação “comunidade rural camponesa” ou admitir estar fazendo um estudo que leva em consideração a noção de comunidade pode nos levar a alguns contratempos que esse tipo de estudo geralmente oferece; trata-se da tendência a entender essa realidade social como uma estrutura tradicional inutável, com limites geográficos e composição social fixa e estanque, ou como um ente cuja composição específica a separa radicalmente da “sociedade envolvente” (WANDERLEY, 2002). Não há barreiras delineadas entre comunidade e sociedade (ELIAS, 2000). São os laços sociais estreitos que os indivíduos mantêm entre si, associados ao senso de identidade e ao sentimento de pertença de cada um, que dão significado ao lugar que denominam de comunidade (COHEN, 1995). *Logo, comunidade será entendida como uma entidade simbólica cujo sistema de valores se apóia em laços sociais baseados no parentesco, vizinhança e amizade proporcionando aos seus membros um senso de identidade e pertencimento* (TÖNNIES, 1979; COHEN, 1995). Neste sentido, Mandacaru pode realmente ser compreendida como uma comunidade, não apenas porque os camponeses assim a denominam mas também pelo sentido científico da palavra.

Em Mandacaru, as relações sociais entre os camponeses constituem laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade, bem como conflitos que surgem a partir da disputa por posições de comando e interesses individuais divergentes. O sistema de FRS insere-se nesse denso tecido social. Por um lado, ele se apóia nos laços sociais que favorecem a cooperação, e por outro, esses laços não o imunizam dos conflitos e das disputas lá existentes.

Portanto, nossa intenção é analisar como se dá a cooperação entre os camponeses da comunidade Mandacaru a partir do sistema de Fundo Rotativo Solidário, bem como entender se os laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade; associados a reputação e aos interesses individuais e/ou coletivos, podem facilitar ou emperrear a ação cooperativa.

Pelo que consta, a partir da exploração do campo pesquisado, as questões que envolvem a noção de cooperação constituem uma peça-chave na análise do Sistema de Fundos Rotativos. Isso porque a base de seu funcionamento é a cooperação entre os membros dos grupos que o formam. Um depende efetivamente do outro para que haja rotatividade e perenidade do fundo. Caso aconteça alguma deserção, os demais serão prejudicados e a manutenção do sistema pode ser afetada ao ponto dele não funcionar mais.

Então, a cooperação é aqui entendida enquanto um tipo particular de ação conjunta em que dois ou mais indivíduos ou grupos têm o interesse de atuarem em conjunto para a consecução de um objetivo.

A cooperação que favorece o funcionamento dos FRS apóia-se na reputação dos indivíduos e nos laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade que são elementos facilitadores da ação coletiva. Eles fornecem a coesão e a coerção necessárias à manutenção das relações entre indivíduos ou grupos que cooperam.

- A *solidariedade* é a condição do grupo que resulta da comunhão de atitudes e de sentimentos (DURKHEIM, 1994). Esta comunhão possibilita a cooperação ao passo que favorece a produção de respeito, fidedignidade e eficácia que os indivíduos ou grupos necessitam para manter-se cooperando.
- A *reputação* é um elemento requisitado todas as vezes que não há garantias formais de que serão cumpridos os pactos feitos entre os indivíduos membros de um grupo. Nestes casos a ação cooperativa só é possível mediante a associação entre aqueles que desfrutam de “boa reputação”, excluindo os que não transmitem confiança (OSTROM, 1990).
- A *confiança* torna-se essencial quando a monitoração da ação coletiva é difícil, a decisão de aderir a uma iniciativa cooperativa torna-se passível do risco de deserção de

outros. Na ausência da certeza de que os outros agentes irão cumprir as regras contratuais, é a confiança que supera as incertezas e minimiza o valor dos custos (VÉLEZ-IBANÉZ, 1993; PUTNAM, 2002).

- A *reciprocidade* pode ser entendida como sendo balanceada ou específica, e generalizada ou difusa. A primeira diz respeito à permuta e a segunda refere-se a uma contínua relação de troca que a qualquer momento pode se desfazer (SAHLINS, 1972; OSTROM, 1990; PUTNAM, 1996). Os FRS inserem-se no tipo de reciprocidade generalizada, onde não se tem total garantia de retorno e cujo ciclo pode ser quebrado a qualquer momento.

A cooperação é fruto, também, da vontade e do interesse dos membros dos grupos. Os interesses podem ser de várias naturezas e podem ser motivados por inúmeras razões coletivas e individuais. Eles são importantes para a formação e manutenção de grupos cooperativos (HINDESS, 1996). Em relação aos FRS, o interesse em possuir a cisterna motiva os indivíduos a cooperarem para alcançarem esse bem. Após a formação dos grupos, há também o interesse coletivo em manter a cooperação para garantir que os membros recebam o benefício um a um.

Vale salientar que a cooperação não se sustenta apenas pela ação interessada dos indivíduos, principalmente a longo prazo. Daí a importância dos laços sociais para a sustentação da ação coletiva. Eles dão um tipo de suporte coletivo capaz de provocar a coesão que os interesses, sozinhos, não ofereceriam.

Tentaremos proceder a nossa análise da cooperação entre camponeses a partir do sistema de Fundo Rotativo Solidário através de aspectos diferenciados que envolvem as concepções, que chamamos, grosso modo, de “culturalistas” e “individualistas”, levando em consideração as normas socioculturais, bem como a ação racional e interessada dos indivíduos.

Organização do texto de Dissertação

Além desta introdução, a Dissertação é composta por quatro capítulos, a saber:

No Capítulo I – **Sobre os Fundos Rotativos Solidários: processo histórico e principais características** – mencionaremos algumas noções acerca das associações de crédito rotativo. Em seguida descreveremos aspectos do processo histórico e do funcionamento dos Fundos Rotativos Solidários, bem como o tipo de mediação e as características dos mediadores que os fomentam.

No Capítulo II – **Percurso histórico, conceitos e definições acerca da cooperação** – mostraremos como a noção de cooperação se fez presente no pensamento ocidental através de reflexões que partem de Aristóteles até a constituição do pensamento sociológico. Depois evidenciaremos a questão da ação coletiva e da cooperação na perspectiva da teoria da escolha racional e a crítica feita por alguns autores a esta concepção. Este trajeto servirá de base para o entendimento da cooperação. Em seguida, apresentaremos as definições e os conceitos que envolvem a noção de cooperação: solidariedade, confiança, reciprocidade e interesses.

No Capítulo III – **Os fios que amarram os laços em Mandacaru: pesquisa e caracterização da comunidade** – evidenciaremos, primeiramente, a escolha do objeto de estudo e os passos da pesquisa de campo. Em seguida, faremos uma caracterização da comunidade Mandacaru, mostrando como se deram sua constituição e a formação dos laços sociais que permeiam as relações dos camponeses.

Finalmente no Capítulo IV – **Os Fundos Rotativos Solidários da comunidade Mandacaru: cooperação e aprendizagem coletiva** – analisaremos o funcionamento dos

Fundos Rotativos de Mandacaru e como se dá a cooperação a partir deles, levando em consideração às especificidades dos laços sociais e do tipo de sociabilidade lá existente.

Seguem-se as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos.

CAPÍTULO I

Sobre os Fundos Rotativos Solidários: processo histórico e principais características

As associações de crédito rotativo, por mais amenas que sejam as suas reuniões, representam algo mais do que entretenimento social ou altruísmo. (...) 'Uma associação de crédito rotativo só pode funcionar se todos os membros continuarem cumprindo suas obrigações'. Mesmo assim tais associações prosperam quando não há um Leviatã pronto para punir a deserção.

Robert D. Putnam¹⁰

Tipos informais e tradicionais de transações creditícias fazem parte da rede de relações sociais de que dependem os indivíduos e as famílias no meio rural. Comprar fiado, tomar dinheiro emprestado para aproveitar uma oportunidade econômica, constituir uma caixinha entre amigos e vizinhos, fazer seguro-funeral, são apenas algumas das formas que possibilitam a reprodução dos indivíduos; elas passam por laços que são, ao mesmo tempo, sociais, pessoais e financeiros. São as relações sociais e pessoais que servem de garantia para a relação financeira, garantia esta que nem de longe um banco aceitaria para liberar crédito.

Porém, esse tipo de economia horizontal não possui recurso monetário suficiente e, portanto, não pode ser encarado como solução econômica para a demanda de serviços financeiros dos que estão à margem do Sistema Bancário. Neste sentido, as associações de crédito rotativo têm se tornado um fenômeno presente em toda parte do mundo, constituindo uma alternativa que por um lado, disponibiliza algum recurso financeiro para o crédito e por

¹⁰ PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

outro, leva em consideração as relações sociais e pessoais entre os indivíduos que em princípio devem garantir o reembolso da dívida.

Diante da expressão que as associações de crédito vêm ganhando em diferentes localidades, vários estudos têm sido realizados para entender as particularidades e a importância destas associações. Estes estudos possuem algumas características em comum, a saber:

- as associações surgem como uma alternativa que supre algumas necessidades financeiras em tempos de crise econômica;
- a cultura é um elemento-chave para a compreensão da produção e reprodução das associações;
- elas são explicadas a partir do tipo de relações e dos laços sociais que constituem os grupos envolvidos;
- a cooperação é um mecanismo fundamental para o funcionamento das associações de crédito rotativo.

Estas características também podem ser percebidas na associação de crédito rotativo do Estado da Paraíba, aqui estudada, chamada de Fundos Rotativos Solidários (FRS). Entretanto, antes da história, descrição e principais características dos FRS, faz-se necessário resgatar as noções básicas e lembrar os principais estudos feitos a respeito das associações de crédito rotativo.

1.1. Algumas noções sobre as associações de crédito rotativo

As Associações de Crédito Rotativo ou Fundos Rotativos¹¹ não são fenômenos novos, nem tão pouco localizados em uma parte específica do Planeta. “Da Nigéria à Escócia, do

¹¹ É frequente nos estudos em nível internacional o uso da nomenclatura *associação de crédito rotativo* em vez de *fundos rotativos*. Na realidade não são fenômenos distintos. O nome *associação de crédito* não confere nenhuma diferenciação de natureza ou de formalidade institucional. Foi verificado nos estudos de Vélez-Ibañez (1993) e no de Hugon (1993) que geralmente os grupos locais chamam as associações pelo nome de *fundos rotativos*. Porém, entre os pesquisadores, é mais comum o uso da expressão *associação de crédito rotativo*.

Peru ao Vietnã, do Japão ao Egito, dos imigrantes antilhanos do leste dos Estados Unidos aos chicanos do oeste, dos iletrados aldeões chineses aos bancários e aos analistas econômicos da Cidade do México, raro é onde não se tenha notícia das associações de crédito rotativo” (PUTNAM, 1996, p. 177).

As primeiras associações de crédito rotativo das quais se tem registro são contemporâneas da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, conseqüentemente, do advento da sociedade capitalista. Segundo Cole (1944) e Gide (1971), ao longo da história elas surgiram como uma forma embrionária de algumas cooperativas de crédito organizadas pelos trabalhadores das indústrias no século XIX.

Algumas destas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de Sociedades Benéficas cujos membros provinham do mesmo ofício. Em outros casos, pequenos grupos de trabalhadores simplesmente se uniram sem qualquer patrocínio formal e iniciaram associações rotativas por conta própria (...) que se tornaram, mais tarde, sociedades cooperativas (COLE, 1994, p. 24-25).

Embora Cole tenha ligado a origem das associações formais de crédito rotativo ao surgimento do capitalismo, não há como precisar em que época essas associações surgiram e se elas podem ser entendidas como um fenômeno unicamente da sociedade capitalista. De acordo com Coate & Loury (1992), tipos informais de associações de crédito são comuns em sociedades que fazem uso de moeda.

De forma genérica, as associações de crédito rotativo são formadas por grupos de pessoas que aceitam contribuir regularmente para um fundo monetário destinado, integral ou parcialmente, a cada contribuinte de forma alternada. (GEERTZ, 1962; VÉLEZ-IBAÑEZ, 1993; COATE & LOURY, 1992; ARDENER, 1964; PUTNAM, 1996; BITTENCOURT, 1991).

Essas associações assumem diversas formas e possuem diversos fins que estão relacionados à constituição e aos objetivos dos grupos que as criam. Elas podem ser de cunho

apenas financeiro, quando o grupo divide o montante arrecadado e cada um faz o que bem entender com sua parte. Como enfatiza Putnam (1996, p. 177), “*numa associação de crédito rotativo com 20 membros, por exemplo, cada um contribui com um montante mensal equivalente a um dólar, e todo mês um membro diferente recebe esses 20 dólares para gastar como bem entender*”. Essas associações também podem ser direcionadas a um fim preestabelecido, onde se contribui com uma quantia exata para adquirir um bem desejado por cada membro do grupo. É o caso de um grupo de prisioneiros que formou uma associação de crédito rotativo para comprar maconha (VÉLEZ-IBAÑEZ, 1993); ou ainda, da baixa classe trabalhadora dos Estados Unidos que criou associações de crédito para financiar a compra ou reforma de casas (ARDENER, 1964).

Historicamente, a formação de associações de crédito está ligada às necessidades de grupos marginais ou subalternos que possuem dificuldades de acesso ao crédito fornecido por agências oficiais de financiamento - como foi o caso da classe trabalhadora no século XIX. Atualmente essas associações são organizadas ou contemplam indivíduos e grupos com a mesma dificuldade de conseguir crédito, unindo-se em um esforço *cooperativo* para obterem a realização de seus *interesses*.

Porém, deve-se destacar que tal qual no século XIX, essas associações nem sempre partiram da iniciativa dos associados. Elas, na maioria das vezes, são financiadas por grupos filantrópicos, organizações não-governamentais (ONGs) ou bancos que têm o objetivo de promover o desenvolvimento das áreas pobres do planeta.

Por estar presentes em todos os continentes do planeta, as associações de crédito rotativo foram e continuam sendo objeto de estudo de inúmeros pesquisadores no mundo todo, abrangendo várias áreas de conhecimento. Portanto, há uma vasta literatura que trata deste tema. Porém, alguns estudos se destacam nas Ciências Sociais, como é o caso do estudo clássico acerca das associações de crédito rotativos de Clifford Geertz (1962), *The rotating*

credit associations: a middle rung in development, estudo no qual é mostrado como os camponeses da Ilha de Java se uniam, de forma cooperativa, através de associações de crédito rotativo que ultrapassavam uma simples operação financeira, já que envolviam uma complexa teia de laços sociais de confiança e ajuda mútua.

Na África, as associações de crédito rotativo surgiram em 1973, numa época de grande seca, quando algumas ONGs criaram programas de financiamento, com capital de instituições filantrópicas internacionais, para prover projetos dos camponeses, tais como ações produtivas voltadas à agricultura e à pecuária, bem como o melhoramento da infra-estrutura das propriedades. Segundo Hugon (1996), o objetivo das ONGs era criar um capital permanente para as organizações camponesas de modo que essas pudessem se auto-gerir no futuro.

O destaque para as pesquisas feitas na África vai para o francês Philippe Hugon, professor da Université Paris X – Nanterre, que desde a década de 1980 dedica seus estudos à economia africana. Em 1996, Hugon publicou dois estudos que revelaram a importância das associações de crédito rotativo para economia e organização social africana. São eles: *Incertitude, précarité et financement de proximité* e *L'impact des politiques d'ajustement sur les circuits financiers informels africains*. Hugon enfatiza, nestes estudos, que as incertezas econômicas e a precariedade material enfrentadas por alguns grupos africanos favorecem o surgimento de associações de crédito rotativo ou o financiamento de proximidade.

Atualmente, muitos estudos foram feitos a respeito desse fenômeno, com destaque para a pesquisa do mexicano Carlos Vélez-Ibañez (1993): *Bonds of mutual trust: the cultural systems of rotating associations among urban Mexicans and Chicanos*. Ele pesquisou vários grupos de mexicanos que vivem em zonas pobres do México e do noroeste dos Estados Unidos. Neste estudo, o autor identificou que em situações financeiras difíceis, grupos e indivíduos tendem a se unir para enfrentar as adversidades, criando estratégias de adaptação.

No caso estudado, os grupos formaram associações de fundos rotativos. Ele destaca que a cooperação se deu através dos laços sociais de confiança e de reciprocidade. Para ele, esse tipo de associação pode ser entendido como um fenômeno de adaptação econômica baseada na reciprocidade e na confiança (VÉLEZ-IBÁÑEZ, 1993).

No mesmo sentido, em *Comunidade e Democracia*, Robert Putnam (1996) destaca as associações de crédito rotativo como grupos que cooperam para alcançar determinados fins, que individualmente não conseguiriam atingir; nesses casos, a confiança é um elemento básico para a cooperação.

Já no Brasil, não conhecemos registro de publicações acadêmicas voltadas especificamente às associações de crédito rotativo¹². O que existe são menções e algumas reflexões por parte de pesquisadores que estudam a questão do sistema creditício brasileiro, ou mais precisamente os que pesquisam sobre o cooperativismo. Tais são os casos dos estudos sobre Economia Solidária de Paul Singer (2000 e 2001) e das pesquisas sobre cooperativismo de Gilson Alceu Bittencourt (2001) e Mônica Schröder (1998), entre outros. Há também um material abundante que vem da produção bibliográfica das ONGs, publicado em manuais, revistas e relatórios. Porém, este material apenas relata experiências sem analisá-las.

Diante da importância social destes estudos localizados em vários lugares e em culturas diferenciadas, bem como da escassez de pesquisas feitas no Brasil, e mais precisamente no Nordeste brasileiro, estudaremos o caso específico de associação de crédito

¹² Duas razões podem ser levantadas para explicar o desinteresse acadêmico acerca deste tema: em primeiro lugar, as associações de crédito rotativo podem ser consideradas fenômenos sociais recentes e localizados na zona rural brasileira. As primeiras experiências registradas são; o Fundo Rotativo organizado pela Associação de Estudos, Organização e Assistência Rural (ASSESOAR), no sudoeste paranaense em 1989 e a experiência de Fundos Rotativos Solidários do Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC), no Cariri paraibano a partir de 1993. Em segundo lugar, os estudos sobre cooperativismo levantam o fato de que o sistema de fundo rotativo aparece como uma forma primeira de cooperação que evoluiu para o sistema de cooperativa (BITTENCOURT, 2001; SCHRÖDER, 1998). Portanto, aparecem como uma parte específica de estudos sobre cooperativas de crédito.

rotativo que surgiu no Cariri da Paraíba, chamado pelas lideranças da Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA-PB) e pelos camponeses de Fundos Rotativos Solidários.

1.2. Origem e funcionamento dos Fundos Rotativos Solidários: o caso das cisternas de placas¹³

Os Fundos Rotativos Solidários de cisternas de placas surgiram, na Paraíba, em 1993 na comunidade rural de Caiçara (Município de Soledade, Cariri paraibano). Trata-se de uma forma de associação de crédito rotativo que possibilita, através da cooperação entre seus membros, a construção de um bem material preestabelecido que no princípio era apenas a cisterna de placas e depois se estendeu contemplando outras tecnologias apropriadas à convivência com a Região Semi-Árida, tais como: silos, barragens subterrâneas, cercas de telas, etc.

O Semi-Árido Brasileiro se estende por uma área que abrange a maior parte de todos os estados da Região Nordeste (86,48%), a região setentrional do estado de Minas Gerais (11,01%) e o norte do Espírito Santo (2,51%), ocupando uma área total de 974.752 Km².

De acordo com o IBGE (Censo de 2000) a área do semi-árido do Brasil foi delimitada e compreende o conjunto de suas unidades geo-ambientais onde ocorre vegetação dos diferentes tipos de Caatinga, característica de clima seco e com irregularidade pluviométrica.

Uma pequena parcela do semi-árido do Nordeste tem uma média pluviométrica anual inferior a 400 mm. No semi-árido como um todo, essa média sobe para 750 mm por ano. É

¹³ Os dados que proporcionaram a reconstituição da origem e do funcionamento dos Fundos Rotativos foram reunidos através de relatos orais, documentos das instituições que compõem a ASA-PB, participação em inúmeras reuniões de sindicatos, associações e comissões da ASA-PB. Também consultamos notas e artigos inéditos de José Waldir. A interpretação é da inteira responsabilidade da autora, pois não há documentos, nem livretos ou cartilhas que reconstituam integralmente a história dos FRS.

bem verdade que há problemas de má distribuição das precipitações. Mas não existe ano sem chuva. Os anos mais secos dificilmente têm níveis inferiores a 200 mm.

O Cariri é uma micro-região do Estado da Paraíba que faz parte da Região Semi-Árida do Nordeste Brasileiro. Segundo Duque (2002), o Cariri forma uma diagonal seca que possui um dos índices pluviométricos mais baixos do Estado, em média chove 430 mm ao ano (IBGE, 2000). O quadro de escassez de água ainda é agravado pela alta evapotranspiração que é mais acentuada do que as precipitações. Sua vegetação de caatinga é muito rala e seu tipo de solo reserva poucos espaços que podem ser destinados à agricultura e à criação de animais.

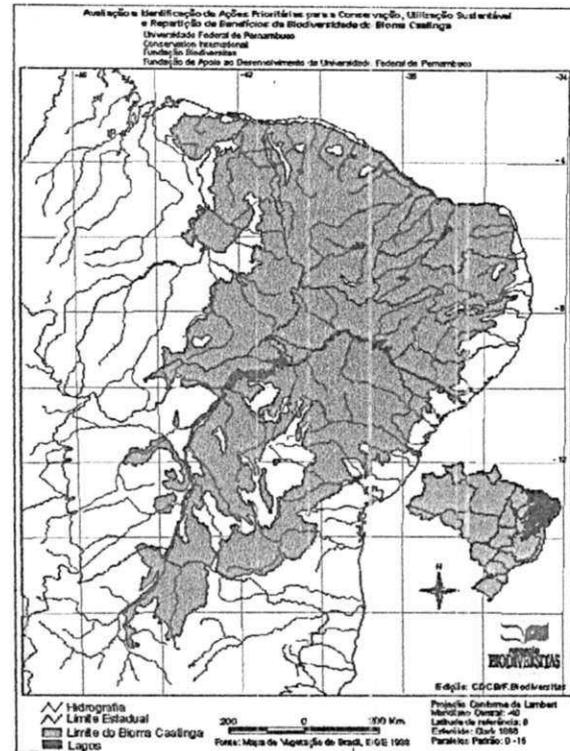


Ilustração 01: Mapa do Semi-Árido brasileiro
 Fonte: IBGE 2000

Devido a estas características ambientais do Cariri, e do Semi-Árido nordestino em geral, a construção de reservatórios de armazenamento de água constitui-se numa estratégia essencial à sobrevivência da população. A Região Semi-Árida tem sido contemplada com políticas públicas destinadas à construção de reservatórios desde o Brasil Imperial. No entanto, trata-se de grandes açudes e barragens que contemplam, geralmente, a população urbana. Os camponeses nordestinos contam com poucos rios perenes ou bacias hidrográficas que permitam a construção de poços, ainda dificultada pelo sub-solo rochoso. Restam os reservatórios abastecidos pelas chuvas periódicas: açudes, barragens, barreiros¹⁴, canoas¹⁵, barreiros de trincheira¹⁶, cisternas, etc.

¹⁴ Barreiro é um tipo de reservatório construído no barro, sem nenhum tipo de alvenaria.

As cisternas tradicionais ou quadradas são reservatórios muito desejados pelos camponeses e pouco encontrados nos estabelecimentos agrícolas familiares do Cariri paraibano. Além de armazenarem água potável, por serem cobertas e permitirem o tratamento da água, são construídas no entorno das casas, facilitando a captação da água dos telhados e o abastecimento. O problema é o custo alto que não é compensado por sua curta vida útil, pois elas racham nos vincos das paredes devido à pressão da água nas suas laterais. As cisternas de placas ou redondas resolvem estes problemas, são mais baratas que as tradicionais e não racham com facilidade.

Tabela 01 – Comparação dos custos da cisterna tradicional e da cisterna de placas, de 18.000 litros¹⁷

ITENS	CISTERNA CONVENCIONAL	CISTERNA DE PLACAS
Material 1 (tijolos ou pedras, cimento, ferro, arame, trilho, lajota, cal)	1.030,00	375,00
Material 2 (areia, brita)	220,00	80,00
Mão-de-obra pedreiro	300,00	110,00
Mão-de-obra servente + cavar buraco	200,00	155,00
Sistema de calha	120,00	120,00
TOTAL	1.870,00	840,00

Fonte: Orçamento feito pela EMATER de Solânea – PB, fornecido à AS-PTA em 2004

Mesmo assim, não são todos os camponeses que possuem recursos para construir cisternas que custam 840,00 R\$, embora precisem delas. Logo, o sistema de FRS tornou-se uma forma de crédito que facilitou a obtenção deste bem. Após seu nascimento, o sistema passou por “*processos sociais não planejados, porém com direção certa*” (ELIAS, 1994b) que historicamente podem ser compreendidos a partir de três fases: a primeira, *fase do surgimento e da formação* que coincide com a seca que assolou o Cariri em 1993 e, conseqüentemente,

¹⁵ As canoas são fissuras naturais encontradas nos lajedos de pedra.

¹⁶ Os barreiros de trincheira são aberturas profundas feitas nos lajedos de pedra que evitam a evapotranspiração.

¹⁷ O custo da cisterna de placas ainda pode ser reduzido se, na localidade em que for construída, tiver areia e se a mão de obra for apenas do grupo de FRS.

com a necessidade de construir reservatórios de água nos estabelecimentos dos camponeses; a segunda é caracterizada pela *atuação da Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA-PB) na divulgação e disseminação da construção das cisternas de placas através do sistema de FRS* e a terceira fase é marcada pelo “*fortalecimento*” dos FRS a partir do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC). Cada uma destas três fases é marcada por profundas transformações e arranjos institucionais que caracterizam os Fundos Rotativos Solidários como um sistema cuja dinamicidade é oriunda de vários processos sociais de cunho econômico, político, social e cultural.

Portanto, vejamos as fases pelas quais os FRS passaram ao longo dos seus 13 anos de funcionamento nas comunidades rurais da Paraíba.

1.2.1. Fases de implantação e desenvolvimento dos Fundos Rotativos Solidários

1.2.1.1. Primeira fase: o surgimento e a formação dos Fundos Rotativos Solidários

A primeira cisterna de placas da Paraíba foi uma cisterna comunitária construída em 1993 no salão comunitário de Caiçara, município de Soledade. Naquele período, o município passava por uma intensa seca cujos efeitos eram agravados pela falta de reservatórios de água. Na época, havia por parte dos movimentos sociais e das ONGs que atuavam no meio rural uma grande preocupação em encontrar maneiras de resolver a situação de escassez de água. O método mais utilizado era o abastecimento dos reservatórios através de carros-pipas. Só que em algumas localidades não havia nem reservatórios.

Onde não tinha reservatório, a água era depositada num buraco no chão. Os pipas despejavam 7, 8 mil litros que não durava meia hora, virava lama, sabe! A água era pra todo mundo, gente e bicho. Era um tempo de tristeza, de falta de tudo (Camponês de Caiçara, pesquisa de campo).

Nessa época, dois membros do PATAC foram a uma viagem de intercâmbio no município de Valente-BA, lá conheceram e aprenderam a construir as cisternas e tiveram contato com o financiamento por fundo rotativo. Experimentaram inicialmente a técnica na construção de uma cisterna na Escola Redentorista, antiga

QUADRO 01: HISTÓRIA DAS CISTERNAS DE PLACAS

As primeiras cisternas de placas foram construídas no semi-árido nordestino, segundo pesquisas realizadas pelos franceses Claire Bernat, Remy Courcier e Eric Sabourin, no município de Simão Dias em Sergipe. A técnica foi trazida por um pedreiro deste município, conhecido com Nel, há mais de quarenta anos. A técnica, que utilizava placas pré-moldadas, foi aprendida na construção de piscinas, em São Paulo, onde o Nel trabalhou. Ele e seus irmãos, em contato com outros pedreiros, espalharam a técnica pela região de Paulo Afonso e um dos seus colegas trouxe as cisternas para o município de Conceição do Coité, sendo este último município o maior divulgador do modelo. Fotos aéreas da cidade, datadas da década de 60, mostram o uso comum deste equipamento nas residências do centro urbano. A partir de então, várias adaptações foram feitas ao modelo. (ASA-BR, 1999; OLIVEIRA, 2002).

sede do PATAC em Campina Grande; em seguida tiveram a idéia de construir uma cisterna comunitária em Caiçara. Tratava-se de um experimento, pois ninguém conhecia aquele sistema de construção de cisterna com o uso de placas de concreto e que dispensava tijolos. Segundo os técnicos do PATAC, a experiência foi bem sucedida e os camponeses se interessaram pelas cisternas, só não havia como construí-las para todos que precisavam.

No mesmo momento, o PATAC estava angariando as verbas com a Catholic Relief Service (CRS) em convênio como o Programa Mundial de Alimentação (PMA). Na seca de 1993, a CRS e o PMA organizavam o Programa Alimento por Trabalho (PAT) que disponibilizava verbas destinadas à construção ou recuperação de açudes, poços e estradas através de frentes de trabalho, conhecidas no Nordeste como “emergências”, formadas por grupos de camponeses atingidos pela seca. Na ocasião, o STR e a paróquia de Soledade, em parceria com o PATAC, conseguiram trazer o PAT para a comunidade de Caiçara, escolhida por ter grande deficiência em recursos hídricos e quase nenhum reservatório de água; a idéia era usar o financiamento do PAT para comprar o material das primeiras cisternas de cada grupo.

O PAT foi muito importante para a consolidação do trabalho com cisternas de placas em de Caiçara, pois diante de uma comunidade numerosa, aproximadamente 90 famílias, era necessário ter financiamento que possibilitasse a construção das primeiras cisternas de cada grupo, bem como, renda para que os camponeses pudessem pagar o repasse das parcelas.

Veio a chuva, a colheita e os grupos continuaram trabalhando. Após o término da seca e das emergências, havia 06 grupos de consócio de cisternas funcionando e mais ou menos 03 famílias com cisterna já construída em cada grupo. O uso do trabalho em forma de mutirão, prática tradicional da cultura camponesa no Nordeste, também auxiliou a edificar a idéia de que a ajuda mútua era fundamental para construir as cisternas. Daí em diante todas eram feitas a partir de mutirões, os próprios membros dos grupos se ajudando mutuamente.

Em Caiçara, os fatos aconteceram sem um planejamento prévio. Não havia muita clareza, nem por parte dos técnicos nem por parte dos camponeses, do que estava sendo construído. Tão pouco imaginavam em que suas ações iriam resultar. Diante das condições que se encontravam, falta de água e poucos recursos financeiros, foram arranjando-se e construindo cisternas. Até que perceberam que toda aquela ação estava gerando uma espécie de fundo financeiro com certo grau de rotatividade: inspirados nos consórcios existentes entre camponeses da Bahia, os quais eram chamados de fundos rotativos, na ajuda mútua requisitada a cada nova cisterna, em forma de mutirão e ainda batizaram os consórcios de Caiçara de Fundos Rotativos Solidários (FRS)¹⁸, pois a partir dos anos 1990, a solidariedade começou a ser uma palavra de ordem de uso generalizado pelas ONGs.

Foi desta experiência que surgiu o sistema de FRS. Mais precisamente eles começaram a funcionar da seguinte forma: dois grupos formados cada um por 05 camponeses interessados em construir cisternas em suas propriedades, se reuniram. O PATAC adquiriu o

¹⁸ Vale salientar que não se sabe ao certo que grupo ou quem começou a usar esse termo. É uma nomeação coletiva que logo foi disseminada e usada por todos os envolvidos no processo a nível de ASA.

material para a construção da primeira cisterna de cada grupo. Um dos cinco participantes do grupo foi sorteado com essa primeira cisterna. Um acordo foi firmado, onde cada um se responsabilizou pelo pagamento do material de sua cisterna. A construção da primeira cisterna, realizada por cada grupo sob a orientação do técnico do PATAC, serviu de treinamento. Mensalmente, ou às vezes em ritmo mais lento ou mais acelerado, cada participante pagava 20% do valor da cisterna. Com esse dinheiro ($05 \times 20\% = 100\%$) era construída mais uma cisterna que era sorteada para outro membro do grupo. Ao final do círculo, quando todas as famílias do grupo tinham obtido suas cisternas, as últimas devoluções permitiram a criação de um novo grupo.

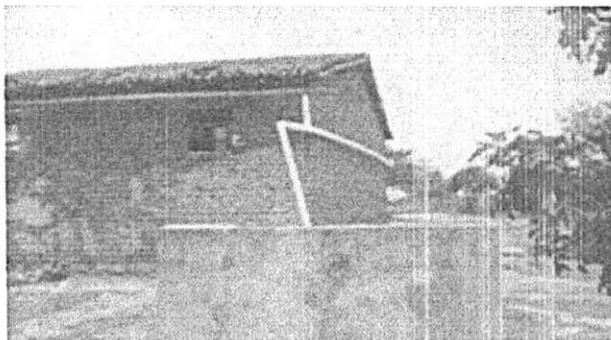


Ilustração 02: primeira cisterna construída na Paraíba. Salão comunitário de Caiçara.
Fonte: Oliveira/GPAF

No início dos trabalhos com as cisternas em Caiçara, eram feitas reuniões com os grupos. Nestas ocasiões era decidida a forma de funcionamento, como eram feitos os pagamentos e como a cisterna era construída. Havia a orientação, do PATAC para a formação de grupos compostos por 5 famílias.

O pagamento era feito inicialmente ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Soledade (STR) e posteriormente ao PATAC; como este se localizava em Campina Grande, foi escolhido pelos grupos um membro da comunidade para receber os pagamentos e repassar ao PATAC. A função do PATAC era explicar o sistema, organizar os grupos, fazer os treinamentos e comprar o material das cisternas com o repasse das parcelas.

O primeiro treinamento foi dado por um técnico do PATAC na ocasião da construção da cisterna do salão comunitário de Caiçara. Todos que se interessassem podiam aprender, não precisava ser pedreiro. Geralmente, a cada construção de uma cisterna iniciando um novo grupo, havia um treinamento. Logo, surgiu um novo ofício: o de pedreiro de cisternas de

placas. Vale ressaltar que não era cobrado (e até hoje não é cobrado) nenhum ônus para ensinar essa profissão; ela é repassada de mestre para aprendiz cada vez que é necessário.

O material de construção das cisternas era comprado em lojas de Soledade ou de Campina Grande, onde se encontrasse os melhores preços. Parte do material, como areia e brita, era conseguida na própria comunidade; isto barateava o custo da cisterna que na época era de aproximadamente R\$ 370,00. O trabalho de construção consistia em cavar o buraco da cisterna, preparar o concreto, bater as placas para então levantar e rebocar as paredes.

Os homens trabalhavam na construção, como pedreiros ou auxiliares, as mulheres cuidavam da comida e não deixavam faltar café nas garrafas. Os lugares típicos de cada gênero

tradicionalmente construídos nas sociedades camponesas eram mantidos. Só em raras ocasiões, diante da ausência ou falta de homens é que mulheres trabalhavam na construção¹⁹. Como no roçado, por mais que elas se esforçassem, seu labor era considerado uma ajuda. A adesão dos camponeses de Caiçara ao sistema de FRS não

QUADRO 02: 10 PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CISTERNA

Uma cisterna de 3 m. de diâmetro e 2,40 de altura exige 20 sacos de cimento, 34 kg de ferro e 8 kg de arame, 33 kg de zinco, 200 latas de areia, 50 latas de brita, 5 kg de cal e 12 m. de canos de PVC.

São necessários 10 passos para a construção de uma cisterna:

- 1º - escolha do local ideal;
- 2º - marcação e escavação do buraco;
- 3º - fabricação das placas;
- 4º - fabricação dos caibros;
- 5º - construção da laje do fundo;
- 6º - levantamento das paredes;
- 7º - reboco das paredes;
- 8º - aplicação do impermeabilizante;
- 9º - montar a cobertura;
- 10º-acabamento da cisterna.

O tempo necessário para a construção de uma cisterna depende do tipo de terreno, das condições climáticas e da quantidade de pessoas envolvidas. No entanto, o processo dura geralmente de 05 a 12 dias (ASA-BR, 2003).

era tão simples e imediata. Os homens olhavam com desconfiança aquelas cisternas redondas. Outro fator era o medo de dever e não poder pagar. Mas, associada à necessidade de possuir um reservatório, a insistência das mulheres os venciam. Isto porque abastecer a residência de

¹⁹ Hoje não é tão raro encontrar mulheres “pedreiras” de cisternas.

água é tradicionalmente um trabalho de mulher. Elas, geralmente, percorrem longas distâncias em busca de água. Uma cisterna iria poupá-las de muito trabalho.

Mais de 80 famílias de Caiçara (praticamente todas) têm hoje sua cisterna a partir do sistema de fundos rotativos. Estes continuam funcionando na comunidade, fomentando a construção de outras tecnologias, tais como: barragens subterrâneas, palma forrageira, criação de ovelhas, silos, cercas de tela.

Por mais que a experiência pioneira de Caiçara, com alto grau de rotatividade dos fundos e quase nenhuma deserção, tenha sido a responsável pela disseminação do sistema de FRS pela Paraíba, não podemos afirmar que o sistema de fundos é uma obra apenas dos grupos de Caiçara ou dos técnicos que lá atuaram. Para Elias (1994b), os processos sociais podem até ser encabeçados por um grupo social, mas não pertencem a nenhum grupo específico. Isto pode ser verificado a partir do desenrolar dos processos passados pelos fundos com a adesão da ASA-PB ao trabalho de irradiação dos mesmos.

1.2.1.2. Segunda fase: a atuação da ASA-PB na divulgação e disseminação da construção das cisternas de placas através do sistema de Fundos Rotativos Solidários

O trabalho de implantação dos FRS em outras comunidades de Soledade e de outros Municípios deu-se a partir de 1994 através da parceria do PATAC com diversas instituições que compõem o Fórum da ASA-PB. Este Fórum reúne várias entidades para discutir e propor ações de convivência com o semi-árido nordestino. Logo, a construção das cisternas de placas, a partir do sistema de FRS, tornou-se uma ação da ASA-PB que além de adequar-se aos propósitos de convivência com a região semi-árida, mobilizava a participação dos camponeses, envolvendo-os num tipo de política pública baseada na ação coletiva de suas próprias organizações sociais.

Prontamente, as instituições que fazem parte da ASA-PB aderiram ao processo de implementação e organização dos FRS por todo o Estado da Paraíba. Ao todo são 350 instituições articuladas em rede. Contudo, estrategicamente, só algumas ficaram responsáveis pelo processo de organização dos FRS. Estas formam uma comissão específica que trata das questões que envolvem os recursos hídricos: trata-se da Comissão Água da ASA-PB. As entidades da comissão estão distribuídas por quase todas as micro-regiões do Estado, a saber:

- **Agreste** – Pólo Sindical da Borborema²⁰ e Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA);
- **Curimataú e Seridó** – PATAC, Paróquia de Cacimba de Dentro e Centro de Educação e Organização Popular (CEOP) de Picuí;
- **Cariri e entorno de Campina Grande** – PATAC e STR de Soledade;
- **Médio Sertão** – Central das Associações do Município de Cacimbas (CAMEC), Programa de Promoção e Ação Comunitária da Diocese de Patos (PROPAC) e Centro de Educação Popular e Formação Sindical (CEPFS) de Teixeira;
- **Alto Sertão** – Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Central das Associações e dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP).

Estas 11 organizações articulam Paróquias, ONGs com vocação voltada ao rural, associações e sindicatos de trabalhadores(as) rurais, entidades comunitárias, movimentos sociais, organismos de cooperação internacional públicos e privados e ONGs que trabalham para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semi-árido brasileiro.

O funcionamento dos FRS foi profundamente alterado pela ação da ASA-PB, devido à influência que as particularidades de cada instituição, município e comunidade exerceram sobre o sistema. Cada instituição com sua forma de atuação foi adaptando os FRS à realidade ambiental, social e cultural das localidades onde atuava.

²⁰ Hoje, o “Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema” é formado pelos Sindicatos de trabalhadores rurais e associações de 16 municípios.

A descentralização dos FRS conferiu-lhe uma maior flexibilidade no modo de funcionamento, atingindo maior número de famílias de camponeses e principalmente as mais carentes. É o caso do Médio e Alto Sertão, onde cada família devolve apenas a metade do material da cisterna. A medida tomada pelas entidades do Sertão facilitou a adesão dos camponeses, no entanto trouxe alguns problemas e questionamentos por parte dos membros de comunidades vizinhas que fazem parte de outras micro-regiões. Outro problema provinha da contra-propaganda feita pelas prefeituras ou por políticos que questionavam o sistema, oferecendo “cisternas de graça” com verbas do Governo Estadual. Isto impressionava certos camponeses que preferiam ganhar as cisternas em vez de pagá-las.

Os contratempos associados à própria dinâmica dos processos que envolvem os fundos causaram-lhe uma mudança significativa: o controle do crédito recebido para iniciar um novo FRS passou a ser das comunidades, não havendo, portanto, devolução para a instituição de onde vinha o recurso necessário para começar o consórcio. Desta forma, a relação creditícia que antes era feita entre os membros das comunidades e as entidades da ASA-PB, passou a ser efetuada internamente. Os recursos eram passados às comunidades que deveriam geri-los. Com isso surgiu a idéia de que o sistema de FRS proporciona uma espécie de poupança comunitária que poderia ser aplicada de acordo com as necessidades e decisões dos membros de cada comunidade.

As comunidades, ao gerenciarem esses recursos, passaram a ter consciência de sua origem externa. Ao optarem por gerenciá-los na forma de fundos rotativos, criaram associações de crédito próprias e com regras adaptadas às suas realidades. Dentro da dinâmica comunitária foi inserido um processo onde as regras de gestão dos recursos, o tipo de devolução a ser feita (parcial ou integral), os beneficiários e as formas de atendimento das famílias mais empobrecidas são discutidos internamente. O trabalho organizado pela comunidade estimulou



Ilustração 03: reunião comunitária com membros de grupos de FRS.
Fonte: Dias/CEPFS

a participação dos camponeses. Novas associações surgiram, outras passaram a funcionar com maior frequência. O baixo custo das cisternas de placas e a relativa facilidade de adquiri-las através do sistema de FRS tornaram-se fortes agentes mobilizadores.

Cabia a cada instituição mediadora de recursos²¹ para os FRS, organizar o primeiro grupo de cada comunidade e dar o treinamento para a construção das cisternas. Além do processo de “mobilização social” cujo objetivo é organizar a comunidade e explicar os princípios norteadores dos FRS, era realizado um curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH). Após a primeira experiência, a mobilização ficava por conta da comunidade. Quanto à construção das cisternas, geralmente um membro de outra comunidade que tinha participado do processo de construção anteriormente, era convidado para ensinar o ofício aos membros da comunidade onde o trabalho estava sendo iniciado. Como no sistema original, era incentivada a formação de mutirões para construir as cisternas; prática que nem sempre se realizava por causa da distância geográfica entre as famílias, ou pela indisponibilidade dos membros do grupo. No entanto, havia o engajamento dos membros da família para com a construção de sua própria cisterna.

As verbas para novos fundos vinham acompanhadas de um pacote de execução: em primeiro lugar reuniam-se os membros da comunidade interessados em construir as cisternas para que o grupo decidisse como seria o repasse das parcelas, quem ficaria responsável pelo recebimento dos pagamentos e da prestação de contas e qual a ordem dos beneficiados; após

²¹ Dada à especificidade de cada instituição mediadora, os recursos advêm de várias fontes: entidades internacionais e nacionais; governos Estadual e Federal, entre outros.

essa etapa era iniciado o processo educativo, quando técnicos explicavam os objetivos dos fundos, os valores sociais de solidariedade e ajuda mútua que os envolviam. Em seguida era dado o curso de GRH, envolvendo o tratamento, gerenciamento e reaproveitamento da água. E por último ensinava-se como se faz cisternas de placas.

O candidato a participar de um Grupo de FRS devia observar certas obrigações:

- participar nas reuniões da comunidade;
- aceitar as decisões do grupo;
- entender que a devolução deve ser feita a partir da decisão do grupo para que todas as famílias possam ser beneficiadas;
- assumir o compromisso de devolver os recursos recebidos ao FRS;
- repassar as experiências com o fundo rotativo para outros grupos ou outras comunidades.

A devolução da quantia recebida é necessária para que o fundo rotativo funcione, mas não existe até hoje um documento ou termo de responsabilidade firmado e assumido entre os mediadores e os camponeses. Mesmo assim, a inadimplência é relativamente baixa. Isso porque ao longo dos anos foram surgindo alternativas que facilitavam a devolução das parcelas por parte de famílias que estavam passando por dificuldades financeiras, a saber: um arranjo bem freqüente em todas as regiões do Estado é o pagamento através de mão-de-obra em construções comunitárias ou privadas; neste caso o pagamento recebido pelas horas de trabalho é revertido para o FRS; outra maneira é o empréstimo de uma matriz animal destinada à procriação; após o nascimento dos filhotes, a matriz é devolvida para o seu dono e os filhotes engordados e vendidos para que o valor adquirido com a venda siga para o FRS.

Mesmo assim, não são todas as comunidades que possuem demanda de mão de obra ou camponeses com animais a emprestar. Há casos de famílias que demoram até cinco anos para pagar sua cisterna e outras que não podem pagar, mas que afirmam que um dia pagarão. Claro que os mediadores se preocupam com a demora no repasse das parcelas, porém o

máximo que eles podem fazer é lembrar, em reuniões, a importância do pagamento para a manutenção da rotatividade dos fundos. Os técnicos afirmam que o FRS não deve ser cobrado como se fosse uma dívida, pois o sentido é o da solidariedade e da ajuda mútua. Contudo, a pressão social²² existente entre os envolvidos com o sistema faz com que ele prospere sem que haja, necessariamente, acordos firmados que permitam cobranças formais.

A dificuldade dos camponeses em realizarem o pagamento das parcelas do FRS agravava-se por não ter como manter um valor fixo para as cisternas; havia variações de preços entre a construção da primeira e da última de cada grupo, isto devido aos aumentos de preços que o material sofria com a inflação e a correção monetária. Alguns arranjos foram feitos para tentar superar as altas dos preços: acelerar o ritmo de devolução das parcelas e da construção das cisternas foi o primeiro passo. Porém, nem todas as famílias podiam devolver as parcelas rapidamente. Daí surgiu o pagamento a partir de carnês que, em vez de cobrar um valor em dinheiro que seria corrigido a cada elevação dos preços, previa as parcelas pelo valor de itens que compunham o material da cisterna. Como por exemplo: 1ª parcela: um saco de cimento de 50 kg e um kg de arame 12; 2ª parcela: cinco kg de zinco de 30 cm; 3ª : um tubo de PVC de 75 mm; e assim sucessivamente até terminar o montante de material necessário à construção de uma cisterna²³. Essa prática permitia que os membros dos grupos fossem comprando e armazenando o material, driblando assim a inflação.

Porém, em médio prazo essa solução não deu muito resultado. Perceberam que ao longo do tempo, a redução do valor total da cisterna era pouco significativa. Até que, na maioria dos municípios, as prestações tornaram-se fixas em relação ao valor do dia em que o material tinha sido comprado e se a comunidade resolvesse que a devolução deveria ser da

²² A pressão social pode ser efetivada de duas maneiras: primeiro, a proximidade entre os membros dos grupos de FRS gera uma espécie de dependência mútua, devido às relações sociais de reciprocidade e solidariedade. A quebra de um acordo poderia abalar a confiança e resultar na exclusão social do desertor; segundo, não cumprir com os acordos pode, também, impedir o desertor de se beneficiar de novas ações promovidas pelos mediadores.

²³ Ver anexo 02.

metade do valor, seria da mesma forma, pelo metade do valor fixado no ato da compra. Segundo o depoimento de alguns técnicos e camponeses, a idéia do efeito multiplicador dos FRS, a partir de uma ordem aritmética ou mesmo geométrica, fora superada pela necessidade de dar continuidade ao trabalho.

Outro fator que permitiu maior flexibilidade na fixação do valor a ser devolvido pela cisterna e até mesmo a devolução de apenas a metade, foi a grande disponibilidade de recursos oriundos do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido, mais conhecido como Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC).

1.2.1.3. Terceira fase: o “fortalecimento” dos Fundos Rotativos Solidários a partir do Programa 1 Milhão de Cisternas

Os FRS disseminaram-se mais ainda a partir do final de 2001 e início de 2002, com o projeto de “Transição do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido (P1MC)” em convênio com a Agência Nacional das Águas (ANA). Esse programa tem como meta a “construção de um milhão de cisterna de placas no semi-árido brasileiro”. Mas vale frisar que seu objetivo principal é “contribuir, através de um processo educativo, para a transformação social, visando a preservação, o acesso, o gerenciamento e a valorização da água como um direito essencial da vida e da cidadania, ampliando a compreensão e a prática da convivência sustentável e solidária com o ecossistema do semi-árido” (ASA-BR, 2002a).

Em todos os Estados, as cisternas são doadas a fundo perdido. A Paraíba resolveu utilizar esse recurso para fortalecer os fundos rotativos. Existia por parte da ASA-PB o receio de que um trabalho de quase dez anos fosse prejudicado, caso as cisternas fossem doadas sem contrapartida, já que, segundo os membros desse fórum, os FRS constituem-se numa forma de incentivar a organização comunitária e a autonomia dos camponeses, já que a organização dos

grupos, o gerenciamento dos recursos e a construção das cisternas são responsabilidades da comunidade.

Tabela 02 – Etapas do Projeto Um Milhão de Cisternas

ETAPAS	PERÍODO	FINANCIADOR	No. CISTERNAS CONSTRUÍDAS
Projeto piloto (fase demonstrativa)	2000-2001	MMA	501
Projeto de transição (PIMC-T)	2001-2003	ANA	12.743
PIMC (projeto confirmado)	A partir de 01/06/2003	MDS, FEBRABAN, OXFAM, Petrobras e grande número de pequenos doadores	104.308 Total até 07/02/2006: 117.552

Fonte: Arquivo do PATAC

No ano de 2003, o PIMC foi estendido através do convênio com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e a Federação Brasileira dos Bancos. Esta nova parceria foi responsável pela consolidação do programa, envolvendo um valor de R\$ 5.056.043,00, só na Paraíba, exigindo a montagem de 08 Unidades Gestoras (UGs) no Estado e um processo intensivo de formação administrativa.

- **UG:PB 01** – PATAC;
- **UG:PB 02** – STR de Aparecida;
- **UG:PB 03** – PROPAC;
- **UG:PB 04** – AS-PTA;
- **UG:PB 05** – CAAASP;
- **UG:PB 06** – STR Soledade;
- **UG:PB 07** – CAMEC;
- **UG:PB 08** – CARITAS Guarabira.

Os critérios de escolha das UGs, previstos no projeto do PIMC (1999), foram: a Unidade Gestora deve ter no mínimo 3 anos de existência e experiência na gestão de recursos,

deve estar em dia com a documentação e obrigação social, não deve ter caráter partidário ou presença de políticos na direção, deve ter como público alvo os trabalhadores(as) rurais e, por fim, deve ser membro da ASA-BR.

Cada UG é administrada por um coordenador técnico, dois animadores, um gerente administrativo e um auxiliar administrativo. Estes técnicos são os responsáveis por todas as fases de implementação das cisternas e dos FRS. Este processo conta com 06 etapas: a mobilização, o controle social, a capacitação, a comunicação, o crescimento institucional da sociedade civil, a construção de cisternas e, no caso da Paraíba, o fortalecimento dos FRS.

As UGs tiveram que obedecer a novos critérios de escolha das comunidades e das famílias a serem contempladas com as cisternas²⁴:

Nas Comunidades:

- Prioridade para as localidades mais carentes, identificadas pelos dados secundários existentes, a partir de fontes como IDH, Data SUS, IBGE, etc.;
- presença de crianças e adolescentes em situação de risco, mortalidade infantil, etc.

Nas famílias

- Prioridade para famílias chefiadas por mulheres;
- número maior de crianças de zero a seis anos;
- crianças e adolescentes na escola;
- presença de idosos com idade igual ou superior a 65 anos;
- e de deficientes físicos e mentais.

A análise dos critérios para definição das famílias selecionadas dar-se-á considerando:

- as famílias que preencherem o maior número de critérios, em relação ao total de cisternas disponíveis para cada comunidade;

²⁴ Ver ASA-BR, 2002.

- em caso de empate, a definição dar-se-á através do preenchimento dos critérios na ordem que se apresentam. Persistindo o empate, a escolha poderá ser por sorteio ou outro critério acordado pela comunidade;

Após a seleção das comunidades e das famílias deve ser realizada uma reunião na comunidade para:

- apresentar os critérios e resultados da seleção;
- elaborar o cronograma de construção das cisternas em referência à capacitação de pedreiros;
- introduzir a necessidade de capacitação em gestão de recursos hídricos, com definição de data para realização desse curso;
- apresentar a proposta de construção solidária de cisternas, para garantia da total implementação do programa;
- esclarecer o trabalho com os FRS.

As exigências do P1MC no cumprimento destes critérios limitaram a ação das comunidades que, na fase anterior, eram responsáveis por todo o processo decisório. Agora é só a partir da construção das cisternas do P1MC, cujo valor motiva a continuidade dos trabalho com os Fundos Rotativos, que a comunidade passa a controlar as ações.

Além destes critérios, há algumas ressalvas, a saber: as cisternas devem ser construídas em estabelecimentos rurais no semi-árido, a residência deve ser habitada e não possuir outras cisternas, o indivíduo que já foi contemplado com uma cisterna do programa não poderá ser contemplado novamente, mesmo que esteja residindo em outra localidade, pois não pode haver duplicidade de registro.

Este último requisito trouxe alguns transtornos para os camponeses sem-terra que trabalhavam anteriormente como moradores de fazenda. Alguns adquiriram cisternas que

foram construídas na propriedade de seus patrões com registro de seu CPF; após serem assentados, não puderam mais participar do P1MC²⁵ como dos financiamentos oficiais.

Os dados do P1MC são diariamente atualizados pelas UGs através de um programa interligado por meio da rede de internet, o Sistema de Gestão e Auditoria do P1MC (SIGA). Lá é depositado o cadastro das comunidades e das famílias, quantos pedreiros e animadores foram capacitados, quantas cisternas foram construídas e onde, quanto foi gasto com material, etc. Deste modo, a ASA monitora e acompanha as ações das UGs em cada Estado.

A burocratização dos trabalhos trouxe consigo alguns aspectos positivos e outros negativos; o monitoramento das famílias foi facilitado, a prestação de contas ficou clara e rápida e a acessibilidade dos dados através da internet foi democratizada, porém o cumprimento de todas as metas, critérios e exigências atropela o amadurecimento do processo de educação e mobilização das famílias. Além do mais, a relativa autonomia das comunidades foi prejudicada pela rígida mediação da UGs, exigência dos convênios firmados.

Os FRS sofreram o impacto das exigências do P1MC. A administração burocrática do programa exige que as cisternas sejam construídas com agilidade, para que as metas do projeto sejam cumpridas, atropelando os processos sócio-educativos necessários à informação das famílias e adequação dos fundos à realidade das comunidades. Além do mais, o uso de recursos vindo de um programa social do Governo Federal gerou um profundo questionamento e debate a respeito do caráter legal da utilização de verbas públicas, a fundo perdido, para a criação de fundos rotativos que sugerem a devolução do valor recebido por cada família para que outras sejam contempladas com o mesmo benefício.

No ano de 2005, além da auditoria interna costumeira feita pela Associação P1MC todo ano, houve uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de checar a legalidade do uso das verbas do P1MC que estavam alimentando os FRS.

²⁵ Mas poderão ser beneficiados pelo retorno dos FRS.

Muita polêmica foi levantada, inclusive ameaçando proibir o funcionamento dos FRS. No entanto, a ASA-PB contratou uma assessoria jurídica que chegou à conclusão que não havia ilegalidade. O argumento principal é o de que, embora o dinheiro do PIMC seja destinado à construção de cisternas a fundo perdido, são as comunidades que decidem criar os FRS para que a ação seja ampliada e contemple o maior número de famílias possível.

Esta questão ainda está aberta. Alguns argumentos contam a favor da ASA-PB e outros contam contra: por um lado, a maior preocupação das UGs da Paraíba se refere ao fato de que os 12 anos de um processo social que tenta combater o clientelismo podem estar minados pela política assistencialista do PIMC; por outro lado, é levantada a questão de que, se as comunidades têm de fato autonomia, se são elas que decidem o que fazer com as cisternas, então uma ou outra comunidade pode resolver não criar fundos rotativos. Neste caso, a ASA-PB deverá se perguntar se essa decisão será aceita. Um detalhe poderia tornar essa decisão mais difícil: como ficaria a relação dos camponeses destas localidades perante as demais comunidades?

Verificamos nestes argumentos que existe de fato uma nítida relação de poder entre os agentes mediadores e os camponeses. “A superioridade de poder confere vantagens aos grupos que a possuem” (ELIAS, 2000, p. 33). Vantagens que são percebidas nas tomadas de decisões que refletem claramente a manutenção dos lugares de mando. Fica evidente que a decisão de fato não está com os camponeses, isso porque não aceitar os FRS seria o mesmo que desertar, abrir mão de um pacto velado que os envolve na teia de uma rede de articulações cujo desligamento seria mais oneroso do que os ganhos (OLSON, 1999).

Não há como precisar quantos grupos de Fundos Rotativos Solidários foram formados na Paraíba, nem quantas cisternas foram construídas exatamente. Ao longo dos 12 anos, muitas instituições mediadoras não se preocuparam em registrar os dados das famílias que foram beneficiadas com cisternas.

Nossa maior preocupação era fazer as coisas funcionarem para que cada vez mais famílias fossem contempladas. Envolvidos com o processo, só viemos atentar para a importância de registrar os dados muito depois. Ai tentamos correr atrás do prejuízo, mas ficou muito difícil. Imagine! São inúmeras as localidades e as comunidades, sem falar na distância geográfica entre os estabelecimentos agrícolas. (Técnico do PATAC).

Só foi com o projeto de transição para o P1MC, por volta dos anos 2001, que as instituições mediadoras começaram a marcar cada cisterna com placas que evidenciam a origem das verbas utilizadas na construção, a data de realização e o número de registro. Essa prática permitiu um maior controle dos recursos aplicados e da distribuição das cisternas, bem como das famílias que estavam participando dos FRS, pois juntamente com o registro eram anexados dados familiares.

A fixação das placas virou um padrão, além do mais, atualmente as cisternas são marcadas com a ajuda do sistema de mapeamento via satélite, o sistema GPS. Desta forma, a localização das cisternas passou a ser feita com maior precisão.

Nas placas é ressaltado que as cisternas são construídas pela comunidade. Pois um dos objetivos da ASA-PB é resgatar a auto-estima dos camponeses a partir de ações que valorizem seu trabalho, fortalecendo suas organizações.



Ilustração 04: Placa de registro das cisternas
Fonte: Oliveira/GPAF

Um levantamento apresentado em 22 de agosto de 2005, na 1ª Reunião Estadual sobre os Fundos Rotativos Solidários, revelou que até aquele momento havia, em 1.824 (um mil oitocentos e vinte e quatro) localidades no Estado da Paraíba, em torno de 1.000 (um mil)

grupos de FRS que construíram aproximadamente 18.000 (dezoito mil) cisternas de placas²⁶. Vale salientar que a maior expressividade destes números decorre do P1MC. Antes os FRS serviam como um elemento fomentador da construção de cisternas, agora, devido à grande demanda de cisternas, são elas que fortalecem o sistema de Fundos Rotativos Solidários que se estendem para muitas outras iniciativas.

1.2.2. Mediação e processos que envolvem os Fundos Rotativos Solidários

Diante desta breve reconstituição da história e do funcionamento do sistema de Fundos Rotativos Solidários, é possível perceber que vários processos em nível sociocultural, político e econômico os envolvem, processos que na maioria das vezes são impulsionados pela ação dos mediadores. Mas, quem são esses mediadores? Quais são suas características? Que tipo de ação coletiva é proposta e executada por eles?

Como foi exposto, os mediadores responsáveis pelos FRS são as instituições e movimentos sociais que fazem parte do Fórum da ASA-PB. Esta é uma articulação em forma de rede composta por um misto de ONGs, de movimentos sociais sindicais e de conquista da terra, de instituições religiosas, associações rurais e de indivíduos. A rede é:

Uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicarem em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável (MANCE, 2001, p 24).

Durante seus doze anos de existência, a ASA-PB agregou dezenas de unidades, chegando ao número de 350 entidades articuladas. Criou Comissões Temáticas (Água, Sementes, Educação, etc.), uma Comissão Executiva e uma Coordenação Ampliada que se

²⁶ Existem localidades vizinhas que formaram um único grupo de FRS, por isso que há 1.824 localidades com 1.000 grupos de fundos formados. Estes números envolvem as cisternas construídas nas três etapas pelas quais os FRS passaram. É importante revelar que essa contagem só foi possível com ajuda de inúmeras lideranças das 1.824 localidades que se reuniram em vários encontros locais, regionais e a nível estadual para contabilizar seus números. Com o P1MC, em nível de semi-árido, foram construídas 112.866 cisternas, 946 municípios foram atendidos e 128.470 famílias mobilizadas.

reúnem regularmente. É notório que nesse Fórum, as ONGs se destacam por seu papel de iniciativa e liderança. Este fato pode ser percebido através da marcante atuação do PATAC e da AS-PTA.

A “liderança” exercida pelas ONGs na ASA-PB não é só justificada pela fluidez com que elas se movimentam entre o público e o privado, entre o governamental e não-governamental, ela é marcada, também, por seu alto grau de capacitação técnica e burocrática. Não é em vão que um dos slogans da ASA-PB é a “*busca de tecnologias apropriadas à convivência com o semi-árido*” e que as inovações técnicas são os pilares concretos do sucesso e da mobilização dos camponeses. São principalmente as ONGs que possuem essa capacidade técnica e organizacional. As demais instituições e movimentos sociais são apenas irradiadores e executores das ações políticas e das tecnologias. Não se pode, contudo, desprezar a importância de cada entidade: uma necessita das outras, e reciprocamente. Não seria possível mobilizar um contingente tão expressivo, em nível de mobilização popular e de ações concretizadas em todo semi-árido paraibano, se não fosse a cooperação existente através da rede.

O surgimento da ASA-PB coincide com a emergência das ONGs, no Brasil dos anos 1990, onde grande parte dos movimentos sociais, que foram muito ativos nos anos 1970 e 1980, perderam força e se desmobilizaram. A ação destas organizações não-governamentais proporcionou uma nova e importante atuação pública não-estatal no semi-árido, possibilitando ao Estado a transferência de algumas de suas responsabilidades para as “comunidades organizadas”. Através da mediação das ONGs foram facilitadas as parcerias para ações de política pública não-estatal e estatal.

Nos anos 90, a mobilização se reduz e alguns movimentos se desmobilizam. Esse processo se dá concomitantemente ao crescimento das organizações não-governamentais. Assim, as ONGs, que estiveram voltadas para o apoio aos movimentos sociais nos anos 80, se reciclaram, descobrem novas funções e crescem. As ONGs deixam de ser meras apoiadoras e passam a ter centralidade e a assumir a

liderança de vários processos sociais antes dominados pelas lideranças dos movimentos sociais (CUNHA, 2002, p 171).

Foi neste contexto que a ASA-PB passou a liderar os processos sociais no meio rural do semi-árido paraibano. A partir dos FRS (não só de cisternas, mas também de sementes, cercas de tela, barragens subterrâneas, compra de animais, silos, etc.) ela exerceu uma verdadeira política pública de agente interventor junto ao Estado. Como no caso do PIMC a nível de Nordeste, isto também ficou bem ilustrado na Paraíba pelo caso dos Bancos Comunitários de Sementes que, a partir do sistema de fundos rotativos, influenciou a política de sementes do Estado²⁷.

A mediação feita pela ASA-PB em relação aos FRS ocorre a nível local, micro-regional e estadual. Na dinâmica da ação mediadora são levados em consideração alguns aspectos, a saber: a articulação político-econômica e a mobilização social.

Na articulação político-econômica, a mediação ocorre bilateralmente, ou seja, a ASA media os ensejos das organizações civis na obtenção de recursos e políticas públicas governamentais, bem como substitui o Estado na execução destas políticas junto à sociedade, transformando as mesmas em processos sociais bem mais importantes que a construção de diversos bens. Essa ambivalência confere-lhe certa dinamicidade, mas provoca alguns problemas de ordem ideológica e prática. Alguns exemplos podem ser obtidos a partir do PIMC: a decisão de utilizar o recurso público na forma de fundos rotativos tem causado muita tensão entre os princípios da ASA-PB e os do Governo Federal que disponibiliza os recursos a fundo perdido e não como fundo rotativo. Outro problema, considerado por lideranças da ASA-PB ainda mais grave, é o choque existente entre as diferentes dinâmicas destas duas esferas. Enquanto o Fórum tem como meta a mobilização e o fortalecimento das instituições sociais camponesas através de processos educativos e políticos que só podem ser alcançados a

²⁷ Ver DINIZ, 2002.

médio ou longo prazo, o Estado exige que as metas do programa sejam cumpridas nos prazos por ele determinados, atropelando a fase da mobilização social.

Para a ASA²⁸ a “mobilização não é simplesmente manifestação pública. Mobilizar significa convocar e unir vontades para atuarem em busca de um objetivo comum. Participar de um processo de mobilização social é um ato de escolha, de liberdade. Sente-se convocado e participa aquele que comunga com os objetivos da mobilização” (ASA-BR, 1999, p. 26). É pelo viés da mobilização que a mediação alcança a base e transforma a ação dos agentes mediadores e dos camponeses em ação coletiva (LAZZARETTI, 2003; SABOURIN, 2003). A ação dos mediadores também serve de elemento coercitivo que ajuda na mobilização, favorecendo a cooperação entre os atores, superando assim dilemas sociais e combatendo a deserção dos membros dos grupos de FRS. O problema desse tipo de ação coercitiva é que ao cessar poderá ocasionar o fim da ação coletiva (OLSON, 1999).

São os mediadores que propõem como deve ser feita a mobilização. A dinâmica mais utilizada é aplicada em forma de reuniões e encontros que ocorrem nas próprias comunidades, em nível micro-regional e em seguida em nível estadual. Cada instância tem seu propósito bem definido. As reuniões que acontecem nas comunidades servem para explicar os princípios dos fundos rotativos, fortalecer a “organização” das associações e dos grupos, ensinar o gerenciamento dos recursos hídricos e repassar a tecnologia das cisternas²⁹. Nos encontros micro-regionais acontece troca de experiências entre camponeses de diversas localidades e muitas vezes são levantadas questões para serem discutidas nos encontros estaduais, onde as decisões são tomadas e as ações são firmadas.

²⁸ Para administrar o PIMC, a ASA-BR criou uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), ou seja, uma organização não-governamental cuja natureza jurídica e institucional dá-lhe condições para formular e administrar políticas públicas com verbas estatais. Sendo assim, ele passa a ser um importante instrumento de atuação pública nas mãos dos movimentos sociais rurais e de ONGs que já atuavam no semi-árido (BIANCHINI, 2002; GOHN, 1997; WARREN, 1996).

²⁹ Neste caso, o mesmo processo ocorre se o FRS for de outras tecnologias: barragem subterrânea, silos, cercas etc.

As reuniões transformaram-se em espaços de debates, troca de experiências e decisões. Por mais que exista abertura à efetiva participação dos camponeses, não deixa de haver a condução dos processos por parte dos mediadores.

1.2.2.1. Mediação e poder

A questão do poder exercido pelos mediadores nos lembra a passagem de *Comunidade e Democracia* onde Robert Putnam afirma que as associações de crédito “*prosperam quando não há um Leviatã pronto para punir a deserção*” (PUTNAM, 1996, 178). Ora, até Thomas Hobbes sabia que o Estado não é o único elemento coercitivo que atua na sociedade, ele é o único que detem o uso legal da coerção física. A coerção pode ser entendida como a imposição ou pressão de um sujeito ou grupo perante outros sujeitos ou outros grupos, através da possível efetivação de exclusão ou de pagamento de ônus por parte dos que não cumprirem com os acordos anteriormente firmados (BOBBIO, MATTEUCI, & PASQUINO; 2004). Sendo assim a coerção, além de física, pode ser de origem sociocultural, psicológica, econômica, política, ideológica, burocrática que escapa do domínio legítimo do Estado, podendo estar presente em outras esferas sociais.

No sistema de FRS, não há um acordo lavrado legalmente em cartório entre os camponeses e os mediadores. Isso não significa dizer que não haja coerção efetiva atuando entre eles, obrigando-os a cumprirem os acordos e impedindo a deserção dos membros dos grupos. Até porque a coerção também tem sua função social garantida. Ela é um elemento importante na manutenção da coesão social dos grupos (DURKHEIM, 1999). Ela é necessária para garantir certo grau de participação e cooperação entre os membros de um grupo social, mesmo presumindo-se que eles sejam totalmente voltados para seus próprios interesses.

No caso dos FRS, além da coerção sociocultural existente entre os membros dos grupos, existe a efetiva coerção exercida pelos mediadores, no sentido de que desistir ou não cumprir com os acordos firmados poderá resultar na exclusão futura de outros benefícios

advindos das políticas públicas geridas por eles. Este fato ficou bem claro quando, no momento da pesquisa, foi verificado que os FRS funcionavam melhor (baixo índice de deserção, pouca inadimplência e perene rotatividade), quando eram mediados por entidades lideradas por agentes que possuíam pulso forte e dominador ou por aqueles que possuíam o controle de algum aparelho ideológico, como no caso de religiosos.

A *relação* de poder entre os mediadores e os mediados nem sempre é percebida com clareza. Isso porque o poder é uma força potencial que não é de domínio total de nenhum ator social. Neste sentido, o poder não se localiza num lugar definido, ele é relacional e não-local, não é um objeto virtual possuído por uma esfera determinada do social, é disseminado por todo corpo da sociedade e ninguém está isento de sofrer sua atuação. Pois ele se manifesta, inevitavelmente, através de três componentes: a força, a autoridade e a influência.

Para Weber (1999)³⁰, o poder pode ser entendido como a possibilidade de imposição de uma vontade própria independentemente de resistências de qualquer origem ou natureza. Ele é um dos elementos mais importantes da ação social.

Seria ilegítimo afirmar que só os mediadores exercem, efetivamente, o poder em todas as etapas dos processos sociais que emanam do sistema de FRS. Pois, na relação entre os mediadores e os membros dos grupos de fundos rotativos, há uma forte dependência entre ambas as partes, o que gera certa alternância do uso do poder. De um lado, os mediadores dependem da participação dos camponeses para legitimar suas iniciativas; de outro, os camponeses necessitam do aparato institucional dos mediadores para terem acesso ao poder público na obtenção de benefícios a partir das políticas públicas.

Ao observar a participação dos camponeses em reuniões de FRS, percebemos que a maioria deles tem plena consciência da importância de seu papel para manutenção e

³⁰ Não evidenciaremos, aqui, a questão da dominação. Pois segundo Weber (1999, p. 188), a dominação é apenas uma forma particular do poder. A simples definição de poder nos é suficiente para dar prosseguimento a nossa apreciação dos FRS.

funcionamento dos fundos. Essa tomada de consciência às vezes evita as imposições dos técnicos, sendo utilizada como elemento de negociação e obtenção de vantagens: “*nós precisamos da ASA, mas ela também precisa da gente. Nem tudo deve ser do jeito que eles querem, senão nada feito*” (João, camponês da comunidade Mandacaru).

1.2.2.2. A visão dos FRS a partir dos mediadores

Para os mediadores, os Fundos Rotativos Solidários vão muito além da simples transferência de recursos para a agricultura, potencializando e reestruturando as pequenas unidades de produção ao nível do desenvolvimento econômico e sociocultural das comunidades. Do ponto de vista econômico, as experiências com os fundos têm contribuído para a construção de propostas de crédito compatíveis com a realidade e diversidade dos agricultores; e em nível social, eles são um importante instrumento de organização e gestão coletiva que reforça a participação.

Os chamados Fundos Rotativos Solidários (FRS), enquanto mecanismo de mobilização e valorização social da poupança comunitária, assumem a forma de gestão compartilhada de recursos coletivos. (...) o termo ‘solidário’ confere um novo sentido de sociedade, com estilo e valores concebidos e apropriados localmente, mas abertos à interação com outros grupos e ideais e contrapondo-se às realidades políticas e econômicas excludentes (ROCHA & COSTA, 2005, p. 13)³¹.

Além disso, os mediadores afirmam que os FRS têm efeitos políticos mais profundos; os produtores vão descobrindo e firmando sua capacidade de construir benefícios por conta própria, sem depender de políticos; eles vão ganhando autonomia e autoconfiança. De acordo com os idealizadores dos fundos, esse tipo de financiamento resgata a dignidade dos produtores, que não são considerados como “esmoleiros” e sim como cidadãos capazes de conduzir seu próprio destino.

Os Fundos são mais do que mecanismos de financiamento de atividades. Eles têm se mostrado um forte instrumento de economia comunitária a serviço do

³¹ Citação do artigo **Fundo Rotativo Solidário**: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável do semi-árido, publicado por técnicos da ASA-PB na revista *Agriculturas: experiências em agroecologia, gerando riquezas e novos valores*. v. 21, nº 2: LEISA, 2005.

desenvolvimento auto-centrado. Como um sistema de crédito mútuo, a experiência pode ser apreendida como motivação e subsídio para formulação de políticas públicas de financiamento mais adequadas à agricultura familiar (ROCHA & COSTA, 2005, p. 14).

O sistema de Fundos Rotativos Solidários tem vários aspectos. Em primeiro lugar ele responde a essa necessidade de pequenos investimentos produtivos ou de infra-estrutura que permitem a decolagem da economia familiar. Em segundo lugar, não é um favor, é um empréstimo que será pago (pelo menos parcialmente, pois tem um tipo de rebate), e que, portanto não cria dependência. O produtor se sente orgulhoso de mostrar o bem construído. Em terceiro lugar, o sistema dos Fundos Rotativos Solidários é o pontapé inicial para a organização da comunidade, e talvez seja nisso que reside seu valor essencial para modificar a situação de subdesenvolvimento (DUQUE, 2002).

Dentro da dinâmica comunitária, os fundos rotativos se inserem num processo rico de formação onde os valores da democracia e da transparência são exercitados pelas comunidades na gestão deste recurso coletivo. As regras de gestão dos recursos, os beneficiários e as formas de atendimento das famílias mais empobrecidas são permanentemente discutidos. Os FRS constituem assim um verdadeiro processo pedagógico e político de organização, e não simplesmente uma operação econômica.

Os FRS são elementos que favorecem um tipo de pedagogia voltada à cidadania e à organização das comunidades. Eles fortalecem as associações dos pequenos produtores rurais porque incentivam a participação. Outro aspecto é o favorecimento de famílias carentes que não teriam como adquirir cisternas de outro modo, a não ser pelo favor de políticos (Presidente da Associação de Produtores Rurais de Caiçara).

De acordo com os mediadores, as comunidades, ao gerenciarem os recursos dos fundos, adquirem consciência de sua origem governamental e, portanto, pública. Ao optarem por geri-los, elas constroem uma nova percepção do bem público. Contribuem assim, para desconstruir a visão disseminada em nossa sociedade de que os recursos públicos, exatamente

por serem públicos, podem ser gastos sem compromisso com a responsabilidade de seu uso ou com a qualidade que resulta de sua aplicação.

CAPÍTULO II

Cooperação: construção do conceito e definições

Escrever sobre cooperação e solidariedade significa escrever, ao mesmo tempo, sobre rejeição e desconfiança. A solidariedade envolve indivíduos prontos para sofrer em benefício de um grupo mais amplo e sua expectativa que cada membro desse grupo faça o mesmo por eles. É difícil falar sobre essas questões com distanciamento. Elas tocam em sentimentos íntimos de lealdade e sacralidade.

Mary Douglas³²

Neste capítulo, trataremos da questão da cooperação que será entendida como uma noção presente nas concepções teóricas dos principais autores do pensamento ocidental, chegando até a formação da sociologia, se estendendo até a atualidade como um tema recorrente e solicitado por muitos autores para entender as questões referentes à ação coletiva.

Uma das preocupações recorrentes no pensamento ocidental gira em torno da noção de cooperação entre os indivíduos. Desde a filosofia clássica até a sociologia contemporânea, esta questão se apresenta nas reflexões sobre a origem da sociedade, a ação dos indivíduos e a relação entre estes e a sociedade.

Ao longo da história do Ocidente, quando o pensamento acerca da sociedade vem sendo problematizado por filósofos, historiadores e cientistas sociais, a preocupação a respeito da associação entre os homens, focada na questão da cooperação e da autonomia dos indivíduos em relação à sociedade, manifesta-se de três maneiras: para uma corrente, são as normas sociais que coagem os indivíduos forçando-os a cooperar e aplicando sanções aos que não cumprem as regras – é a primazia da sociedade em relação aos indivíduos; para outra corrente, a ação individual é o princípio organizador da vida em sociedade; portanto são os

³² DOUGLAS, 1998.

indivíduos que possuem autonomia para cooperar ou não; e finalmente, a terceira corrente defende a interação entre a sociedade e os indivíduos: ambos formam um mesmo processo onde os tipos de acordos sociais feitos a partir desta interação podem facilitar ou dificultar a ação cooperativa.

De uma forma ou de outra, é patente a importância desta questão no cerne do discurso que forma a base epistemológica da sociologia. Daí a importância de um breve percurso pelo pensamento de alguns autores e pelos caminhos teóricos que a noção da cooperação e do interesse entre os indivíduos percorreu ao longo da tradição do pensamento ocidental.

2.1. A noção de cooperação entre os indivíduos: de Aristóteles aos contratualistas

Não é possível precisar qual foi o primeiro ou o mais importante filósofo a tratar das questões da sociedade humana e mais precisamente da cooperação e do interesse entre os indivíduos, mas desde que Aristóteles (~384- ~322) afirmou, em seu tratado sobre política, que “*o homem é um animal político*” e, portanto “*um animal social*”, a discussão sobre a necessidade de cooperar para viver em sociedade ganhou seu lugar definitivo na filosofia e mais tarde nas ciências sociais.

Na obra *A Política*, Aristóteles demonstra, a partir de uma concepção naturalista, que emana da natureza humana a inclinação para cooperar e compartilhar no mais alto grau a vida que só se realiza em sociedade. Na verdade, a sociedade nada mais é do que o fruto natural da cooperação humana. Assim, Aristóteles abomina a possibilidade do homem viver isoladamente.

Fica evidente, portanto, que a cidade participa das coisas da natureza, que o homem é um animal político, por natureza, que deve viver em sociedade, e que aquele que, por instinto e não por inibição de qualquer circunstância, deixa de participar de uma cidade, é um ser vil ou superior ao homem (ARISTÓTELES, 2001; p. 14).

A riqueza do pensamento aristotélico trouxe para o pensamento ocidental a concepção de que a sociedade é um advento natural e que viver em sociedade é a única maneira de realizar-se como ser humano. Portanto, o homem naturalmente coopera. Essa inclinação inata é a mais elementar da natureza humana, abolindo a possibilidade de autonomia e escolha por parte do homem. A explicação de Aristóteles inaugura uma longa tradição que mergulha o homem num fosso onde reina o determinismo natural e, mais tarde, social.

É importante acrescentar que afora Santo Agostinho, cujas bases filosóficas advêm do platonismo pagão, os princípios aristotélicos perduraram quase inalterados por vários séculos e se estenderam ao pensamento cristão do medievo.

No princípio da era cristã, por volta do século IV, Santo Agostinho (354-430), preocupado com a queda do Império Romano, do qual o cristianismo havia tornado-se religião oficial, dedicou sua principal obra, *De Civitate Dei* – Da Cidade de Deus, ao exame dos problemas sociais. Ele detectou que a grande crise que se instalou no Império advinha do exacerbado egoísmo e senso de liberdade política do qual os cidadãos romanos gozavam. Aquele era um sistema político corrupto que incentivava a competição desmedida. Só uma nova “cidade”, baseada na comunhão que Deus oferece aos homens, poderia ser entendida como a verdadeira organização social. Agostinho insere claramente um elemento novo no pensamento ocidental, porém antigo na prática de muitos povos: a união da coerção espiritual com a coerção temporal. Esse enlace entre poder espiritual e poder temporal facilitaria a cooperação através da força social coercitiva e inibiria os espíritos ávidos de egoísmo que corrompiam a ‘boa’ sociedade.

Estas idéias de Agostinho influenciaram as principais concepções da Igreja Católica que se tornou uma das bases de um sistema social de dominação entre os mais fortes e coesos que o ocidente experimentou ao longo de sua história: o Feudalismo. Mais tarde, elas foram resgatadas e associadas ao pensamento aristotélico por São Tomás de Aquino (1225-1274).

Na sua *Summa Theologica*, Aquino acrescentou ao entendimento de Aristóteles, de que a cooperação vem da inclinação natural intrínseca à natureza humana, o fato de que essa naturalidade provém de forças divinas transcendentais, ou seja, que emanam unicamente da vontade de Deus. Neste caso, a coerção social que obriga a associação entre os homens foi substituída pela coerção divina. O homem deve aceitar seu destino e obedecer às leis da Igreja e dos monarcas, já que estes são representantes de Deus na terra. Transgredir as leis da Igreja e do Estado é levar sua alma à condenação eterna. Percebe-se que nesta tradição, o interesse do homem é fruto das possibilidades que Deus oferece através da sociedade.

No entanto foi com os modernos que se aprofundou um verdadeiro debate filosófico sobre a inclinação à associação entre os homens. Referimo-nos aos filósofos denominados de *jusnaturalistas* e/ou *contratualistas*: T. Hobbes (1588-1679), J. Locke (1632-1704) e J.-J. Rousseau (1712-1778). É importante destacar a contribuição destes pensadores porque é com eles que se encontram posições metodológicas semelhantes e resultados divergentes que de certa forma influenciaram o pensamento do século XVIII e XIX.

A partir do estado de natureza, que é uma construção hipotética-dedutiva, os *jusnaturalistas* e/ou *contratualistas* apontaram conclusões diferentes acerca da natureza humana e da origem da sociedade.

Em seu *Leviatã*, Hobbes afirma que o “homem é o lobo do homem” e, portanto, egoísta por natureza. Seu egoísmo desmedido impede a cooperação, conduzindo-o a um estado de guerra generalizado. Já Locke não acredita em idéias inatas. O homem nasce como se fosse

uma folha em branco cujos dados irão ser impressos ao longo de sua existência: teoria da *tábula rasa*. É a vida em sociedade que forja a natureza do homem. E essa natureza humana assume as características do tipo social ao qual o indivíduo pertence. Por fim Rousseau, em *O Contrato Social*, diz que os seres humanos nascem inocentes, são bons por natureza, porém é a convivência grupal desregrada que gera a competição e a desigualdade e, por assim dizer, o mal.

Não havia problemas no estado de natureza descrito pelos *jusnaturalistas* enquanto o homem vivia isolado ou em pequenos bandos. No momento em que grupos pequenos crescem e entram em contato com outros grupos, surgem os conflitos próprios da convivência social, havendo a necessidade de criar leis positivas que regulem as ações dos homens. Pois, sem regras que facilitem a cooperação, a raça humana estaria fadada a uma profunda insegurança que poderia colocar em risco a vida do homem. Daí, a necessidade de fundar a sociedade através de um pacto social.

De um modo geral, a sociedade surge no pensamento de Hobbes, Locke e Rousseau com a “função” de criar regras e leis positivas que possibilitem a convivência entre os indivíduos, já que é a necessidade de sobrevivência que faz com que o homem abandone sua liberdade plena em prol de uma vida social.

Cada um, a seu modo, descreve um tipo de sociedade específica. Para Hobbes, a sociedade deve ser regida por um Estado absolutista que possui o controle total sobre os indivíduos, inclusive o direito sobre suas vidas. Já em Locke, encontramos os fundamentos de uma sociedade onde prevalece a concepção de um individualismo liberal, gerido por um Estado limitado que garante a liberdade regulada dos indivíduos. Em Rousseau, a sociedade nada mais é que a união dos indivíduos que compartilham democraticamente suas vidas. Ele aposta na capacidade de auto-regulação dos indivíduos reunidos em grupos.

Porém, o pensamento dos três converge num ponto: a cooperação é a peça fundamental para a vida em sociedade. Ela implica a existência da formulação de normas que orientam a ação dos indivíduos. Estas normas são oriundas do tipo de pacto acordado, quer seja de submissão (Hobbes), de liberdade (Locke) ou de igualdade (Rousseau).

Deixando à parte o mérito da discussão - se houve ou não um estado de natureza no qual viveu a “raça humana” e se, um belo dia, os homens reuniram-se para pactuar e fundar a “boa ou má sociedade” –, vale salientar que o que nos interessa é o esforço que esses autores fizeram para entender os fundamentos e o funcionamento da sociedade, já que eles levantaram questões que levam em consideração a dicotomia entre a ação reguladora da sociedade e a autonomia dos indivíduos. Questões estas que serviram de base para o pensamento sociológico do século XIX, quando a reflexão filosófica dos modernos ganhou um redimensionamento a partir das particularidades da nova sociedade que surgira: a capitalista.

Com a sociedade capitalista, novas relações sociais são estabelecidas. No contexto social do final do século XVIII a início do século XIX, a questão da cooperação passa a ser compreendida como um elemento fundamental à emancipação dos trabalhadores da indústria. Esta forma de ver a cooperação se apresenta com muita ênfase na obra de Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon.

2.2. Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon: a contestação da sociedade capitalista e busca do Ideal comunitário através da cooperação

A Revolução Industrial, ocorrida na Grã-Bretanha e mais tarde na França, foi marcada por inúmeras transformações sociais que resultaram no surgimento da sociedade das indústrias, sociedade capitalista. Em seu limiar, o capitalismo enquanto modo de produção

evidenciara duas figuras com funções sociais específicas: o burguês, dono dos meios de produção, e o proletariado, trabalhador que só possuía sua mão-de-obra para vender e garantir sua sobrevivência. A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a vida e a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo ficavam de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o enfraquecimento físico dos trabalhadores e sua elevada mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse elevar-se.

Diante desse contexto, alguns industriais, movidos também por sentimentos humanitários, começaram a pensar sobre estes problemas sociais e a propor leis de proteção aos trabalhadores. Entre eles se encontram Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837) e Saint-Simon (1760-1825) que elaboraram, a partir de suas experiências, uma densa crítica à sociedade capitalista, propondo alternativas sociais que poderiam substituir o alto grau de coerção, exploração e desumanização aos quais os trabalhadores da indústria eram submetidos.

Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark, em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, limitou a jornada de trabalho e proibiu o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas. Essas inovações resultaram num grande aumento da produtividade. Seu complexo industrial ganhou fama e recebia a visita de outros industriais que estavam interessados no aumento da produção. Porém, suas iniciativas não pararam por aí, ele as estendeu num projeto denominado de aldeias cooperativas.

Em 1817, Owen propôs ao governo britânico um plano em que os fundos de sustento aos pobres poderiam ser aplicados em *Aldeias Cooperativas*, em vez de serem distribuídos a fundo perdido. Estas Aldeias deveriam ser verdadeiras comunidades agrárias que absorveriam a indústria, aboliriam a propriedade privada e levariam, por contágio, ao advento da felicidade e da virtude sobre a terra. Cada Aldeia Cooperativa deveria ser ocupada por 1.200 pessoas

trabalhando na terra e na indústria, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as Aldeias. Com cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada Aldeia, Owen tentava mostrar que haveria grande economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos na produção em vez de permanecerem desocupados (COLE, 1994).

Segundo Singer (2002), o raciocínio econômico de Owen era impecável, pois o maior desperdício, em qualquer crise econômica do tipo capitalista (devido à queda da demanda total), é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho. Owen queria demonstrar que há um efeito de empobrecimento da sociedade. Portanto, conseguir trabalho para eles, por meio da cooperação, é expandir a criação de riqueza, permitindo a rápida recuperação do valor investido.

Só que na segunda década do século XIX, o governo britânico negou a implementação das Aldeias Cooperativas de Owen. “Quanto mais Owen explicava o seu ‘plano’, mais evidente se tornava que o que ele propunha não era simplesmente baratear o sustento dos pobres, mas uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista” (COLE, 1994, p.20). Decepcionado, Owen partiu para os Estados Unidos para erguer, num meio social novo, uma Aldeia Cooperativa que seria um modelo para a sociedade do futuro.

Em 1825, em New Harmony, no Estado de Indiana, foi fundada a primeira Aldeia Cooperativa que logo sofreu sucessivas dissensões. Owen permaneceu a sua frente até 1829 quando, novamente desiludido, voltou a Inglaterra. De acordo com Cole (1994), o plano de Owen era muito claro. A cooperação traria de fato os resultados econômicos e sociais que ele havia calculado com precisão. Ele só não contou com dois aspectos fundamentais: a pressão externa do sistema onde a competição é o carro chefe e o conflito de interesses inerentes às associações humanas.

Vale salientar que o pensamento de Owen inspirou o movimento sindical, ainda nascente na Inglaterra, que fez uso de suas idéias proporcionando um surto de fundos rotativos de reserva e cooperativas de várias naturezas por toda Europa. “A primeira cooperativa owenista foi criada por Geoge Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs que formassem uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais” (SINGER, 2002, p.27).

Foram de grande importância as idéias elaboradas por Robert Owen. Além de terem provocado inúmeras iniciativas práticas onde a cooperação entre os indivíduos era o elemento de contestação principal do sistema capitalista, elas também provocaram um debate caloroso entre alguns pensadores no final do século XVIII e no limiar do XIX, entre eles Charles Fourier.

Encontramos na obra do francês *Charles Fourier* os princípios de uma crítica radical não somente da ordem social existente em seu tempo, mas da própria civilização, bem como, um conjunto de proposições para construir um mundo harmonioso.

De acordo com Fourier, a civilização define-se por três constantes: reprimir, corrigir e moderar. A civilização nada mais é do que repressão, correção e moderação do ‘real’, no qual ela introduz a desordem, a irrazão e a violência. “A civilização é assim um conjunto teórico imperfectível, teoricamente irremediável; e Fourier, portanto, não buscará estabelecer uma ‘boa’ teoria da civilização, mas somente as condições práticas da libertação desse real assim corrigido, moderado, reprimido” (CHÂTELET, 1997, p.142).

Fourier levanta uma profunda desconfiança perante a liberdade política que o homem tinha conquistado na Idade Moderna. A liberdade política, a separação dos poderes não passa de mentira e engodo e sempre leva a resultados contrários aos que se busca com eles. Em sociedade, essa incoerência generalizada transforma-se num sistema de coerção também

generalizado. Sua crítica vai além do sistema político e econômico. “Sua ironia minuciosa não deixa na sombra nenhum aspecto do que forma a vida cotidiana do indivíduo: educação, família, sexualidade, urbanismo, poluição; e, por toda parte, ele descobre o traço da coerção” (CHÂTELET, 1997, p.144).

Sufocado diante de tão forte coerção que inibe a verdadeira autonomia dos indivíduos, Fourier idealiza o projeto do *Falanstério*: comunidade auto-gerida composta de 1.800 pessoas e suficientemente grande para oferecer a cada um uma ampla escolha entre diversos tipos de trabalhos. Eram preservadas a propriedade privada e a liberdade individual de mudar de trabalho. Já os meios de produção seriam de todos os membros, mas sob a forma de propriedade acionária. O resultado do trabalho de todos seria repartido de acordo com proporções fixas: 5/12 pelo trabalho, 4/12 pelo capital investido e 3/12 pelo talento.

Algumas medidas seriam previstas para evitar a polarização entre pobres e ricos: primeiro, as ações deveriam dar rendimento tanto maior quanto menor fosse o número delas possuído pela pessoa, de modo que os pequenos acionistas teriam um rendimento proporcionalmente maior que os grandes; segundo, todos teriam uma renda mínima mesmo que não trabalhassem. Para Singer (2002), “*esta proposta faz sentido, pois todos trabalharão por paixão, e não por necessidade, embora as pessoas continuem competindo por riquezas, já que o sistema manteria a propriedade, herança, juros sobre o capital e alguma desigualdade entre ricos e pobres*” (Op. cit., p.37).

O Falanstério de Fourier pode ser entendido como uma variedade do socialismo de mercado, onde a cooperação não é centrada na coerção – como é o caso, acima demonstrado, dos filósofos contratualistas – ela é focalizada na liberdade individual, na livre escolha dos trabalhos, organizados em equipes e na propriedade por ações dos meios de produção. Isto para que a liberdade humana resulte da paixão pelo labor.

Embora não fosse sua ambição, Fourier teve muitos discípulos. A experiência prática do seu Falanstério espalhou-se por toda Europa e principalmente pelos Estados Unidos. Fourier é considerado um predecessor do anarquismo, pois a idéia de que todos poderiam viver em comunidades cooperativas torna a necessidade do Estado dispensável.

Saint-Simon, autor da famosa frase “*de cada um de acordo com sua capacidade, e a cada um, de acordo com sua necessidade*”, era um grande entusiasta da sociedade capitalista, porém mostrava-se descontente com a desordem e o clima de anarquia que a nova ordem social, a capitalista, estava enfrentando. Uma vez que todas as relações sociais são instáveis, o problema a ser enfrentado, em sua opinião, era o da restauração da ordem. Ele constatou que novos tipos de relações sociais haviam surgido e se tornado os principais responsáveis pelo abalo da coesão social: ele se referia aos tipos de relações sociais entre industriais capitalistas e trabalhadores da indústria.

Estas novas forças atuantes na sociedade dependiam fortemente da cooperação entre elas. Já que, para Saint-Simon, o novo sistema só poderia desenvolver-se a partir da harmonia e cooperação entre as duas partes essenciais que compõem a “nova ordem social” (a então nascente sociedade capitalista) e que, segundo ele, eram os estratos sociais que fundamentavam essa nova ordem, ele acreditava que os homens de sua época deveriam procurar uma maneira de promover um tipo de cooperação harmônica entre industriais e trabalhadores para que todos usufruíssem dos benefícios que o novo sistema poderia oferecer.

Caberia aos industriais, associados com os homens da ciência, criarem mecanismos para favorecer o crescimento econômico que, por sua vez, acabaria com os conflitos sociais e traria segurança para os trabalhadores. O papel da ciência era descobrir as leis do progresso e do desenvolvimento para orientar os industriais, ao passo que o papel dos homens da indústria era preocupar-se com o processo produtivo, redistribuir as riquezas e cuidar para que os trabalhadores tivessem condições favoráveis de vida e se sentissem recompensados por

produzirem mais. Na concepção de Saint-Simon, essa ordem cooperativa traria o progresso para toda a sociedade.

Owen, Fourier e Saint-Simon, responsáveis pelas primeiras reflexões acerca da sociedade capitalista, inseriram no pensamento social de sua época, críticas acerca das desigualdades sociais. Curioso é que cada um a seu modo acreditava que a cooperação era a chave para resolver os problemas oriundos destas disparidades. Owen e Fourier apostavam no incentivo dos homens da indústria para criar Aldeias ou Comunidades Cooperativas pelos moldes do Falanstério, onde a ajuda mútua acabaria com a pobreza e traria vantagens econômicas e desenvolvimento para todos. Já Saint-Simon não acreditava em comunidades isoladas; para ele a harmonia e a cooperação entre as partes principais da nova ordem social provocariam a estabilidade e o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Eles foram denominados por Karl Marx, em *O Manifesto do Partido Comunista*, de Socialistas Utópicos, justamente por acreditarem que haveria a possibilidade de cooperação entre burgueses e proletários na sociedade capitalista. Utópicos ou não, eles abriram margem para a seguinte questão: é possível haver cooperação numa sociedade onde reina a competição, o utilitarismo e o individualismo em sua mais alta acepção? Se fosse possível, como seria esta cooperação? Com certeza, não se trata da cooperação à qual Aristóteles, Agostinho, Aquino e os contratualistas referiam-se, *a cooperação entendida como elemento fundamental à coesão social*.

Portanto, é interessante mapear estas questões no pensamento sociológico de meados do século XIX ao início do século XX. Mais precisamente em Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber.

2.3. A noção de cooperação no pensamento sociológico de Marx, Durkheim, e Weber.

O conjunto de reflexões, proferidas por vários autores entre o século XIX e o início do século XX, que podemos denominar de pensamento sociológico clássico, foi profundamente permeado por temas e questões ligadas ao limiar e consolidação da sociedade capitalista, uma nova ordem social, segundo a reflexão de Saint-Simon, onde o desenvolvimento econômico, científico, político, bem como a radicalização das desigualdades sociais experimentaram seu mais alto grau de magnitude. O encantamento ou a desolação que esta sociedade nascente provocara em alguns espíritos, juntamente com o desenvolvimento científico que vinha se constituindo desde Copérnico, passam a cobrir esse novo mundo social: é a nascente sociologia.

Neste sentido as contribuições de Karl Marx, Émile Durkheim e Marx Weber foram de fundamental importância para o entendimento da cooperação a partir das relações sociais próprias do sistema capitalista.

Para Karl Marx (1818-1883) a noção de cooperação entre indivíduos e classes sociais aparece na sua obra em volta à discussão sobre natureza humana e vida em sociedade. Influenciado pelos socialistas utópicos, Marx acredita que a competitividade e alienação oriundas da sociedade capitalista impedem o indivíduo de realizar sua verdadeira natureza cooperativa. Ele não sistematizou uma teoria acerca da natureza humana e do porque o homem precisa cooperar para viver em sociedade, mas essas noções perpassam por alguns dos escritos de cunho filosófico, como: *Os Manuscritos Econômicos Filosóficos* de 1844 com destaque

para o terceiro manuscrito, e *A Ideologia Alemã*, bem como os de caráter político e econômico: *O Manifesto Comunista*, e *O Capital*³³.

Marx vê o homem como “ente-espécie”, “homem natural”: como ser humano universal, com suas necessidades e com potencial para se desenvolver a partir da cooperação. Um dos aspectos fundamentais da noção de Marx acerca da sociedade humana é que esta não é vista de forma dissociada da natureza. Ele trata a relação entre a sociedade e a natureza como um intercâmbio que se desenvolve historicamente através da cooperação e do trabalho humano e que ao mesmo tempo cria e transforma as relações sociais entre os seres humanos. Assim como a sociedade forma o homem, também a sociedade é produzida por ele numa relação dialética.

A livre cooperação é condição essencial para que o homem possa realizar sua natureza humana: sua natureza cooperativa. A ação cooperativa livre não é possível na sociedade capitalista. No entanto, Marx não descarta a questão da cooperação no capitalismo, muito pelo contrário, ela é fundamental para a manutenção do sistema. Porém cooperação do tipo capitalista é forçada e desigual. Ao afirmar que a burguesia ao surgir deu a luz a uma nova classe social, a classe proletária, ele se refere ao fato da primeira não sobreviver sem a cooperação da segunda. Pois, o sistema produtivo capitalista fundamenta-se nas relações sociais de produção entre os detentores das forças produtivas e os possuidores da força de trabalho. A cooperação entre burgueses e proletários é uma condição sem a qual o sistema capitalista não se sustentaria. Porém, em vez de criar um sistema de ajuda mútua, ela gera a exploração, a desigualdade social.

³³A noção de natureza humana e cooperação aparecem de forma vaga em outros escritos, tais como: *Contribuição à Filosofia do Direito de Hegel* de 1843, *Trabalho Assalariado e Capital* de 1847, *Contribuição para a Crítica da Economia Política* de 1859. Enfim, nos textos onde são discutidas as questões da alienação e da condição desumanizadora em que a exploração capitalista inseriu o homem, a noção de cooperação está contida, mesmo que de forma indireta.

Só a boa sociedade, livre de dependência e diferenças entre classes sociais, pode produzir a livre cooperação necessária à realização da natureza humana. Não é sem razão que um dos argumentos mais contundentes encontrado no *Manifesto do Partido Comunista*, é o seguinte: “*Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e seu antagonismo de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a livre condição para o livre desenvolvimento de todos*” (MARX & ENGELS, 2001; p. 97).

Para Émile Durkheim (1858-1917), o tema da cooperação aparece como o ponto central em *A Divisão do Trabalho Social*. A obra está centrada na idéia de que a divisão do trabalho é um fato social cujo efeito principal não é aumentar o rendimento das funções divididas, mais produzir, a partir da ação cooperativa, solidariedade como forma de coesão social. Para tanto, Durkheim critica a concepção dos “utilitaristas” que vêem esse fenômeno como puramente econômico e não como moral. A questão norteadora da obra é a seguinte: como é que, ao mesmo passo que se torna mais autônomo, o indivíduo depende mais intimamente da cooperação própria da vida em sociedade?

Para entender a relação entre indivíduo e sociedade, faz-se mister compreender alguns conceitos, a saber: os conceitos de consciência coletiva e individual, e a partir daí, os de solidariedade mecânica e orgânica.

Como foi mencionado anteriormente, Durkheim atribui ao homem duas consciências cuja união compõe a natureza humana: Uma é comum a todo nosso grupo e, por conseguinte, não representa a nós mesmos, mas a sociedade agindo sobre nós – a consciência coletiva. E a outra, ao contrário, só nos representa no que temos de pessoal, que faz de nós um indivíduo – a consciência individual. Nas sociedades “primitivas”, caracterizadas pela solidariedade mecânica, a consciência coletiva cobre a maior parte das consciências individuais, pois o indivíduo está estreitamente integrado no tecido social. No caso das sociedades orgânicas,

dominadas pela divisão do trabalho, a consciência coletiva apresenta uma menor extensão face ao indivíduo que se determina com uma maior autonomia.

A solidariedade mecânica é produzida pela semelhança. Quando essa forma de solidariedade domina numa dada sociedade, os indivíduos pouco diferem uns dos outros – tipo coletivo. A forma oposta de solidariedade, a orgânica, é aquela que resulta da diferenciação dos membros de uma sociedade. A coesão, neste caso, é produzida pela diferença, pois há uma grande dependência de um indivíduo em relação a outro. É essa dependência que os une, favorecendo a cooperação, gerando solidariedade.

Mas a divisão do trabalho só cumpre seu papel de coesão social se os órgãos da sociedade estiverem em permanente intercâmbio social. O normal será que a sociedade desenvolva os seus mecanismos de solidariedade, ainda que estejamos perante uma sociedade marcada pela diferenciação social e pela especialização das funções. Isso não significa que não existam, no âmbito do processo de desenvolvimento da solidariedade social, algumas patologias na divisão do trabalho, como é o caso da divisão forçada e da divisão anômica do trabalho. Assim, se não existir uma adequada cooperação a partir da interação de funções e um eficaz sistema normativo capaz de regular essa cooperação, estaremos perante uma anomia na divisão do trabalho.

Os argumentos levantados por Durkheim em *A Divisão do trabalho social* evidenciam que o homem só pode desenvolver sua natureza a partir da cooperação e da interação social. Desta forma, o que faz com que os homens se associem e vivam em sociedade é a necessidade de se desenvolverem e o que provoca a coesão necessária à vida social é a solidariedade proveniente da interação e da cooperação obrigatória existente entre os indivíduos, quer sejam semelhantes, quer sejam diferentes.

A sociologia de Max Weber (1864-1920) pode ser considerada como uma *Sociologia Compreensiva*. Para ele, a essência da sociologia não consistia somente em encontrar leis gerais do comportamento social dos homens, mas também, apreendê-lo compreensivamente em seu contexto de sentido subjetivo e, dessa maneira, poder explicá-lo causalmente referindo-o às causas e efeitos.

No Capítulo VIII de *Economia e Sociedade*, intitulado de *Comunidades Políticas*, Weber trata da ação social como produtora de relações sociais do tipo associativo ou cooperativo em agrupamentos sociais do tipo classes, partidos e estamentos.

As classes, os estamentos e os partidos são frutos da relação social associativa ou cooperativa que a ação social produz a partir dos interesses individuais: interesses econômicos, sociais e políticos. Estes grupos sociais pressupõem, necessariamente, uma relação associativa e cooperativa que os abrange, especialmente uma ação social política, dentro da qual realizam suas atividades.

Max Weber não tocou diretamente na questão da cooperação. Porém, perante esses breves aspectos de sua sociologia, é possível perceber que a ação social enquanto comportamento plural pode ser entendida, dentro dos grupos sociais, como produtora de relações cooperativas. Ao compartilharem suas ações dentro dos grupos, os indivíduos, produzem a cooperação de que necessitam para conviverem em sociedade. O mais importante é que não é uma força social coercitiva que favorece a cooperação entre os indivíduos. Não é a sociedade que age de forma incisiva nas relações sociais, muito pelo contrário, é a ação interessada dos indivíduos que dá sentido aos grupos sociais.

Com Weber é possível ver a noção de cooperação, que perdurou por vários séculos como produto da coerção social, por outro ângulo. Ao focalizar sua sociologia na ação social

dos indivíduos, ele nos possibilitou entender a ação cooperativa a partir da ótica dos interesses individuais.

As noções de cooperação de Marx, Durkheim e Weber nos oferecem elementos para pensar a cooperação através de diferentes matizes: cooperação através da coerção exercida pela classe dominante, a cooperação enquanto solidariedade social, elemento sem o qual não há coesão social, e a cooperação como fruto da ação social dos indivíduos, respectivamente.

2.4. O debate atual acerca da ação coletiva e da cooperação

O debate atual acirrou-se nos últimos 30 anos, a partir dos estudos de alguns pesquisadores que vêm se dedicando à tarefa de pensar as entidades coletivas e sua dinâmica própria a partir da questão da cooperação.

Pesquisas desenvolvidas no cruzamento da economia com a sociologia têm apresentado resultados importantes para a reflexão sobre a ação coletiva. Elas tratam da forma como os indivíduos atuam em grupo e de como suas preferências e interesses pessoais podem não ser determinantes para sua ação na dimensão do coletivo. Como foi salientado anteriormente, sociólogos clássicos acreditam num prolongamento *natural* dos interesses individuais no contexto de grupos. No entanto, como nos lembra Mancur Olson (1999, p. 05): *“Não é fato que só porque todos os indivíduos de um determinado grupo ganhariam se atingissem seu objetivo grupal, eles agirão para atingir esse objetivo, mesmo que todos eles sejam pessoas racionais e centradas nos seus próprios interesses.”*

Isso pode ser verificado, por exemplo, em problemas envolvendo a tomada de decisão. Indivíduos tomam decisões sobre sua participação numa ação coletiva determinados por fatores que não se reduzem a seus próprios interesses e preferências. Outro aspecto correlato é o da aderência dos indivíduos às inovações (idéias, comportamentos, regras...), fato

que não depende exclusivamente de preferências pessoais, mas requer, além disso, uma negociação dentro da dinâmica do coletivo no qual estão inseridos.

No mesmo sentido, as inteligências individuais parecem não se prolongar naturalmente numa inteligência coletiva. O fato de indivíduos estarem em grupo não significa que haverá entre eles tal sinergia de idéias que resultará numa ação conjunta. Esses são apenas alguns dos aspectos que apontam para uma espécie de *assimetria* entre a dimensão do indivíduo (com suas preferências, interesses, inteligência) e aquela do coletivo, onde os indivíduos são convocados a agir, decidir, adotar comportamentos não apenas em função de si mesmos, mas também conjuntamente. Conhecer uma dessas duas dimensões não necessariamente nos garante compreender a outra. Superar essa distância é o que deve mobilizar parte de nossos esforços para entender como se dá a relação entre ação individual e ação coletiva e, como a ação dos indivíduos reunidos em grupo pode facilitar ou emperrar a cooperação. Para tanto, vale destacar algumas observações feitas pelos pesquisadores ligados à teoria da escolha racional da ação coletiva. Estes teóricos partem do pressuposto básico de que *“o fracasso em se estabelecer a cooperação entre indivíduos com vista a alcançar um benefício comum não é necessariamente um sinal de ignorância ou irracionalidade. Ao contrário, é justamente porque os indivíduos tendem a agir racionalmente na busca de garantir seus melhores interesses que sua ação individual pode colocar em xeque os interesses da coletividade”* (CUNHA, 2002, p. 55).

Na sua maior parte, a teoria da escolha racional entrou nas ciências sociais a partir da economia, como resultado dos trabalhos pioneiros de Anthony Downs, James Buchanan, Gordon Tullock, George Stigler e Mancur Olson. Embora esses autores possam ter discordado entre si em inúmeros aspectos, todos adotaram uma interpretação particularmente materialista da teoria da escolha racional. Para todos eles, os agentes sociais estariam interessados na maximização da riqueza, de votos, ou de outras dimensões mais ou menos mensuráveis em

termos de quantidades e sujeitas a constrangimentos de recursos materiais. Todas as teorias resultantes se estruturam da mesma forma: as escolhas feitas pelos agentes devem ser explicadas em termos da variabilidade dos constrangimentos materiais enfrentados por eles.

Esta abordagem é caracterizada pela concepção de que a vida social deve ser explicada por meio de modelos de ação individual racional. A racionalidade é entendida neste caso, em termos utilitários, como uma questão de maximizar a satisfação das preferências do indivíduo. O pressuposto da racionalidade individual não implica a racionalidade do comportamento coletivo. Pois, preferências individuais não podem ser normalmente agregadas em uma estrutura de preferência coletiva bem definida (URRY, 1996).

A teoria da escolha racional parte de algumas proposições: a premissa da *intencionalidade* – na qual o indivíduo age intencionalmente e cujas práticas referem-se a finalidades e objetivos; da *racionalidade* – onde o indivíduo possui planos coerentes e tenta maximizar os benefícios e minimizar os custos das suas ações; da *incerteza* e do *risco* – geralmente os indivíduos possuem informações imperfeitas que podem colocá-los em situação de riscos; expostos aos riscos, eles são capazes de calcular a ‘utilidades esperada’ ou o ‘valor esperado’ de cada ação; por fim, das *escolhas interdependentes e estratégicas* – “os indivíduos devem tomar decisões confrontados com um ambiente independente das suas escolhas (*escolhas paramétricas*). *Comportamento subótimo e contrafinalidade são exemplos de escolhas estratégicas nas quais os indivíduos levam em conta as escolhas de outros antes de decidir sua própria linha de ação*” (CUNHA, 2002, p. 62).

Segundo Elster (1986), a teoria da escolha racional tem uma visão excessivamente simplista do agente: não leva em consideração o altruísmo e outros elementos. Outra crítica é que a racionalidade humana é uma questão de projetos de auto-edificação a longo prazo (ELIAS, 1994a) e, não só a maximização a curto prazo.

2.4.1. Mancur Olson: a ação coletiva e os interesses individuais

Este termo *ação coletiva* foi difundido por Mancur Olson (1999), em sua famosa obra *A lógica da ação coletiva*, que o utilizou para discutir o comportamento típico de um indivíduo que age segundo seu próprio interesse, buscando sempre maximizar seu benefício pessoal dentro de associações. Ele emprega o jogo do dilema do prisioneiro³⁴, com a finalidade de analisar a natureza da ação coletiva. A contradição do jogo é que, se cada prisioneiro buscar seu auto-interesse isoladamente, então todos obtêm um resultado subótimo, menos satisfatório do que se lhes tivesse sido possível colaborar um com o outro e sacrificar esses interesses individuais. Segundo Urry (1996, p. 02), “Olson generaliza essa situação para toda e qualquer organização que tentar mobilizar um grande número de indivíduos movidos por interesses próprios”.

Olson procura refutar duas idéias comuns na teoria tradicional dos grupos e organizações. Primeiro, de que haveria um instinto natural entre os indivíduos para se associarem, algo como serem os indivíduos ‘seres políticos’. Segundo, que as organizações cumprem funções sociais. Outra característica do pensamento tradicional é de que a participação dos indivíduos nestas organizações é universalmente voluntária e que pequenos e grandes grupos tendem a atrair membros pelas mesmas razões (CUNHA, 2002, p. 59).

Olson chama a atenção para o problema do *free rider* ou “carona” que obtém os benefícios de um bem coletivo sem incorrer nos custos da sua provisão. Se existirem *free riders* em excesso, o bem coletivo não poderá ser alcançado. Esse argumento indica que só porque todos os membros de um grupo partilham de um interesse comum, não se segue necessariamente que eles se organizarão na busca desse interesse.

³⁴ Dois prisioneiros, suspeitos de terem colaborado num crime, são colocados em celas separadas. A polícia diz a cada um que será libertado se denunciar o outro e este não o denunciar; se denunciarem um ao outro, ambos receberão três anos de reclusão; se um não denunciar o outro, mas o outro o denunciar, será condenado a cinco anos; se nenhum denunciar o outro, a polícia tem provas suficientes para mandar cada um à prisão por um ano.

A argumentação de Olson segue a seguinte linha de raciocínio: primeiro é preciso admitir que, por mais variados que possam ser os desejos humanos, eles podem ter pontos em comum; num segundo momento, os homens reconhecem ter interesses comuns, o que Marx chamaria de adquirir “consciência”; a partir desses interesses comuns, os homens planejam uma atuação coordenada para alcançá-los. Esta atuação coordenada, que tem origem num reconhecimento consciente de interesses comuns, recebe o nome de ação coletiva. É importante ressaltar que a ação coletiva é, portanto, composta por ações racionais - com referência a fins ou a valores (WEBER, 1999). Para ser classificada como coletiva, a ação não precisa ser executada diretamente por todos os membros da organização. Uma greve não deixará de ser ação coletiva (ainda que tenha sua eficácia diminuída), se uma parte dos trabalhadores não aderir a ela. Em outros casos, se a organização contar com uma equipe de apoio, uma burocracia, algumas tarefas de interesse coletivo podem ser transferidas para o(s) ocupante(s) de cargo(s) naquela equipe, que ao realizá-las estarão representando uma ação coletiva.

Olson estabelece três situações teóricas em que os indivíduos podem estar frente à ação coletiva: A primeira é aquela em que os membros do grupo não adquiriram consciência do interesse comum, ou já o fizeram, mas avaliam que os custos da ação são maiores que os benefícios que ela trará. Esse é um grupo latente, onde a possibilidade de ação coletiva é nula. A segunda situação é aquela em que os membros já compartilham objetivos, mas os custos para sua obtenção são da mesma intensidade que os benefícios que ela trará. São grupos semi-organizados, onde a possibilidade de ação é baixa. Na terceira situação os benefícios da ação são maiores que seus custos. Esse grupo social com alta possibilidade de ação coletiva é denominado organizado.

Olson afirma ainda que, no limite, o tamanho da organização determina a possibilidade de ação coletiva. Em grupos muito extensos, uma vez que o benefício desejado

pode ser obtido apenas com a ação de uma parte de seus membros, e que se ele for alcançado será compartilhado com todos, esses membros tendem a considerar sua participação individual como dispensável e preferem esperar confortavelmente sem se manifestar. A grande extensão do grupo também dificulta a identificação de quem participa realmente ou não, além de tornar mais elevados os custos da ação. Já em grupos reduzidos, os custos para a manutenção da organização são menores, assim como é mais fácil perceber os mais “preguiçosos” e, portanto, induzi-los a participar. Posteriormente outro fator foi apresentado como determinante da ação coletiva: o status da organização na estrutura social. O prestígio de uma organização frente à sociedade e os recursos humanos e financeiros de que ela dispõe, permitem manter um maior controle sobre seus integrantes, através de mecanismos de recompensas e punições que tornam a coordenação mais eficaz.

A maior contribuição do pensamento de Olson é evidenciar que os indivíduos não agem de forma cooperativa automaticamente. Essa observação é interessante para nosso estudo, pois ajuda a compreender os motivos pelos quais os indivíduos podem cooperar entre si. Olson mostra o outro lado da moeda com muita clareza: o lado referente aos interesses dos indivíduos que não podem ser desconsiderados.

2.4.2. Elinor Ostrom: a importância das normas e das regras sociais para ação coletiva

Um das críticas mais contundentes à teoria da escolha racional, e que nos é útil, é que seus teóricos desenvolvem a noção de racionalidade dissociada da cultura. Para eles, os indivíduos só cooperam a partir de uma racionalidade completa, onde a comunicação perfeita entre eles permite a obtenção de todas as informações possíveis que facilitam a prever as ações recíprocas, evitando os dilemas sociais. Neste sentido, Elinor Ostrom (1990) afirma que é necessário ampliar o escopo dos modelos de escolha racional com o intuito de usá-los como fundamento para o estudo dos dilemas sociais e da ação coletiva. *“Ela sugere a construção de*

uma segunda geração de modelos de racionalidade, substituindo a noção de uma 'racionalidade completa' pela idéia de 'racionalidade limitada' (CUNHA, 2002; p. 63).

Para Ostrom, estudos empíricos sobre os dilemas dos recursos comuns apontam para o fato de que muitas vezes os indivíduos cooperam mesmo quando não há uma comunicação perfeita. Neste modelo indivíduos e grupos acionam normas e regras comuns que ajudam superar os dilemas sociais. Dispondo de informações imperfeitas, eles fazem uso da "racionalidade limitada", isto é de mecanismos interiores (normas) e exteriores (regras sociais) que facilitam o comportamento cooperativo.

A teoria da escolha racional ajuda a explicar os dilemas da ação coletiva e a entender porque os indivíduos agem no sentido de maximizar seus interesses de curto prazo. Mas não é capaz de explicar porque muitas vezes os indivíduos têm se engajado sistematicamente em uma ação coletiva para prover bens públicos a nível local ou manejar recursos comuns sem que uma autoridade externa tenha que oferecer recompensas ou impor sanções para que a cooperação seja assumida (CUNHA, 2002, p. 64).

Assim, o ponto focal da proposição de Ostrom é a explicação do porque os graus de cooperação variam entre os grupos. Pois os indivíduos possuem uma racionalidade limitada, não podendo calcular todas as estratégias para cada situação específica na qual se confrontam.

Os indivíduos, geralmente, fazem uso de elementos oriundos de experiências que acumularam ao longo de suas vidas, recorrendo a normas e regras aprendidas que orientam suas ações. Para Ostrom, as normas são entendidas como valores internos aos indivíduos e as regras como as disposições compartilhadas pelos indivíduos de um grupo. Ela não descarta a capacidade que os indivíduos possuem para aprender as regras sociais. Muito pelo contrário, regras como a de *reciprocidade*, associadas à noção de *reputação* e *confiança*, ajudam a superar os dilemas sociais. As comunidades em que essas regras são obedecidas têm melhores

chances de coibir o oportunismo dos *free riders* e solucionar os problemas de ação coletiva (OSTROM, 1990).

Segundo Ostrom (1990), os seres humanos são capazes de aprender normas e regras sociais que os ajudam a enfrentar uma gama diversa de dilemas sociais. Nestes casos as noções de reciprocidade, reputação e confiança são fundamentais: “*A reciprocidade dependeria de reputação e confiança. A reputação aumenta na medida em que se é capaz de manter promessas e, assim, contribuir em ações com custos no curto prazo, mas com benefícios no longo prazo. Ou seja, a base mesma dos dilemas da ação coletiva. Desta forma, indivíduos com reputação de reciprocidade buscam se associar com indivíduos com a mesma reputação e evitam aqueles que mostram não merecer confiança*” (CUNHA, 2004, p. 15)

A crítica que Ostrom fez à teoria da escolha racional amplia o grau de aplicação empírica desta abordagem. Sua perspectiva caminha para uma teoria da racionalidade limitada e do comportamento moral.

2.4.3. Robert Putnam: a ação coletiva em comunidades cívicas

A perspectiva da ação coletiva em Robert Putnam aparece em sua obra *Comunidade e Democracia*. Trata-se de uma síntese de 20 anos dedicados à pesquisa empírica da vida política na península italiana. Os cinco primeiros capítulos do livro descrevem a situação política da Itália, e o estudo, avaliação e explicação do desempenho institucional, bem como ao contexto histórico no qual surgiu a comunidade cívica. No entanto, a elaboração teórica em que o trabalho pretende fundamentar suas principais conclusões ficou restrita às duas dezenas de páginas do sexto e último capítulo intitulado de “*Capital Social e Desempenho Institucional*”. Portanto, é importante dedicar algumas linhas à análise desse capítulo conclusivo.

Na primeira parte do capítulo em questão, Putnam detém-se à análise de seu objeto a partir dos dilemas da ação coletiva. Ele levanta o questionamento do porquê das Regiões

menos cívicas da Itália terem a vida coletiva atrofiada, e afirma, “*de certo não será porque os habitantes preferiram viver solitária e resignadamente na pobreza. Nem pela opressão estrangeira*” (PUTNAM, 1996, p. 173). Então ele pergunta: “*será que as pessoas que vivem nessas regiões problemáticas não aprenderam absolutamente nada com sua triste experiência?*” E insinua, “*certamente elas devem perceber que sua situação seria melhor se todos cooperassem para o bem comum*”. Com esses questionamentos o autor de “*Comunidade e Democracia*” levanta a problemática do interesse individual e da cooperação. Putnam afirma que a incapacidade de cooperar para o mútuo proveito não é ignorância ou irracionalidade. Ele demonstra a partir da parábola de David Hume, do drama dos bens comuns, da questão do bem público e do dilema do prisioneiro, que o racional é a não cooperação entre os indivíduos. Esses exemplos levantados pelo autor a partir da teoria da escolha racional e mais precisamente da teoria dos jogos demonstram que todos teriam a ganhar se cooperassem. Na falta de um compromisso mútuo confiável, cada qual prefere desertar, tornando-se um *free-rider*. Racionalmente cada um espera que o outro deserte, portanto resolve agir individualmente. Mas que mecanismo poderia ser acionado para resolver esses dilemas da ação coletiva?

O arranjo elaborado por Putnam é surpreendente para os mais habituados a contraposições diretas entre explicações “culturalistas” e outras “individualistas”. Muito resumidamente, Putnam aponta duas dinâmicas para o problema do desempenho institucional a partir da superação dos dilemas da ação coletiva: uma que ele chama o “círculo vicioso autoritário” e a outra, em contraste, o “círculo virtuoso democrático”.

No primeiro caso, o Estado garante a ordem de maneira coercitiva, por meio do medo e da repressão, deixando em segundo plano a construção de qualquer relação de confiança mútua disseminada entre os habitantes. É o que ele chama de solução hobbesiana. Nesse caso, e com base na teoria da escolha racional, Putnam afirma que o mecanismo de controle externo *pode solucionar*, por meio da coerção, os dilemas e resolver a questão da cooperação.

Entretanto, no caso da Itália Meridional, esse arranjo não foi capaz de superar os dilemas da ação coletiva, gerando uma espécie de “círculo vicioso autoritário”. O arranjo autoritário é um “círculo vicioso” porque o precedente da afirmação violenta do poder inibe a disseminação de comportamentos mais cooperativos no interior da população. Com base nessas observações, o autor conclui que esse tipo de arranjo causa um baixo desempenho institucional.

A partir desta constatação, Putnam critica a teoria da escolha racional por subestimar a cooperação voluntária e por desprezar o mecanismo de controle interno que os “grupos” podem possuir e acionar. Sendo assim, ele aponta para a segunda solução cujo principal item é, justamente, a superação dos dilemas da ação coletiva a partir da ajuda mútua e da coerção interna.

No segundo arranjo, investe-se no estabelecimento de regras que devem, em princípio, ser seguidas por todos. Esta solução depende, para sua consecução eficaz, da generalização da disposição de firmar compromissos e abrir mão de ganhos imediatos em favor de compensações futuras, na presunção de que a observância universal de determinadas regras renderá frutos no longo prazo. A democracia, por sua vez, constituiria um “círculo virtuoso” em virtude do fato de que o acatamento de regras sociais de solução de disputas, uma vez estabelecidas, pode gerar um estado de coisas no qual a violação dessas regras, mesmo que imediatamente proveitosa, pode tornar-se onerosa para aquele que a pratica, em virtude da retaliação dos demais. Essa disposição de gerar compromissos é fruto do que o autor chama de capital social. Trata-se dos laços sociais de confiança, das regras de reciprocidade e da participação cívica.

Segundo Putnam, a noção de capital social é o ponto focal para entender o desempenho institucional. Ou seja, é a chave para a compreensão do argumento que ele levanta para explicar o porquê da Região Norte ter um melhor desempenho em relação à Região Sul. Todavia, o autor não oferece um conceito do que seja esse capital social. Para ele, “o *capital*

social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p.177). Após essa afirmação ele segue citando o *Foundations* de J. Coleman e em momento algum, do sexto capítulo, precisa o conceito de capital social de Coleman e nem oferece uma construção conceitual própria.

O capital social é apresentado como uma espécie de bem público de natureza específica, já que ele, após ser criado, pode ser desfrutado por todos. Porém, ele depende de determinadas atividades sociais para ser gerado: confiança, reciprocidade, redes e normas sociais, etc. Essa especificidade resolve o dilema dos bens públicos, pois o capital social é formado, justamente, por aquilo que resolve os dilemas da ação coletiva: a cooperação voluntária regulada pelas normas internas de uma “comunidade cívica”. Onde há um bom estoque de capital social é onde os círculos são virtuosos; em contrapartida, onde não há tal estoque, os círculos são viciosos.

Desta forma, Putnam resolve a questão colocada nas primeiras linhas de “Comunidade e Democracia”: o que provoca o bom desempenho institucional dos governos democráticos é justamente os altos níveis de participação cívica, frutos do bom estoque de capital social comunitário. Da conclusão de sua pesquisa ele retira três lições: primeira, *o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições*; segunda, *mudando-se as instituições formais pode-se mudar a prática política*; por fim a terceira, *a história institucional evolui lentamente*.

Aqui cabe um breve questionamento: Se o capital social é gerado por instituições internas e específicas que provocam e regulam a cooperação, como essas instituições surgem? Tudo leva a crer que Putnam estava tão preocupado em encontrar uma explicação para a questão da superação dos dilemas sociais, a partir de regras e mecanismos internos de um grupo, que não se prendeu a esse importante detalhe. Importante porque, nas últimas linhas do

sexto capítulo, ele afirma categoricamente que: “*Criar capital social não será fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar*” (Idem, p. 194). Subentende-se que para um bom desempenho das instituições democráticas, é preciso ter ou criar capital social e para poder acionar o capital social é necessário, antes de tudo, possuir regras de reciprocidade simétricas, participação cívica e fortes laços de confiança. O que fazer quando essas regras e normas sócio-culturais não estão presentes ou não são suficientemente fortes para gerar capital social? As instituições serão condenadas ao atraso? Não, Putnam diz que se pode criar capital social, só não diz como.

Por outro lado, “*Comunidade e Democracia*” é uma leitura original que instiga e provoca muitas reflexões acerca da problemática que envolve as instituições contemporâneas, levantando de forma interessante a questão da cooperação e do interesse individual.

2.4.4. Cooperação: solidariedade, reputação, confiança e reciprocidade

Além da noção de reputação e dos laços sociais de confiança e reciprocidade, acrescentamos o elemento da solidariedade à compreensão da cooperação.

A *solidariedade* é a condição do grupo que resulta da comunhão de atitudes e de sentimentos ou da interdependência existente entre os indivíduos de uma coletividade, de modo a constituir o grupo em apreço numa unidade coesa (DURKHEIM, 1994). Esta comunhão de atitudes e de sentimentos possibilita a cooperação ao passo que favorece a produção de respeito, fidedignidade e eficácia de que os indivíduos ou grupos necessitam para manter-se cooperando. Os laços de solidariedade e a “boa reputação” do indivíduo ou do grupo geram confiança.

Em situação em que os indivíduos mantenham relações de reciprocidade, a reputação cresce na medida em que os indivíduos mantêm suas palavras e acordos. Indivíduos de mesma reputação tendem a associar-se, evitando os de reputação duvidosa e sem confiança

(OSTROM, 1990). A reputação dos indivíduos é um requisito precioso à manutenção e reprodução da vida comunitária.

Uma situação em que dois ou mais agentes cooperam envolve necessariamente a questão da dependência de um em relação ao(s) outro(s). A partir daí, a cooperação torna-se ao mesmo tempo frágil e objeto de uma tomada de decisão incerta. Quando a monitoração é difícil, a decisão de aderir a uma iniciativa cooperativa torna-se passível do risco de deserção de outros. Neste ponto, a cooperação aproxima-se da noção de *confiança*. Na ausência da certeza de que os outros agentes irão cumprir as regras contratuais, é a confiança que supera as incertezas e minimiza o valor dos custos (VÉLEZ-IBANÉZ, 1993; PUTNAM, 1996). Porém, se no lugar da confiança existir a desconfiança, dificilmente ocorrerá a cooperação.

A *reciprocidade* é entendida como um tipo de sistema de relações de trocas baseado originalmente na lógica de dádiva, tal como formulada por M. Mauss (1966) - no *Essai sur le don*. Segundo ele, a dádiva compreende três momentos: aquele do *dar*, do *receber* e do *retribuir*. A lógica da dádiva obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo que é livre, é também obrigada; a doação é essencialmente paradoxal. É o receio de exclusão do sistema socioeconômico, por não cumprir com essa regra rígida de reciprocidade, que gera a obrigação da *contradáviva*. Sendo assim, a dádiva constitui o sistema das relações propriamente sociais na medida em que estas são irredutíveis às relações de interesse puramente econômico.

Estudos que surgiram após o de Mauss redimensionaram sua perspectiva, alargando a questão da reciprocidade. Foi o caso de Marshall Sahlins (1972) e Elinor Ostrom (1990) nos Estados Unidos, Caillé (1994) na França, Temple (1998) na África. Os estudos destes autores têm evidenciado que os princípios de reciprocidade podem ser aplicados às sociedades modernas, se a visão unilateral da economia de intercâmbio for superada.

Sahlins (1972), no seu *Stone age economics*, classificou dois tipos de reciprocidade: a reciprocidade balanceada ou específica e a reciprocidade generalizada ou difusa. A primeira diz respeito à permuta, como por exemplo, a troca de dias entre dois trabalhadores rurais; a segunda refere-se a uma contínua relação de troca que a qualquer momento pode desfazer-se: o trabalho em mutirão de um grupo onde um membro desiste, desequilibrando o sistema.

Elinor Ostrom (1990), em **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**, chamou a atenção para a importância da reciprocidade para superação dos dilemas sociais. Para Ostrom, os indivíduos são capazes de aprenderem normas de reciprocidade e regras sociais que ajudam a enfrentar uma grande variedade de dilemas sociais.

Alain Caillé (1994), na *Antropologia do Dom*, mostra que a tradição sociológica centra suas atenções a partir de dois paradigmas: o primeiro que parte do ponto de vista do indivíduo, do interesse e do contrato; e o segundo que centra sua abordagem na totalidade social instituída. Para ele, o dom seria o terceiro paradigma que não separa o indivíduo da sociedade e invoca o simbolismo, a aliança e a associação. Não cabe neste momento discutir se o dom pode ou não ser considerado um paradigma; o que nos interessa na abordagem de Caillé é o entendimento de que o laço social de reciprocidade só pode ser abordado diante da relação entre o indivíduo e a sociedade e que a dádiva pode ser aplicada em toda ação ou prestação efetuada sem expectativa imediata ou sem certeza de retorno com intenção de criar, manter ou reproduzir a *sociabilidade*.

Já Temple (1998), em *Les structures élémentaires de la réciprocité*, aponta a reciprocidade como a reprodução da dádiva e como a reprodução de ação de maneira geral. O autor alerta que a reciprocidade não deve ser entendida como intercâmbio, pois este último se reduz a uma ação de permuta, enquanto a reciprocidade constitui uma relação reversível entre os sujeitos. Para Temple, “*não se trata de negar a utilidade da economia de intercâmbio, mas mostrar os seus limites e evidenciar que existe também a economia da reciprocidade. Existe*

como um princípio econômico que não se separa o econômico do social” (SABOURIN, 2004, p, 77).

Entretanto, a cooperação não emana unicamente da coesão que os laços de solidariedade, confiança e reciprocidade produzem. Ela também é fruto da vontade e do interesse dos membros dos grupos. Os interesses podem ser de várias naturezas e podem ser motivados por inúmeras razões coletivas e individuais (SAHLINS, 1972). Eles são importantes para a formação e manutenção de grupos cooperativos (HINDESS, 1996). Em relação à cooperação, há em primeiro lugar o interesse individual nas vantagens que a associação em grupo pode oferecer (OLSON, 1999; PUTNAM, 1996). O interesse pode ser considerado como um impulso primeiro. Há de ser destacado que outros interesses surgem após a formação de um grupo, sendo que o principal é o interesse coletivo e individual em manter a cooperação.

2.5. Os estudos de comunidade: a ênfase no lugar, no vínculo social e na cooperação

No âmbito das ciências sociais, o conceito de comunidade é um dos mais controversos e passíveis de atribuições e interpretações diferenciadas. Além da diversidade de sentidos atribuídos à palavra, há ainda as conotações emotivas que ela geralmente evoca.

As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra comunidade é umas dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que comunidade signifique, é bom ter uma comunidade. (...) Comunidade produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra comunidade carrega – todos eles prometendo prazeres e, no mais das vezes, as espécies de prazer que gostaríamos de experimentar mas que não alcançamos mais (BAUMAN, 2003, p. 07).

Segundo Raymond Williams (1976, p. 76), “*diferentemente de todas as outras palavras que indicam organização social (estado, nação, sociedade, etc.), esta parece nunca ser usada de forma desfavorável*”.

O conceito de comunidade tornou-se um verdadeiro *passe-partout*, usado para descrever diversos tipos de grupos sociais, contemplando desde a idéia de aldeia indígena até a de organizações internacionais. No geral, comunidade indica um grupo de pessoas que, dentro de uma área geográfica limitada, interagem dentro de instituições comuns e possuem um senso comum de interdependência e integração. Entretanto, um grupo de pessoas que ocupa o mesmo território não pode ser considerado automaticamente como comunidade; o que a forma não é simplesmente a estrutura que lhe é subjacente, mas o sentimento de pertencimento entre os indivíduos que se reconhecem e são reconhecidos (BAUMAN, 2003; COHEN, 1995; ELIAS, 2000; SHORE, 2001; TÖNNIES, 1995).

Este é o entendimento comum encontrado em diversos autores e suas obras. Segundo Elias (2000), o conceito de comunidade mantém-se quase que estéril no plano teórico. Isso porque é comum nos estudos empíricos a confusão entre o que é a comunidade e o que ela deveria ser. Em vez da descrição do caso empírico, há uma projeção romantizada da realidade em questão. Ocorre uma passagem do reino do *ser* para o reino do *deve ser*, e assim, ela é geralmente entendida como a “boa comunidade” harmônica, sem conflitos.

Outra questão a ser destacada é o fato de que a comunidade é, na maioria das vezes, vista como um tipo social que se opõe à sociedade capitalista. A primeira é caracterizada como o lugar das relações baseadas na proximidade, na pertença e na livre cooperação entre os indivíduos e a segunda, pela competição, individualismo e utilitarismo.

Alguns dos problemas do conceito de comunidade são oriundos da obra do alemão Ferdinand Tönnies (1887), *Gemeinschaft und Gesellschaft* (Comunidade e Sociedade)³⁵, onde ele formula uma teoria que tenta explicar a natureza da comunidade e da sociedade. Vejamos o que Tönnies nos revela.

2.5.1. Ferdinand Tönnies e a teoria da *Gemeinschaft*

Na obra *Gemeinschaft und Gesellschaft*, é evidenciada a *distinção* entre a comunidade e a sociedade a partir do tipo de relação social estabelecido pelos seres humanos que é fruto de suas vontades, podendo ser de duas formas: as essenciais ou orgânicas e as arbitrárias ou reflexivas; as primeiras fundamentam a comunidade e as segundas a sociedade. A *vontade essencial*, própria à comunidade, compreende a tendência básica, instintiva e orgânica que dirige a atividade humana. A *vontade arbitrária*, específica da sociedade, é a forma deliberada, propositada, voluntária, que determina a atividade humana; ela também se apresenta de três formas:

As duas formas de vontades são opostas por natureza e essa oposição aparece nas atividades individuais ou nos indivíduos, nos grupos e nas categorias sociais. Elas dão origem a dois tipos de relações sociais entre os seres humanos; de acordo com a predominância de uma ou de outra, têm-se dois tipos de agrupamentos sociais: comunidade – caracterizada pela vontade essencial e sociedade ou associação – assinalada pela vontade arbitrária. As comunidades podem ser de três formas: as comunidades de sangue, as comunidades de lugar e as comunidades de espírito.

As comunidades de sangue são formadas por indivíduos que são unidos por laços naturais de parentesco. Essa associação se expressa de modo mais incisivo nas relações entre mãe e filho, homem e mulher enquanto casal; e entre irmãos e irmãs, isto é, entre aqueles que se reconhecem como sendo descendentes da mesma mãe.

³⁵ Consultei a tradução italiana: *Comunità e Società*, 1979.

A comunidade de sangue – como unidade de ser ou existência – tende a se desenvolver como comunidade de lugar (que tem sua expressão direta da habitação comum) que, por sua vez, desdobra-se na comunidade de espírito pela atividade e condução comuns em uma mesma direção e sentido. Se a comunidade de lugar pode ser considerada como o conjunto coerente da vida biológica, a comunidade de espírito expressa o conjunto coerente da vida mental.

A comunidade de sangue acha-se fortemente ligada às relações e participações comuns. Na comunidade de lugar, as relações vinculam-se ao solo e à terra; e, na comunidade de espírito, os elos comuns são com os lugares sagrados e as divindades honradas. As três espécies de comunidades estão estreitamente ligadas entre si no espaço e no tempo. Aonde quer que os seres humanos estejam ligados de forma orgânica pela vontade, encontra-se alguma espécie de comunidade. Tönnies afirma que tais gêneros de comunidades podem ser nomeadas com expressões compreensíveis: a primeira como comunidade de parentesco, a segunda de vizinhança e a terceira de amizade.

- O parentesco tem a consangüinidade e a casa como berço comum;
- A vizinhança é o caráter geral da vida em comum, na aldeia ou entre habitações próximas;
- A amizade, pelas condições de trabalho e pelo modo de pensar, nasce de preferências pela similitude de atividades e, no entanto, deve ser alimentada por encontros fáceis e freqüentes, que ocorrem com mais probabilidade no ambiente urbano.

O fato da comunidade de amizade ser predominantemente urbana abre um pressuposto que não é levado em consideração pelos que afirmam que Tönnies separa a comunidade da sociedade; ou por aqueles, que inspirados em sua obra, vêem a comunidade enquanto entidade autônoma. Na verdade, como foi exposto, ele *distingue* uma da outra pelo

tipo específico de relações sociais que as constituem. Porém, ele não as separa de modo que estas não possam manter nenhum tipo de interação.

A teoria da distinção entre comunidade e sociedade foi alvo de muita discussão especialmente nos anos 1960, quando posições críticas surgiram para refutar completamente as idéias de Tönnies. É o caso de R. A. Nisbet que exprimiu dúvidas com relação à possibilidade de utilizar proficuamente as antíteses clássicas (comunidade-sociedade, autoridade-poder, sacro-profano) em quaisquer referenciais empíricos. Outros autores sugeriram reformular e ampliar a aplicação da idéia de comunidade; nesta posição encontram-se Z. Bauman, C. Mitchell e J. Boissevain que desenvolveram uma abordagem mais dinâmica, com uma mudança de ênfase para redes, facções, rodas e não-grupos sociais (SHORE, 1996; MERLO, 1995).

Mesmo tendo, segundo Lukács, inspirado o anticapitalismo romântico, a obra "*Comunidade e Sociedade*" influenciou e ainda influencia estudiosos da antropologia e, principalmente, da sociologia rural. Para Merlo (1995, p. 132):

A temática revive no debate quanto ao futuro da comunidade rural. Recentemente se discutiu se seria legítimo ao menos incluir o nome de Tönnies entre os fundadores da sociologia rural. Se é verdade que ao elaborar a teoria da contraposição entre comunidade e sociedade, a intenção do sociólogo alemão não era batizar a sociologia rural, é também verdade, porém, que o pensamento de Tönnies inspirou profundamente a nascente sociologia rural norte-americana, cujas impositões iniciais revelam a preocupação de defender a comunidade rural da agressividade do capitalismo. Tönnies considerava a aldeia rural como a mais íntima das comunidades de lugar.

O que caracteriza a comunidade de lugar ou vizinhança é a ligação à terra, o sentimento de pertencimento e o entendimento compartilhado por todos os membros. Estes três aspectos são frutos das relações sociais específicas que fundamentam a comunidade, relações que geram laços de confiança, reciprocidade e solidariedade.

Segundo Tönnies, a vida em comunidade é facilitada pela cooperação oriunda das relações sociais de proximidade. Mas, o compartilhar não exime seus membros de duras sanções caso as regras não sejam cumpridas, pelo contrário, os torna mais vulneráveis a severas punições: a exclusão da vida comunitária.

É notória a influência da obra de Tönnies nos estudos das comunidades rurais, ou pelo menos, a similitude dos principais aspectos que fundamentam o conceito de comunidade formulado por diversos autores que estudaram o rural por várias partes do mundo, em culturas diferenciadas. O curioso é perceber que há particularidades e semelhanças, na vida comunitária, que são encontradas desde os estudos de Alexander Chaynov, na Rússia, até os de Kroeber e Redfield, na América Latina.

2.5.2. Os estudos de comunidade rural: tradição e vida social

Os principais estudos acerca das sociedades camponesas apontam para uma relativa autonomia da comunidade rural camponesa em relação à sociedade envolvente. Em consonância com a principal formulação de Tönnies, distinção entre comunidade e sociedade, essa questão é tida quase como um dogma. De um lado, tem-se a comunidade como um lugar pitoresco de aspirações comuns entre os indivíduos; do outro, a sociedade capitalista, com seu utilitarismo e competição do mercado. Segundo Wolf (1970), essa relativa autonomia insere o camponês num dilema, pois ao passo em que vive num mundo de livre cooperação, ele também entra em contato com a competição do mercado para vender o excedente de sua produção e essa relação é sempre conflituosa, cabendo ao camponês manter o equilíbrio entre duas forças contrárias.

As necessidades do camponês – as exigências para manter um mínimo calórico, o fundo de manutenção e os fundos cerimoniais – entrarão freqüentemente em choque com as exigências colocadas por quem está de fora. Além disso, se é correto definir a existência de um meio camponês fundamentalmente por seu relacionamento subordinado a grupos dominantes exteriores, também será correto afirmar, como consequência dessa definição, que os camponeses são obrigados a manter o equilíbrio entre suas próprias necessidades e as exigências de fora (WOLF, 1970, p. 28).

Para Mendras (1978), a sociedade camponesa não se caracteriza de forma diferente da demonstrada por Wolf. Ele elege cinco características que definem esse tipo de sociedade:

1. a autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina mas tolera as suas originalidades;
2. a importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade;
3. um sistema econômico de autarcia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente;
4. uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e relações débeis com as coletividades circunvizinhas;
5. a função decisiva do papel de mediação entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

Para Mendras, esses cinco traços estão ligados entre si formando um modelo de coletividade que podemos denominar de comunidade rural. No entanto, essa relativa autonomia, bem como a integração parcial com o mercado, estão cada vez mais questionadas em estudos recentes, como os de Wanderley (2000), Abramovay (1992), Sabourin (2003) e Duque & Oliveira (2004).

Estes estudos revelam que o camponês está cada vez mais integrado à sociedade e ao mercado e que essa integração continua conflituosa, porém não descaracteriza completamente seu modo de vida. Há, também, o fato de indivíduos da cidade que foram morar no campo. Tanto a freqüente inserção do camponês na cidade em busca de serviços e do mercado, quanto a ida dos cidadãos para o rural, modificaram a paisagem social, de modo que, atualmente, fica difícil verificar esta relativa independência. Sendo assim, entendemos que não há barreiras delineadas entre comunidade e sociedade (ELIAS, 2000).

O meio rural espelha hoje o perfil social de cada uma das sociedades modernas avançadas, nele predominando, conforme o caso, a classe média, os operários, ou ainda certas categorias especiais, tais como os aposentados. Se as relações com a vida urbana não permitem que se fale mais em situações de isolamento e oposição, parece evidente que a resistência no meio rural expressa cada vez mais uma escolha que não é outra senão, como afirma Mendras, uma escolha por um certo modo de vida (Wanderley, 2000, p. 134).

É esse modo de vida que nos interessa particularmente. Será que a idéia de interdependência entre comunidade e sociedade abre caminho para uma redefinição do que seja comunidade rural e, por conseguinte, do que seja o camponês? De que forma os principais autores da sociologia rural podem nos trazer elementos conceituais para compreender a atualidade?

Redfield (1960) inspirou-se na hipótese do etnólogo norte-americano Kroeber, que define o camponês por sua inclusão em uma sociedade envolvente, para formular o entendimento da comunidade rural como um tipo específico de sociedade parcial constituída por uma cultura parcial. Na sua definição de camponês são evidenciados o apego à terra, os laços que formam a tradição e o sentimento pelas pessoas e pelo lugar:

Chamei camponês quem tem ao menos estas características em comum: sua agricultura está voltada para a manutenção (their agriculture is a livelihood) e é um modo de vida e não um negócio visando lucro. Vê-se um camponês como um homem que tem o controle efetivo de um pedaço de terra ao qual se encontra ligado há muito tempo por laços de tradição e sentimento (REDFIELD, 1960 apud ABRAMOVAY, 1992, p. 108).

O entendimento de Kroeber e Redfield acerca da comunidade rural como uma *part-society with part-culture*, ou seja, como uma sociedade parcial constituída por uma cultura parcial, mostra-se muito atual. Com o intenso intercâmbio do mundo rural com a sociedade envolvente, tem-se cada vez mais uma miscelânea de valores que influencia ambos os lados.

Segundo Wanderley (2000), se a idéia de cultura parcial já era relevante quando era possível verificar a relativa autonomia da comunidade em relação à sociedade, com a penetração do mundo rural no urbano e do urbano no rural não se pode, de forma alguma, pensar em cultura fechada e independente. No entanto, há um modo de vida camponês que é verificado com muita ênfase no afeto à terra, nas relações sociais de proximidade e na tradição (BRANDÃO, 1999; WANDERLEY, 2000; SABOURIN 2005; WOORTMANN, 1985; DUQUE & OLIVEIRA 2005).

Já Mendras (1974, p. 15), levanta a questão do pertencimento e do interconhecimento como itens fundamentais na composição de uma comunidade rural. “O camponês vive toda a sua vida e todos os aspectos desta em uma coletividade local, pouco numerosa, que é uma sociedade de interconhecimento, isto é, ele ali conhece todo mundo e todos os aspectos da personalidade do outro”. Para ele, cada membro está ligado aos demais por uma forte relação bilateral de conhecimento global e possui consciência de ser conhecido do mesmo modo. O conjunto dessas relações forma um grupo ou uma coletividade.

Em Shanin (1980, p. 64), encontramos a ênfase na família e na cultura tradicional como responsável por um modo de vida específico. Ele descreve o campesinato como uma entidade social com quatro facetas essenciais e interligadas: a unidade familiar como a unidade básica multifuncional de organização social, trabalho na terra, uma cultura tradicional específica e diretamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais. Para ele, a comunidade rural pode ser entendida como:

Um grupo humano localizado territorialmente, o qual se une por laços de interação social e interdependência, por um sistema integrado de legitimação, de normas e valores, e pela consciência de ser distinto de outros grupos que são similares (SHANIN apud MENEZES, 1996, p. 58).

Wolf (1955) chama atenção para outro aspecto relevante: a questão da comunidade rural como entidade reguladora de uma conduta estabilizadora.

A comunidade nivela (...) as diferenças de riqueza que poderiam intensificar as divisões de classe no interior da comunidade em detrimento da estrutura corporativa e, simbolicamente, reassegura a força e a integridade de sua estrutura aos olhos de seus membros (WOLF, 1955, p. 458).

Estas definições nos oferecem elementos para entender os principais aspectos do modo de vida camponês, a saber:

- o apego à terra;
- o sentimento de pertencimento e de interconhecimento;
- a família como unidade básica de produção e consumo;
- a cultura tradicional como responsável por um modo de vida específico voltado à reciprocidade e à solidariedade,
- a comunidade rural como entidade coesa e reguladora;
- o camponês como portador de conduta racional, porém permeada por uma lógica moral própria;
- a integração de valores da sociedade envolvente na comunidade e vice-versa.

Portanto, a comunidade rural pode ser entendida como uma entidade simbólica cujo sistema de valores apóia-se em laços sociais baseados no parentesco, na vizinhança e amizade, proporcionando aos seus membros um senso de identidade, interconhecimento e pertencimento. Ela forma um tipo de organização social marcada por laços sociais fortes e coesos, onde há, por parte de seus membros, um forte sentimento de pertencimento (LAMARCHE, 1993; MENDRAS, 1978; WOLF, 1970).

Para Bourdieu (1988), Lanna (1995), e Hermet (2002), é nesse tipo de organização social – de interconhecimento -- que é possível verificar com mais frequência os laços sociais de confiança, solidariedade e reciprocidade como fatores importantes de produção e reprodução da tradição e dos costumes, bem como da manutenção da vida econômica e social.

CAPÍTULO III

Os fios que amarram os laços em Mandacaru: pesquisa e caracterização da comunidade

Olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum – não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas.

Clifford Geertz³⁶

Um dos momentos mais instigantes da pesquisa científica é a escolha do objeto de estudo, escolha que, geralmente, não ocorre de maneira aleatória e desvinculada de sentimentos e valores (WEBER, 2001). Foi a partir de uma experiência de pesquisa que tratava da questão de gênero entre camponeses que o sistema de Fundo Rotativo Solidário (FRS) despertou-me a curiosidade e a vontade de estudá-lo. Assim, da construção do objeto aos passos da pesquisa foi percorrido um logo caminho, repleto de idas e vindas nos métodos indutivo e dedutivo que me possibilitaram a delimitação do estudo.

Tratarei, aqui, da escolha desse objeto da pesquisa e de como foi possível realizá-la através de métodos e técnicas que serviram de orientação à coleta de dados. Em seguida será exposto o universo da pesquisa, a comunidade Mandacaru, com sua especificidade histórica, evidenciando os laços de parentesco que a tornam um *locus* particular e fecundo para a pesquisa científica.

³⁶ GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos. 1989.

3.1. Da escolha do objeto aos passos da pesquisa

O interesse de trabalhar com os Fundos Rotativos Solidários se deu no momento em que estava pesquisando “*O papel da mulher na unidade de produção agrícola familiar*”³⁷ (na comunidade rural de Mandacaru), quando me deparei com inúmeros depoimentos acerca da importância das cisternas de placas, construídas a partir do sistema de FRS, para a qualidade de vida da família e principalmente da mulher (já que, tradicionalmente, pegar água é um trabalho feminino). Naquele momento, percebi que esse sistema tinha alcance mais amplo: ao nível do fortalecimento dos laços sociais de proximidade e ao nível do reforço da ação cooperativa. Esses fatos despertaram-me curiosidade e vontade de entender e analisar mais profundamente os Fundos Rotativos.

Ao término da pesquisa sobre a mulher camponesa, que coincidiu com o final do curso de graduação, tive a oportunidade, no ano de 2002, de ser auxiliar de pesquisa no Grupo de Pesquisa sobre Agricultura familiar (GPAF) – do qual já era membro há três anos. Foi o ensejo que precisava para estudar os Fundos Rotativos; pois era do interesse da coordenadora da equipe – Profª. Ghislaine Duque – desenvolver um estudo sobre este sistema de crédito.

O primeiro desafio era entender como funcionava o sistema de FRS. Aquele era, para mim, um terreno movediço. Tive muitas dificuldades. Quanto mais conversava com os professores que conheciam o sistema e com os membros da ONG que o organizava, mais mergulhava num mar de incertezas. Participar de reuniões da ASA-PB sobre os fundos também não deu muito resultado. Então, fui às comunidades onde havia fundos rotativos. Fiz algumas entrevistas e observações. De posse de algum conhecimento de caso, lancei-me na tentativa de associar a realidade a algumas reflexões teóricas: que dificuldade! Quase desisti.

³⁷ Esta foi uma pesquisa de iniciação científica, financiada pelo CNPq, sob a orientação da profª Ghislaine Duque.

Eis o maior desafio para um pesquisador iniciante. Reunir teoria e prática na tentativa de construir um objeto de estudo. São muitas as incertezas e os questionamentos. Para Max Weber (2001), o cientista social só conseguirá vivenciar o processo de ruptura epistemológica requerido para a construção de qualquer objeto de pesquisa se questionar, pois a investigação resulta numa conversão do pesquisador a um novo modo de ver a realidade. Ao construir um objeto de pesquisa, o pesquisador deve ter a capacidade de transformar objetos socialmente insignificantes em científicos, ou mesmo, de apreender objetos socialmente importantes a partir de um ângulo imprevisto.

O esforço de entender o sistema de Fundos Rotativos a partir da comunidade sem saber como ele se relacionava com o todo foi válido, mas não era suficiente. Havia alguns limites na inferência indutiva que escolherei – entendendo por indução um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. O objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se baseiam. Portanto, a indução vai da parte ao todo e nesse caminho o cientista corre o perigo de simplificar os fatos, bem como o de não compreender as leis gerais relativas ao todo (BACHELARD, 1977). Lançando mão do método indutivo, acreditava poder entender de modo geral todos os aspectos que envolviam os FRS.

Só percebi os graves limites da investigação que realizara, quando em 2003, a ASA-PB encarregou a Profa. Ghislaine de fazer, com minha colaboração, uma pesquisa de avaliação dos FRS a nível estadual. A ASA-PB acreditava que após 10 anos de existência dos Fundos Rotativos na Paraíba, estava na hora de realizar um processo de avaliação para aprimorar o processo educativo, identificar as eventuais deficiências e corrigir o rumo.

Esta avaliação foi realizada em estreita colaboração com a Comissão Água da ASA-PB e teve o apoio financeiro da CRS. Após termos discutido a metodologia e elaborado um

roteiro que orientou todo o trabalho, realizamos reuniões em 6 municípios do Médio e Alto Sertão e em 7 municípios do Compartimento da Borborema e entorno³⁸. Também foram realizadas entrevistas³⁹ com lideranças e com beneficiados pelos FRS. Ao todo foram gravadas 60 hs de entrevistas que renderam um árduo trabalho de transcrição.

A pesquisa a nível estadual me possibilitou a tão esperada compreensão acerca dos FRS: como haviam surgido e por que, os aspectos políticos que os cercavam, a relação das comunidades com as entidades que os organizavam, o interesse dos camponeses em colaborar com a ASA-PB, entre outros e, de certa forma, o que havia de mais geral no sistema de Fundos Rotativos.

A partir desta pesquisa descobrimos que em cada lugar os FRS assumiam formas diferentes e que essa diversidade era fruto da disseminação do sistema por toda Paraíba e da descentralização da ação, iniciada pelo PATAC, hoje dividida com diversas entidades. Além das diferenças que cada organização atribuía ao sistema, havia ainda uma forte distinção entre as comunidades. Levantamos a hipótese que os fundos rotativos apoiavam-se nos laços sociais. Daí uma possível explicação para as diversas formas de funcionamento. Foi assim que relacionamos os FRS a uma possível interpretação teórica: a da noção de cooperação. Desta forma, iniciou-se o trabalho de construção de um provável objeto de estudo. Este é um recorte da realidade feito pelo pesquisador (BOURDIEU, 1989). Ele é construído e, portanto, é um advento artificial que não quer e nem se presta à comparação com a realidade (WEBER, 2001).

Após a avaliação dos Fundos Rotativos a nível estadual e de posse de um entendimento geral acerca dos mesmos, ficou claro que era preciso descobrir na base o que os fundamentava. Daí iniciou-se o processo de escolha de uma comunidade. A eleita foi a comunidade Mandacaru.

³⁸ Os municípios visitados foram Teixeira, Cacimba de Areia e Quixaba no Médio Sertão; Cajazeiras, São José de Piranhas e Jericó no Alto Sertão; Picuí, Lagoa Seca, Damião Soledade, Solânea, Cacimba e Esperança no Compartimento da Borborema e arredores.

³⁹ As entrevistas foram realizadas por mim.

Vale salientar que a experiência com a pesquisa de avaliação dos Fundos também me trouxe alguns problemas. O fato de ter passado um ano inteiro envolvida com a ASA-PB e com o sistema de Fundos Rotativos levou-me a uma espécie de naturalização dos fatos, ao ponto de encarar a realidade e as questões que outrora me perseguiram como óbvias. Porém, a leitura de Bourdieu (1989, p. 39), me alertou para o fato de que “... *o cientista social não deve aceitar nenhuma definição como óbvia*”. Ainda para este autor, a ruptura com o senso comum é uma das principais condições para a construção de um objeto de pesquisa. E essa ruptura só seria possível com o exercício da “dúvida radical” por parte do pesquisador que estaria incumbido de questionar todas as pré-noções.

O envolvimento estava refletindo-se ideologicamente no meu discurso e no conteúdo dos textos que estava produzindo. O mundo das ONGs que tanto me fascinara, estava impregnando-me de pré-noções. Nada contra as pesquisas engajadas. Mas escolhi manter certo distanciamento.

O trabalho de campo, como os ritos de passagem, implica pois na possibilidade de redescobrir novas formas de relacionamento social, por meio de uma socialização controlada. Neste sentido, o processo é uma busca do controle dos preconceitos, o que é facilitado pela viagem para outro mundo social e pela distância das relações sociais mais reconfortantes (DAMATTA, 1987, p. 152).

Contudo, o afastamento consciente do objeto e das relações sociais que o envolviam não tinha como objetivo livrar-me das pré-noções ao ponto de tentar tratar esse objeto como “coisa” e, assim, entrar na velha cilada da neutralidade científica.

Optar por uma metodologia qualitativa é ter consciência da inter-relação inevitável entre o sujeito e o objeto de estudo. Segundo Chizzotti (1991, p. 79): “A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

De acordo com Weber (2001), a neutralidade não existe de maneira absoluta na pesquisa científica, considerando que, já na escolha do objeto, o cientista é inspirado por seus próprios valores e ideais. Porém, no momento do tratamento dos dados, faz-se necessária certa distância para que os valores do pesquisador e dos pesquisados não interfiram nos resultados.

O caminho seguido na pesquisa de campo levou-me para o rumo contrário do sugerido por Roberto DaMatta (1987), onde o processo de conhecimento se dá através do constante mecanismo de transformação do familiar em exótico e do exótico em familiar. A pesquisa com os Fundos Rotativos fez-me transformar primeiro *o exótico em familiar* e depois *o familiar em exótico*. Na medida em que a desconhecida realidade empírica que envolvia o objeto era desvendada, tornava-o tão próximo de mim que tive que me distanciar dele.

Apesar da inserção e do envolvimento pessoal com a realidade estudada, ao escolher uma comunidade para fazer um estudo de caso, fiz algo mais difícil do que conhecer uma realidade nova: estranhar o familiar, fazer dele algo exótico, como sugere Gilberto Velho (1978, p. 39):

O fato de dois indivíduos pertencerem à mesma sociedade não significa que estejam mais próximos do que se fossem de sociedades diferentes (...) O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido.

Gilberto Velho nos alerta para o fato de que familiaridade não é igual a conhecimento científico. Por mais que eu conhecesse a comunidade Mandacaru, tratava-se de um conhecimento superficial, do senso comum, que a prática do estranhamento crítico me ajudaria a superar.

Deriva daí a importância do estudo de projetos individuais e coletivos nos quais as possíveis contradições e ambigüidades, provindas dos multipertencimentos, apresentam-se, pelo menos em parte, subordinadas a uma ação racional. Ao mesmo tempo, é esse multipertencimento que permite ao antropólogo pesquisar sua própria sociedade e, dentro dela, situações com as quais ele tem algum tipo de envolvimento

e das quais participa. O fato de não ser englobado por nenhum grupo exclusivo – somado às próprias características e à formação do antropólogo, que, em princípio, produz e valoriza uma curta distância – permite o movimento de estranhamento crítico diante do próximo (VELHO, 1978, p. 18).

Assim, teve início uma nova fase de pesquisa, desta vez com o apoio do CNPq⁴⁰. O intuito era realizar a pesquisa para a confecção do trabalho de Dissertação de Mestrado. A idéia era realizar o estudo na comunidade de Caiçara, onde os primeiros fundos foram criados, só que no ato da pesquisa não havia mais nenhum FRS funcionando (pelo menos de cisternas, pois cada família já tinha conseguido sua cisterna). Portanto, decidimos ir para Mandacaru. Dois motivos influenciaram nesta escolha: primeiro, a comunidade é relativamente pequena e composta por uma única parentela – a primeira vista era o lugar ideal para realizar uma pesquisa que envolvia o entendimento dos laços sociais; segundo, ela era a vitrine da ONG que atua na região do Cariri, portanto, sua ação incisiva era passível de uma investigação mais detalhada.

A pesquisa de campo, na comunidade Mandacaru, foi feita paralelamente com Pablo Sidersky que generosamente compartilhou os dados que já possuía. Esta parceria rendeu-me a inédita oportunidade de dividir com outro pesquisador as preocupações e descobertas sobre o universo pesquisado.

Em julho de 2003, comecei a freqüentar a comunidade e fazer as primeiras observações e, ao mesmo tempo, intensificar as leituras. Foi adotada a técnica da observação participante. “A observação direta ou participante é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista” (CHIZZOTTI, 1991, p. 90). Para Geertz (1989), a observação também consiste em garantir que a cada surgimento de uma nova idéia, ela possa

⁴⁰ Processo No. 475789/2003-2.

ser utilizada para solucionar, resolver e esclarecer pontos fundamentais da relação teoria e prática.

Isto posto, Geertz chama a atenção para as expectativas e os usos de conceitos teóricos que são utilizados como a chave que abre todas as portas para o conhecimento, fazendo críticas aos dogmas teóricos por vezes utilizados nas ciências sociais, por não darem um caráter de compreensão à atividade científica.

A busca por conceitos e teorias que fundamentassem a observação do campo sempre foi uma constante, até que notei que não há paradigma teórico que se amolde totalmente à realidade observada. Relacionar o campo com a teoria é um trabalho de construção e reconstrução, baseado em escolhas e recusas, podendo ser comparado a uma verdadeira bricolagem cujo resultado é sempre singular (LÉVI-STRAUSS, 1982).

Os passos da pesquisa de campo em Mandacaru tiveram início com visitas para reconhecimento da área a ser estudada. Os detalhes e as impressões das visitas ao campo⁴¹ foram anotados em diários que, ao final, totalizaram três. A prática de utilizar a técnica do diário de campo foi muito útil para complementar as lacunas que as entrevistas deixavam. Durante as primeiras visitas, fui apenas aos estabelecimentos dos agricultores experimentadores apoiados pelo PATAC⁴², pois estes foram os primeiros a formar um grupo de FRS.

Na casa de um deles, encontrei minha principal informante: Jane⁴³, jovem de apenas 17 anos, porém muito engajada na vida da comunidade. Ela me levou à casa de todos os

⁴¹ Visitamos a comunidade várias vezes ao longo de três anos. Não há como precisar quantas vezes foi ao todo. Algumas duraram dias. Nestas ocasiões ficávamos hospedados em Soledade.

⁴² Os Agricultores experimentadores desenvolvem e experimentam inovações que depois serão divulgadas para outros agricultores.

⁴³ Lembramos que, por nos propormos a realizar um estudo onde estão envolvidas diretamente as relações sociais, resolvemos omitir o nome verdadeiro da comunidade e dos entrevistados com o intuito de proteger suas identidades.

moradores e me apresentou às famílias, facilitando minha incursão pelo mundo social de Mandacaru.

Realizamos entrevistas semi-estruturadas, com auxílio de roteiro prévio e uso de gravador, com quase todos os chefes de família da comunidade e suas esposas; ao todo foram 59 entrevistas. Porém, a maior riqueza de dados foi coletada em conversas informais que às vezes ocorriam com os homens no roçado, com as mulheres na cozinha e com os jovens.

Outra forma utilizada para entender o universo da comunidade foi participar das reuniões na Associação e das festas comemorativas. Nestas ocasiões, eram percebidas com mais clareza as relações sociais: os que não se cumprimentavam, os que se congratulavam, as conversas dos homens e das mulheres, bem como o papo descontraído dos jovens.

No entanto, a teia das relações sociais ficou mais clara quando elaboramos a árvore genealógica da família que compõe a comunidade. Com o pretexto de saber informações sobre a origem da família, recolhíamos observações preciosas. Depois de pronta, a árvore⁴⁴ esclareceu as relações de parentesco.

Como todos descendem do mesmo tronco, ficava difícil saber, à primeira vista, se um indivíduo era tio, irmão ou primo do outro. Há casos entre pessoas com todos estes graus de parentesco reunidos. O recurso da árvore também serviu para entender como se deu a partilha da herança e para identificar quantos permaneceram nas terras e quantos migraram. Todos estes aspectos foram relevantes, já que nos propomos a estudar os laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade.

Alguns documentos da Associação e do PATAC também serviram de base à pesquisa. Principalmente as atas das reuniões e os textos de projetos inseridos na comunidade. Quanto a documentos relacionados aos FRS, não foi possível reunir uma quantia significativa,

⁴⁴ Elaborada por Pablo Sidersky e retrabalhada por mim.

pois a princípio não havia a prática de anotar sistematicamente os relatos de reuniões e as prestações de conta. Só a partir do primeiro projeto do PIMC é que houve a documentação sistemática dos fundos.

A parte mais intensiva da pesquisa de campo foi encerrada em agosto de 2004. Mas, a comunidade continuou sendo monitorada a partir de visitas esporádicas, das reuniões da ASA-PB e do encontro com os membros da comunidade em situações festivas.

Através da investigação feita com as técnicas de pesquisa acima expostas, reunimos elementos para desvendar o que estava por traz das relações e dos laços sociais que unem os camponeses de Mandacaru. Para entender como funciona a ação cooperativa que fundamenta os Fundos Rotativos, é preciso explicar que tipo de relações sociais foi construído desde a vida na fazenda até a formação da comunidade, como é a comunidade hoje, e as transformações oriundas da inserção do STR e da ONG.

3.2. Universo da pesquisa: a comunidade Mandacaru

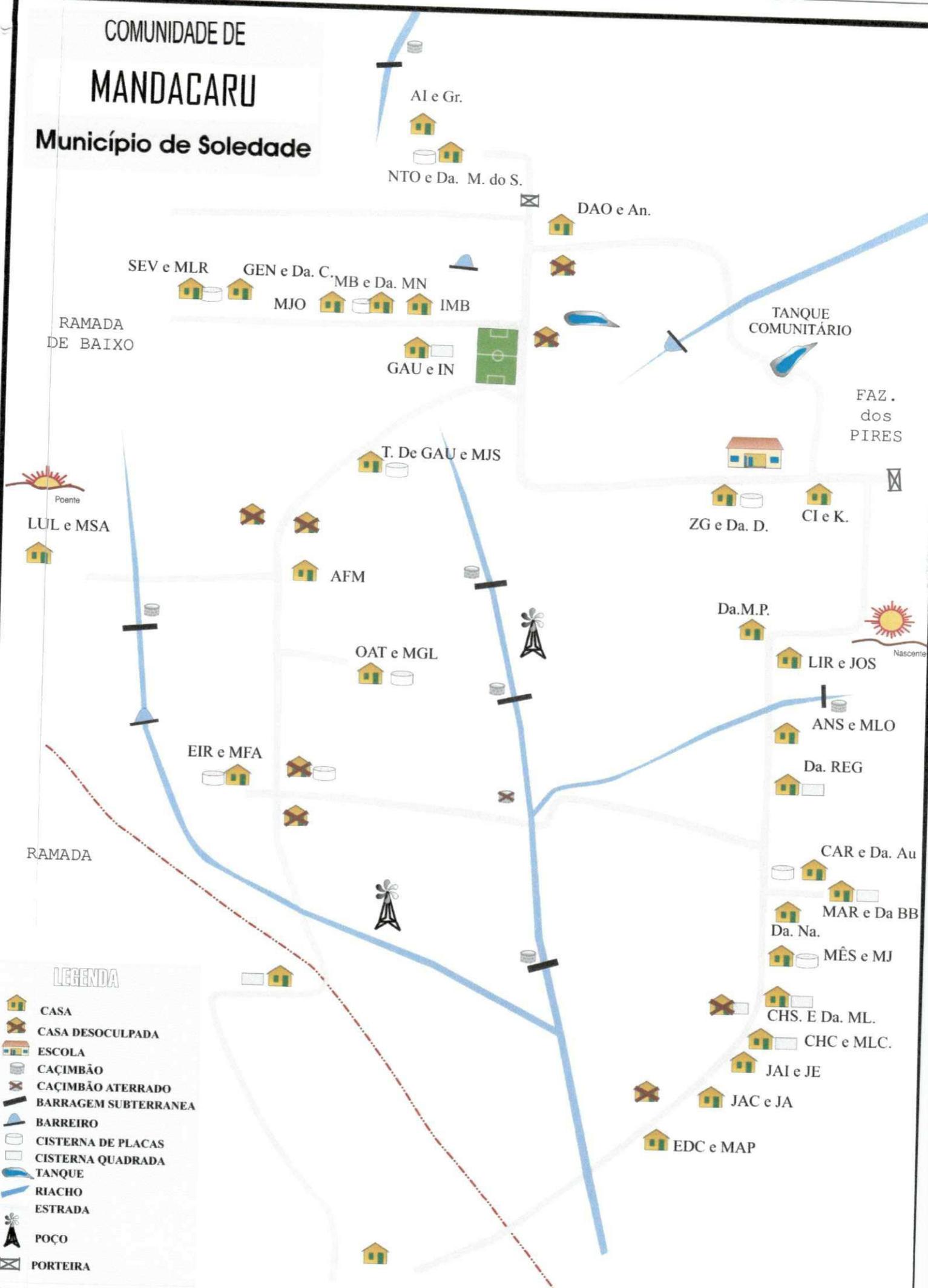
A comunidade Mandacaru fica localizada a 12 km de Soledade. Esse Município ocupa 634 km² de extensão, é situado na porção oriental do Cariri paraibano. Essa é uma das regiões mais secas do Nordeste, caracterizada pela irregularidade das chuvas e por um forte déficit hídrico, uma vez que a evapotranspiração retira um volume hídrico maior que aquele trazido pelas precipitações.

Situada na área rural mais povoada do município, Mandacaru é composta por 35 estabelecimentos agrícolas que variam muito de tamanho: entre 03 e 80 hectares. Nos 35 estabelecimentos, apenas 29 casas são habitadas; isto permite estimar a população em aproximadamente 120 habitantes. A grande maioria da população sobrevive essencialmente de

uma agricultura de subsistência, com fracos excedentes para o mercado local, complementada por uma atividade reduzida de criação.

COMUNIDADE DE MANDACARU

Município de Soledade



LEGENDA

- CASA
- CASA DESOCUPADA
- ESCOLA
- CAÇIMBÃO
- CAÇIMBÃO ATERRADO
- BARRAGEM SUBTERRANEA
- BARREIRO
- CISTERNA DE PLACAS
- CISTERNA QUADRADA
- TANQUE
- RIACHO
- ESTRADA
- POÇO
- PORTEIRA

3.2.1. A história da comunidade Mandacaru⁴⁵

A história da Comunidade de Mandacaru teve início com a compra da terra pelo Sr. Antonio José, o qual teve apenas como único herdeiro Manoel (o “Vô Neco”), pessoa que teve 10 filhos. Ele nasceu em torno de 1888. Todas as famílias da comunidade são descendentes dele. Ainda em vida, o “Vô Neco” dividiu a fazenda entre seus filhos, cabendo em torno de 20 ha. para cada um, parcelas que só foram apropriadas após sua morte. Com o falecimento do Vô, em 1979, a fazenda se desfez e a comunidade surgiu. Nessa época, a Igreja Católica tinha como uma de suas metas unir os sítios da zona rural, através das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) – com o intuito de facilitar a ação pastoral (SABOURIN, 1999). Assim, os vários sítios dos descendentes do Vô formaram a Comunidade de *Mandacaru*, antigo nome da fazenda, comunidade formada por descendentes de um mesmo tronco familiar.

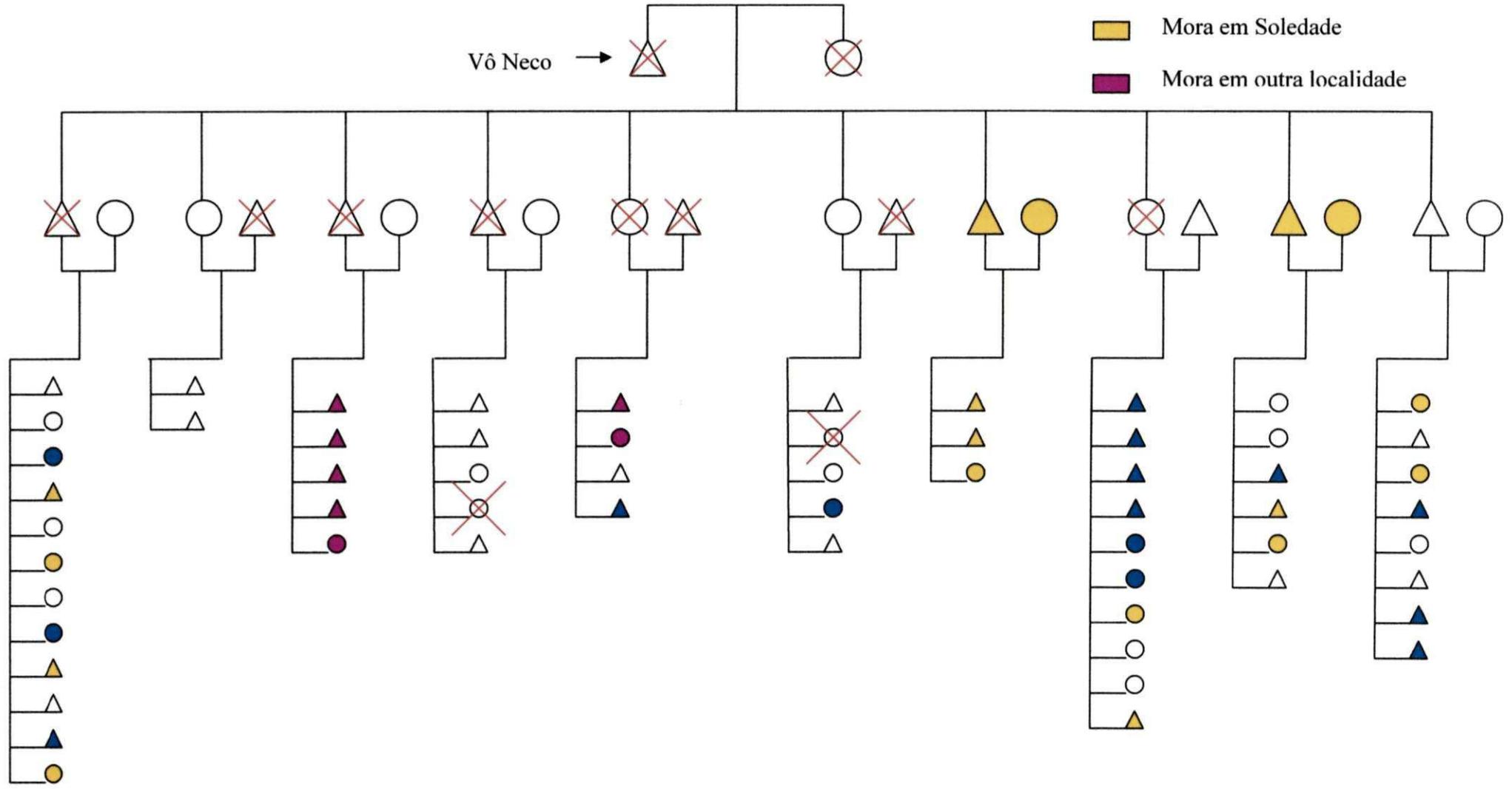
Os sistemas de parentesco são essenciais para o funcionamento da sociedade (LÉVI-STRAUSS, 1982). Nas sociedades camponesas, o parentesco é base das relações sociais. É comum em comunidades rurais a existência de parentelas representadas por famílias do tipo extensivo. Elas se apresentam como um elemento fundamental da organização do trabalho no campo, na transferência da posse da terra através da herança, e da reprodução da vida campesina (BRANDÃO, 1995; HEREDIA, 1979; MENDRAS, 1978; WOLF, 1970). Em Mandacaru o parentesco torna-se ainda mais fundamental, pois esta comunidade é composta por uma única família cujos membros trocam entre si por quatro gerações, laços sociais e de consangüinidade.

Há entre os membros da comunidade um forte sentimento de pertencimento que está relacionado ao afeto à terra onde nasceram, criaram seus filhos e enterram seus antepassados.

⁴⁵ Algumas informações aqui expostas, referentes à história de Mandacaru, foram construídas a partir do cruzamento dos dados da minha pesquisa e da de Pablo. Boa parte foi publicada na Revista Raízes vol. 23, 1 e 2, de 2004 com o seguinte título “Fundos Rotativos: organização e desenvolvimento local no semi-árido paraibano – potencial e limites do resgate das tradições de reciprocidade”, de autoria de Ghislaine Duque, Pablo Sidersky e minha.

Todos se reconhecem, e são conhecidos, enquanto filhos, netos e bisnetos do Vô. Antes de mais nada, eles se afirmam como sendo a família do Vô Neco de Mandacaru.

- Mulher
- ✗ Falecido
- Migrou p/ sul
- Mora em Soledade
- Mora em outra localidade



3.2.1.1. A Vida na Fazenda no Tempo do “Vô Neco”

No tempo do Vô Neco, toda organização social do espaço, do trabalho na terra e da vida social, era fruto de sua influência “patriarcal”. Assim, era recorrente a cooperação através das práticas sociais de reciprocidade. Segundo Ostrom (1998), esse tipo de cooperação baseia-se em normas e valores internos que são peculiares a cada grupo. Desta forma, a maneira como o Vô conduzia a vida na fazenda foi deixando marcas que caracterizaram o tipo de laço social que lá fora construído desde seus primórdios. Verificava-se naquele tempo a utilização da reciprocidade horizontal (mutirões⁴⁶, comilanças⁴⁷, troca de dias de trabalho, pastos comunitários) e vertical (o voto no candidato do Vô, dependência financeira, assistencialismo).

A Fazenda Mandacaru do “Vô” Neco”, era composta por muitos trabalhadores (seus 3 casamentos lhe deram 10 filhos que lhe renderam 60 netos), inclusive vários “agregados” (em geral eram parentes). Estes podiam cultivar um roçado próprio, com a condição de trabalharem alguns dias por semana no roçado do Vô. Outros desses “agregados” eram meeiros, ou seja, cultivavam roçado nas terras do Vô e dividiam a colheita com ele como forma de ressarcir o uso da terra. Os filhos, quando solteiros, trabalhavam no roçado do pai. Quando casavam e construíam as suas casas, eles ganhavam também uma área para plantar. Este roçado, que era para “o sustento”, era de tamanho variável e não devia ultrapassar 2 ou 3 ha. Se o filho quisesse botar um roçado maior, devia plantar “de meia” no terreno maior do “Vô”. Este último tinha então uma colheita do próprio roçado, cultivado com a mão de obra familiar e aquela de alguns agregados (SIDERSKY, 2002).

Mas, havia também o trabalho e o manejo coletivo de alguns bens comuns. O trabalho em mutirão funcionava muito bem e era utilizado para a construção e manutenção das estradas,

⁴⁶ Sistema de trabalho não assalariado, realizado em comum entre parentes, vizinhos, amigos ou membros de um agrupamento social, em favor da comunidade toda ou de um dos membros, implicando então em obrigação moral de reciprocidade.

⁴⁷ Banquetes comunitários geralmente oferecidos por um membro da comunidade em situações de comemoração que podem ser sociais ou individuais.

dos barreiros, a colheita das safras. Quanto ao manejo coletivo, pode-se evidenciar o uso comum das águas e dos pastos.

Esse uso desigual e ao mesmo tempo comum das terras da fazenda caracteriza um sistema baseado nas relações recíprocas em que uma dádiva gera, conseqüentemente, uma dívida. Percebe-se que a lógica da cooperação motivava parte importante da produção, da sua transmissão, mas também do manejo dos recursos e dos fatores de produção, distinguindo-se o tipo de reciprocidade “balanceada” (a relação de produção e uso da terra que o Vô mantinha com os meeiros e agregados), e o tipo “generalizado” (o trabalho em mutirão, o uso comum das águas e pastagens).

A figura patriarcal do Vô, com sua força e seu poder de comando perante seus descendentes e agregados, era um elemento coercitivo que facilitava a cooperação. Não é incomum encontrar nas falas de seus netos que eles trabalhavam em conjunto porque o Vô mandava. Os que não obedeciam era punidos e até ameaçados de expulsão da fazenda.

3.2.1.2. A Vida Social e Cultural

Além do roçado como espaço de socialização e aprendizagem, o destaque vai para um tanque de pedra onde as mulheres se reuniam para lavar roupas enquanto conversavam. Porém, a vida social e cultural da Fazenda Mandacaru se dava principalmente em torno da casa do Vô Neco.

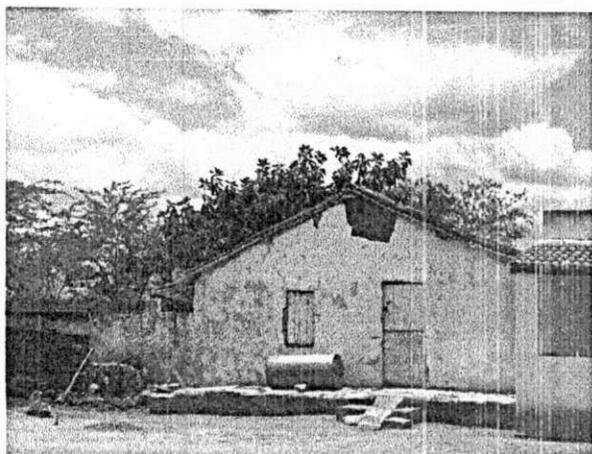
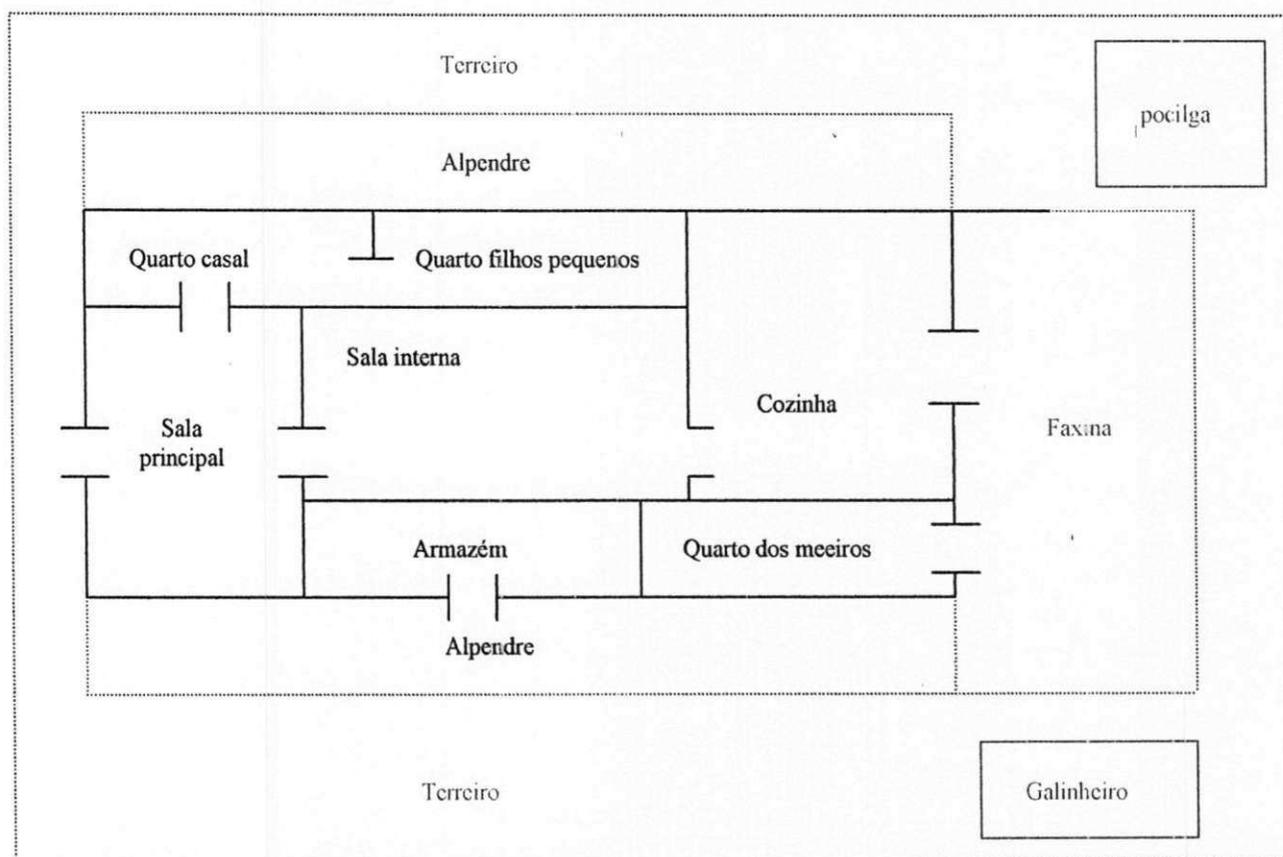


Ilustração 07: casa-sede da fazenda
Fonte: Oliveira/GPAF

A casa-sede da fazenda era o ponto de referência para todos que lá moravam, trabalhavam e para os que vinham de fora, visitar ou fazer negócio com o Vô. Além de abrigar a família, pai, mãe e filhos pequenos, havia o espaço para alguns meeiros que trabalhavam no roçado durante a semana.

Ilustração 08

Planta da casa-sede da fazenda Mandacaru: residência do Vô Neco⁴⁸



⁴⁸ A casa-sede da fazenda foi modificada pelo neto do Vô: o Pedro. Hoje só existe a parte frontal, os fundos e os lados abrigam uma construção nova. Fiz a planta da casa com o que ainda está preservado e a partir do relato de Pedro e de sua esposa Didi.

Além de ser o lugar destinado à moradia e ao consumo, nesse espaço eram celebrados os rituais sagrados, bem como os profanos. Geralmente as reuniões religiosas ocorriam na forma de novenas, nos dias de alguns Santos, tais como São José, Santo Antonio, São João e São Pedro, como também no mês de Maio, dedicado à Virgem Santíssima. Algumas novenas festivas, como a de São João e São Pedro, eram seguidas de um baile. Já os casamentos e os batizados eram verdadeiros acontecimentos religiosos e sociais, pois o Vô solicitava a presença do Padre da Paróquia que comparecia a sua casa e nessa ocasião rezava a Santa Missa, casava e batizava os que necessitavam desses sacramentos.

Outro festejo importante, que coincidia com o início das festas juninas, era a pamonhada coletiva. Essa festa ocorria nos anos de inverno bom e celebrava o trabalho e a boa colheita. Nessa ocasião, os homens colhiam o milho e o feijão verde e as mulheres eram encarregadas do preparo dos alimentos, enquanto o resto da família ficava na sala ou no terreiro proseando. Este era um espaço de sociabilidade impar, pois as crianças presenciavam de forma mais contundente o lugar e as funções que cabiam a cada gênero.

Nesses eventos podiam ser percebidas toda a vitalidade cultural e simbólica, bem como as tradições de um aglomerado de pessoas que mais se configurava como uma “família extensiva”⁴⁹, cujos laços sociais passavam pelo crivo moral de um chefe que organizava toda a vida social dos seus numa forma de cooperação favorecida pela coerção do patriarca.

O líder demonstrava todo o seu prestígio e poder através da prestação de dádivas em forma de festejo e celebração, recebendo em troca a devoção e gratidão do seu povo, expressas em serviços prestados dos quais ele se beneficiava principalmente, mais não unicamente.

O que chama a atenção nessa história da origem da comunidade é o fato de que os laços dentro da família eram determinados pela relação com o patriarca. Quando um grupo de parentes trabalhava junto no conserto de uma cerca da fazenda, não era por retribuição de um favor entre iguais. Era mobilizado pelo patriarca. Se ele era a fonte

⁴⁹ Tipo familiar que vai além da família nuclear – pai, mãe e filhos – e se estende por todo um aglomerado de pessoas que formam um grupo maior composto por parentes consanguíneos e afins.

de inúmeras dádivas, as correspondentes contra-dádivas configuravam relações verticais, de subordinação (DUQUE, SIDERSKY & OLIVEIRA, 2004a, p, 121).

O fato de que o patriarca exercia o tipo de coerção que possibilitava a cooperação e toda atividade na fazenda, não exime esse processo de conflitos e descontentamentos. Embora, os descendentes do Vô lembrem do seu tempo com certa nostalgia e saudosismo, também afirmam que viviam de forma opressiva e que é melhor ser dono e senhor de seu pedaço de terra.

Na época do Vô todo mundo se ajudava porque era obrigado por ele. A gente não concordava com tudo mais ficava quieto. Tinha aquele filho e aquele neto preferido por ele e de vez em quando a gente brigava muito, mas ele resolvia tudo (Pedro, neto do Vô).

Outro tipo de conflito ocorria entre os agregados e os meeiros que constantemente trocavam acusações mútuas de que um grupo era mais favorecido do que outro. Os agregados moravam nas terras da fazenda e portanto desfrutavam de alguns benefícios que os meeiros, por trabalharem apenas durante a safra, não possuíam, como por exemplo: o desfrute de recursos naturais tais como pastagem, água e frutos o ano inteiro.

3.2.1.3. Relações com o mundo exterior

Para Mendras (1978), duas das características principais das sociedades camponesas tradicionais são uma autonomia relativa e uma integração parcial nas sociedades envolventes. Na fazenda Mandacaru, embora alguns de seus membros vez por outra estabelecessem algum contato ou vínculo com o mundo citadino, era o Vô que mantinha relações duráveis e permanentes com o mundo exterior.

O “Vô Neco” era o mediador entre o grupo que plantava na fazenda e os compradores. Era ele quem tinha contato com os negociantes. Na época existiam dois compradores maiores, um deles tio do dono da fazenda vizinha, e um político renomado que,

mais tarde, também passou a negociar produtos agrícolas. O “Vô” negociava com todos eles, embora tivesse uma relação privilegiada com o tio do vizinho, de quem era compadre.

3.2.1.4. O crédito

Segundo Duque, Sidersky & Oliveira (2004), um crédito anual, de custeio, tinha grande importância no sistema. Esses negociantes maiores tinham acesso à Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA), empresa de grande porte, com sede em Campina Grande, que comprava e processava algodão e também sisal. Esse contato permitia aos negociantes a obtenção de capital de giro. Com esses recursos, eles forneciam crédito para os produtores, sobretudo àqueles “de confiança”. O Neco era uma dessas pessoas que gozavam da confiança dos negociantes e, portanto fazia uso de sua boa reputação para fechar bons acordos. A reputação é um importante elemento produtor de confiança (OSTROM, 1998). Ele costumava pegar dinheiro com eles a cada ano. Os “agregados” e os filhos também pegavam esse tipo de crédito. Às vezes eles pegavam na mão do “Vô Neco”. Em outros casos podiam pegar diretamente com o negociante, mas somente depois de ter o aval explícito do “Vô”. Os negociantes falavam que “só emprestavam porque o Neco pediu”. E este se encarregava de fiscalizar, bem de perto, o bom uso desses recursos. Não era raro o acerto de contas ser feito na casa do “Vô”. Para tal, o negociante Severino Virgílio, por exemplo, mandava um recado para o “compadre” com oito dias de antecedência, pedindo para a “comadre” preparar “aquela galinha que só ela sabia preparar”. Contam que o Severino não era “ruim”, permitindo que o devedor saldasse sua conta em mais de um pagamento, se assim o desejasse. É claro que para ter direito a um novo empréstimo, era necessário quitar o anterior.

Como a relação pessoal, de confiança, era crucial, a inadimplência era praticamente nula. As transações financeiras se davam através da reputação do Vô e dos laços sociais de confiança que serviam como garantia para a circulação e a perenidade da economia baseada na reciprocidade (PUTNAM, 1996, OSTROM, 1998, SABOURIN, 2003).

Historicamente, as famílias camponesas dispõem de tipos informais e tradicionais de transações creditícias que fazem parte da trama de suas relações sociais. Tomar dinheiro emprestado, comprar fiado na caderneta, constituir uma caixinha entre amigos e vizinhos, são apenas algumas das formas que possibilitam a reprodução econômica dos indivíduos, passando por laços que são sociais, pessoais e financeiros. Vale também a reputação de um indivíduo servindo de garantia para essas transações. Porém, esse tipo de economia não possui recursos monetários suficientes e, portanto, não pode ser encarado como solução econômica para a demanda de serviços financeiros dos que estão à margem do sistema bancário.

Nos anos 50 apareceu o sisal na região. Um banco convenceu o “Vô” a tirar um empréstimo para plantar sisal e comprar gado. Essa cultura foi implantada apenas nos terrenos destinados ao plantio do “Vô”. Os que aí trabalhavam passaram a “puxar” o agave do “Vô”. Os interessados tinham direito de fazer a colheita numa certa área de sisal, para depois desfibrar pelo antigo sistema manual e colocar para secar. Terminado o serviço, o “Vô” ficava com uma renda – a “conga” – que era, provavelmente, de um terço do produto. Contam que o “Vô” pagou o empréstimo do banco num único pagamento, graças à renda do agave, tamanha era a valorização do produto. Lembremos que os compradores eram os mesmos mencionados anteriormente (SIDERSKY, 2002).

O “Vô” também pegava “empeleitadas”, para realizar diversos tipos de trabalho em fazendas vizinhas. Ele contratava o serviço e organizava o grupo. Segundo contam, o pessoal “pobre” das redondezas gostava de trabalhar com ele. Era uma pessoa conhecida e apreciada na vizinhança.

Vale ressaltar que as relações sociais na Fazenda Mandacaru passavam, necessariamente, pela figura do Vô, homem íntegro de palavra, o grande pai, o líder político, o patriarca que a todos rendia favores - dádivas - e que se beneficiava com toda uma trama social da qual ele era o maior beneficiário. As relações beiravam o assistencialismo e configuravam a

cultura da subalternidade que marcava todo o Nordeste rural daquele tempo. A sociabilidade era regida e reforçada por padrões morais e tradicionais personificados na figura do Vô.

3.2.2. A Comunidade hoje: Novas iniciativas organizacionais, novos atores e novas práticas

Como se frisou anteriormente foi o falecimento do “Vô” e o desmembramento da fazenda em vários sítios que deram origem à Comunidade, e os laços principais se transformaram de uma família extensiva em várias famílias nucleares.

A comunidade ainda é cercada pela antiga cerca de madeira que delimitava o espaço da fazenda. Ao leste fica localizada a porteira que é hoje o acesso principal.



Ilustração 09: porteira que marca a entrada da comunidade Mandacaru
Fonte: Oliveira/GPAF

Embora segundo Tönnies (1979), a comunidade não possa ser entendida como uma unidade estanque de barreiras precisas e definidas, mas como uma entidade simbólica, a cerca e a porteira de entrada servem como referência. O sentimento de pertencimento ao lugar de origem e morada das famílias há três gerações é conservado para diferenciar o local e as pessoas que lá residem das demais comunidades e seus membros. Nas comunidades vizinhas não existem cercas para demarcar o território, os estabelecimentos agrícolas são cercados, porém a comunidade não é. Tanto que, para uma pessoa vinda de fora, fica difícil observar as

fronteiras ou extremidades. Isto não ocorre em Mandacaru; ao se aproximar da comunidade, logo se percebe sua demarcação.

Atualmente, a Comunidade Mandacaru é composta por 29 famílias nucleares. Destas famílias, apenas duas são de pessoas vindas de fora e que compraram terra no local. Hoje são integradas à Comunidade por laços sociais adquiridos através de trocas econômicas horizontais, de compadrio e casamento dos filhos com descendentes do “Vô”.

Das 27 famílias descendentes do Vô Neco que moram em Madacaru, 18 são chefiadas por netos e 09 por bisnetos. Muita gente migrou para comunidades vizinhas, para sede do município e para a região sudeste⁵⁰.

Tabela 03 – Localização e destino de migração dos netos do Vô Neco

LOCAL ATUAL DE MORADIA	Nº DE NETOS
Na comunidade	18
Comunidades próximas	4
Soledade	15
Cidades próximas	7
Sudeste do País (Rio e São Paulo)	14
Falecidos	2
TOTAL	60

Fonte: SIDERSKY, 2002

A migração teve efeito direto sobre a terra disponível para as famílias restantes, permitindo uma certa recomposição das propriedades depois da divisão entre os herdeiros. Este é um exemplo claro de um dos processos pelos quais as famílias de hoje têm um acesso muito limitado à terra.: o processo sucessório em famílias grandes, sem mecanismos que permitam aos descendentes de ter acesso à terra fora, faz com que a disponibilidade de terra se reduza drasticamente já na terceira geração – a dos netos. Neste caso a migração é uma alternativa “forçada”.

⁵⁰ Ver árvore genealógica.

Mas não foi só a conformação do espaço que se transformou ao longo e inevitável devir do tempo. A vida econômica, cultural e social sofreu mudanças significativas, mas estas não transfiguraram o modo de vida camponês. Pois, valores da vida campesina como o afeto à terra – lugar de pertencimento, onde se trabalha e mora - o amor à família – unidade societária de base forte e coesa, a relação de proximidade com o meio ambiente e a organização social ligada aos laços de reciprocidade e solidariedade permaneceram (BRANDÃO, 1999; HEREDIA, 1979; MENDRAS, 1978; WANDERLEY, 2000).

Com o passar dos anos, muitas coisas mudaram em Mandacaru. Teve, por exemplo, um importante crescimento demográfico que se traduziu num intenso, porém desigual, processo de parcelamento da terra. Somando isto à crise do algodão e do sisal, a situação econômica da maioria das famílias ficou bastante precária. É difícil imaginar o que seria da comunidade sem a chegada dos benefícios previdenciários.

Mesmo havendo diferenciação econômica entre as famílias, os níveis de renda são muito modestos. No entanto, as 4 famílias apontadas na tabela 2 como as mais abastadas se destacam na vida social. Elas ocupam os lugares de chefia da Associação e alternam-se a cada eleição. Há sem dúvida uma relação de cooperação mais estreita entre elas. Isto tem gerado certa fragmentação na comunidade. A vida comunitária não está imune ao conflito. Muito pelo contrário, este faz parte do processo social.

Hoje a maioria da população sobrevive essencialmente de uma agricultura de subsistência, com fracos excedentes para o mercado local, renda complementada por uma atividade reduzida de criação. Ainda é percebida a persistência de uma economia horizontal baseada na reciprocidade social: troca de excedentes, empréstimos entre os parentes e compadres. No entanto, a organização comunitária do trabalho enfraqueceu. O mutirão é uma prática pouco solicitada por vários motivos: a dificuldade de mobilizar um grupo maior e as querelas que podem surgir nesse tipo de trabalho.

O mutirão dá muito trabalho, tem nego preguiçoso que enquanto os outros trabalham, ele fica parando para fumar ou tomar café de instante e instante, tem descontentamento. A gente tem que chamar todo mundo e têm alguns que nunca comparecem (Manoel.).

Um motivo que atrapalha o mutirão é que muita gente trabalha alugado na propriedade dos outros, se forem participar do mutirão, mesmo que precise, perderá o dia de serviço, não recebendo pelo trabalho (Pedro).

Geralmente o mutirão causa muita confusão. Alguns são espertos e toda hora vão fumar ou bater papo. No tempo do Vô não tinha isso não. Ele mandava e todos obedeciam. Hoje cada um cuida do que é seu (Toinho.).

Diante destas falas percebemos que a ausência da coerção exercida pelo Vô travou a ação coletiva: antes o Vô mandava, todos obedeciam. O caso do mutirão deixa claro que em algumas ocasiões cooperar é mais custoso do que trabalhar individualmente. Nem sempre indivíduos com interesses comuns vão atuar no sentido de favorecer estes interesses da mesma maneira que se espera que indivíduos atuem de acordo com seus próprios interesses pessoais (OLSON, 1999).

As falas também indicam que a fragmentação do espaço social que fora substituído pela propriedade individual e a falta de um líder forte e respeitado afrouxaram as formas de ajuda mútua. Como espaço comum restam as estradas, os reservatórios de água, a escola e o campinho de futebol, construído recentemente. Entretanto, os membros da Comunidade ainda compartilham a colheita da safra.

Na época de colheita, a gente se junta para colher os cereais de todo mundo. Fica mais fácil por causa do aluguel do trator. Se a gente fosse pagar separado, ficava mais caro (Joana.).

A colheita compartilhada da safra obedece mais a uma lógica individual de racionalização do que a uma ação solidária, pois só participa desse mutirão quem tem algo a colher. Sendo assim, aquele que tem o maior roçado acaba sendo privilegiado em detrimento daquele cujo plantio é pequeno. Mas, segundo Mauss, dádiva e contra dádiva evidenciam uma

lógica de intercâmbio social baseada em *interesses* que também podem ser pessoais. Vale salientar que essa prática não deixa de ser uma boa estratégia coletiva.

A vida cultural sofreu algumas transformações advindas da passagem do mundo da fazenda, enquanto unidade, para o da comunidade, enquanto diversidade. Com a fragmentação do espaço em vários sítios e, conseqüentemente, em várias famílias e unidades produtivas, as reuniões festivas e religiosas realizadas na casa do “Vô” deixaram de existir ou se transformaram.

Os casamentos e batizados que outrora eram realizados na casa da fazenda, sendo grandes acontecimentos sócio-culturais, agora são feitos na sede do município. Raramente o Pároco aparece na comunidade. A vida religiosa se restringe às novenas no mês de Maio, quando a imagem de Nossa Senhora percorre cada casa onde ocorre uma novena. A celebração da Semana Santa e do Natal ficou restrita à disponibilidade de cada família em realizar seu festejo particular. O mesmo ocorreu com a pamonhada coletiva e as festas juninas.

Mas o tanque de pedra ainda reúne as mulheres, principalmente em tempos de secas. E, como vimos, um espaço novo surgiu, este destinado aos jovens: o campo de futebol feito pela Associação.



Ilustração10: campo de futebol de Mandacaru
Fonte: Oliveira/GPAF

Outro aspecto relevante é a transformação na relação campo/cidade. Enquanto, na fazenda, havia uma situação de quase isolamento em relação ao mundo exterior – com o qual o único vínculo era o “Vô” – hoje, os membros da comunidade mantêm um forte intercâmbio com a sede do município, por um lado, devido à proximidade que as estradas e os meios de transporte proporcionaram, por outro lado, pela busca dos serviços que a cidade pode oferecer: saúde, educação, serviços financeiros e o mercado, como também para visitar parentes.

Nestes pontos podem ser destacados em relação à saúde: o acesso a hospitais e farmácias – proximidade que enfraqueceu um pouco o ofício das benzedadeiras e o uso de ervas medicinais -; na educação: verifica-se o melhoramento do grau de escolaridade entre os membros da comunidade, pois diariamente os adolescentes vão à cidade freqüentar as escolas de ensino médio, uma vez que em Mandacaru só existe ensino fundamental; quanto aos serviços financeiros, houve uma maior recorrência ao sistema bancário, principalmente com a implantação da linha de crédito do Governo Federal destinada aos agricultores familiares: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); já com o mercado, ainda é forte a presença do atravessador, porém há casos de agricultores que vão pessoalmente vender seu excedente da produção na feira municipal.

A relação com o mundo capitalista às vezes causa alguns conflitos de valores, pois esse intercâmbio favorece o confronto entre uma cultura ainda marcada por relações de proximidade e solidariedade, e outro mundo, o do capital, em que reina o utilitarismo.

Contudo, de acordo com Wanderley (2000, p. 134), “as transformações que ocorreram no meio rural não são percebidas como o efeito de difusão da cidade sobre o campo, mas, sobretudo, como o resultado de iniciativas dos próprios ‘rurais’, cidadãos plenos, em articulação com os habitantes das cidades”. Sendo assim, o adentrar de alguns aspectos da vida cidadina no meio rural, em relação à qualidade de vida, acesso aos serviços e aos direitos

políticos, não descaracteriza de forma alguma o modo de vida camponês. Pois as relações sociais de interconhecimento e inter-reconhecimento, bem como o forte sentimento de pertencimento e a estreita relação com o meio ambiente, continuam sendo a base da organização social camponesa.

3.2.2.1. O associativismo

De acordo com Sabourin (2003, p. 154), “a Associação de produtores constitui o modelo de organização local dos agricultores familiares nordestinos que teve maior desenvolvimento ao longo dos últimos 15 anos. Trata-se, com frequência, para o Estado ou para o Município, de um meio de criar estruturas de redistribuição clientelista por intermédio de políticos locais. A maioria das associações surgiu da conjunção de três fatores: a necessidade para as comunidades de se dotar de representações jurídicas; a intervenção de atores externos, como a Igreja, as organizações não governamentais, os serviços de extensão e os projetos públicos; a existência de apoios ou de financiamentos reservados a projetos associativos ou comunitários (subsídios ou créditos públicos no caso de seca), geralmente com vocação produtiva”.

A associação local – que leva o nome de Conselho Comunitário de Mandacaru - foi fundada no dia 3 de novembro de 1983. Segundo Sidersky (2002), a Associação serviu, nos primeiros anos, para organizar atividades de lazer; por exemplo, foi através dela que foi feito o campo de futebol. Ela tinha também o papel de organizar festas juninas e forrós. Atualmente a associação não desempenha mais essas funções. Hoje parece que “só têm festas de casamento”, organizadas pelas famílias diretamente envolvidas. Várias pessoas mencionaram sentir falta das festas de “antigamente”. Mas, aparentemente, nos dias de hoje, ninguém toma a iniciativa de organizar uma festa no marco da associação.

No final dos anos 80, a associação passou a ser o canal pelo qual deviam passar as iniciativas governamentais de “distribuição de benefícios” para as Comunidades. Nesse contexto, as eleições da associação, que inicialmente eram “tranqüilas”, passaram a ser muito mais disputadas (DUQUE, SIDERSKY & OLIVEIRA, 2004a).



Ilustração 11: escola e sede da associação
Fonte: Oliveira/GPAF

Assim, na eleição acontecida no início de 1991, houve uma disputa acirrada, com muita interferência dos políticos que controlavam na época a administração da Prefeitura. O candidato da oposição ganhou. Ao assumir, ele deu um impulso e uma maior organização à associação.

A partir dos anos 90, a atuação do STR de Soledade e de várias ONGs cresceu no município. Em 1994, depois da seca de 1993, a Comunidade de Mandacaru começou a trabalhar com um Banco de Sementes. Os recursos para comprar o estoque inicial foram doados por uma ONG local. Em 1997, outra ONG, o PATAC, fez-se muito presente em Mandacaru, atuando em parceria com o STR e a Associação. Essa parceria favoreceu a implantação de várias inovações tecnológicas, bem como o início do trabalho de construção de cisternas a partir dos Fundos Rotativos Solidários.

Grande parte das inovações tecnológicas era experimentada por quatro camponeses que se dispuseram a enfrentar a empreitada. Isso porque a maioria dos camponeses desconfiava das novidades ou não possuíam condições físicas para implementá-las. Essas circunstâncias propiciaram a criação de um grupo diferenciado na comunidade: o grupo dos agricultores experimentadores. Um dos membros desse grupo era o então presidente da associação e outro

fazia parte do STR de Soledade. Na verdade eles já eram os camponeses que mais possuíam terra e que mantinham contato direto com os políticos locais. Daí por diante, a Associação passou a ser comandada alternadamente por esse grupo.

Ser sócio da Associação exige, em princípio, o pagamento de uma mensalidade de R\$ 1,00 (um real). Este dinheiro deveria servir para cobrir alguma despesa da própria associação (como, por exemplo, a preparação anual do balanço, que é obrigatório por lei). Pode também servir como “ajuda” para transportes urgentes de doentes, por exemplo. Um informante falou que somente “os que podem” pagam essa mensalidade. Mas atualmente ela não está sendo paga, nem cobrada (SIDERSKY, 2002).

Tabela 04 – O número de sócios nas famílias

NÚMERO DE SÓCIOS POR FAMÍLIA	Nº DE CASAS	Nº DE SÓCIOS
3 ou mais sócios(as)	07	26
2 sócios(as)	10	20
1 Sócio(a)	04	04
Nenhum sócio(a)	08	00
Sócios(as) morando fora	00	5
TOTAL	29	55

Fonte: SIDERSKY, 2002

Alguns sócios afirmaram que até o ano de 2004 não havia uma rotina regular de reuniões da Associação: elas aconteciam “quando tem algo para discutir”. Já o então presidente foi mais categórico: ele afirmou que na época não existiam reuniões da associação. Segundo ele, a causa disto era a “falta de tempo”, havendo muitas reuniões das ONGs, inclusive nos finais de semana.

No ano de 2005, eleições foram realizadas e uma nova diretoria foi eleita para administrar a Associação. O novo presidente, agricultor experimentador, passou a cobrar com afinco as mensalidades e colocou em ordem todas as dívidas e impostos atrasados. Uma

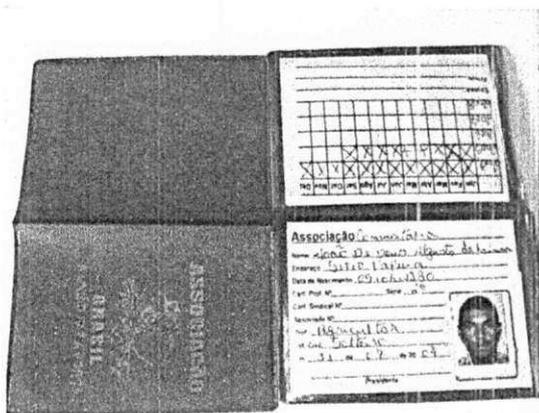


Ilustração 12: carteira de sócio
Fonte: Oliveira/GPAF

carteira de sócio foi criada com o intuito de melhorar o controle dos pagamentos por parte da diretoria e dos sócios.

A Associação ganhou vitalidade e novos convênios foram firmados com o Projeto Dom Helder Câmara⁵¹, para implementação de tecnologias de aperfeiçoamento do processo produtivo, e com a Empresa Estadual de

Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A (EMEPA), neste caso foi criada uma fábrica de beneficiamento do imbu para o grupo de mulheres. As mulheres de Mandacaru formaram um grupo atrelado à Associação para trabalharem com artesanato e fabricação do doce e da polpa do imbu. O grupo feminino é claramente liderado pelas esposas dos experimentadores, concentrando ainda mais as ações nas mãos de uma minoria. A fábrica de doces, por exemplo, funciona na casa do presidente da Associação.

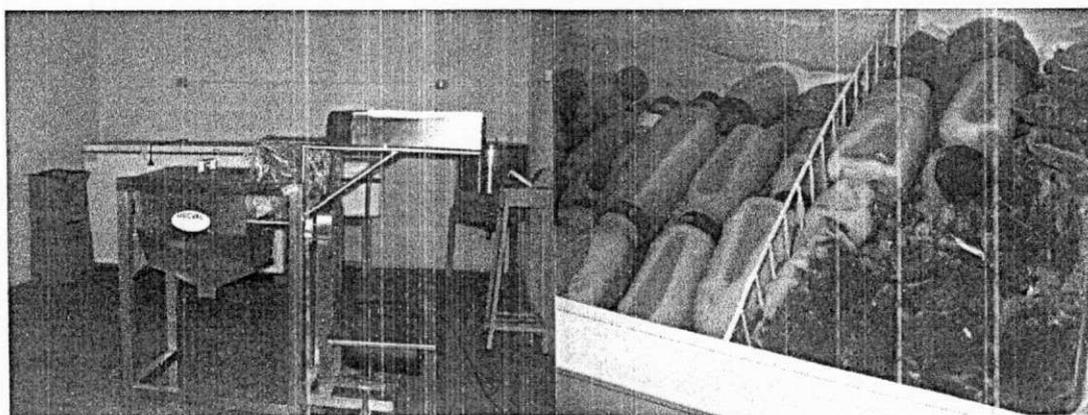


Ilustração 13: fábrica de beneficiamento do imbu
Fonte: Oliveira/GPAF

⁵¹ O Projeto Dom Helder Câmara é um programa do Governo Federal, com financiamento do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) criado para o desenvolvimento da região semi-árida do Nordeste e dependendo do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O presidente da Associação declarou que a fábrica só foi para sua casa porque não havia na comunidade um local com infra-estrutura e água potável para abrigá-la.

Os problemas administrativos da Associação foram resolvidos e todos os membros da comunidade, que são sócios, voltaram a cooperar e participar das reuniões. Essa cooperação se dá a partir da coerção exercida pelo novo presidente, neto do Vô, que ocupa um lugar de poder, não mais baseado no patriarcalismo, mas através de um aparato institucional que, da maneira como é conduzida, lhe proporciona a reprodução do perfil de mando do seu avô: a Associação.

CAPÍTULO IV

Os Fundos Rotativos Solidários da comunidade Mandacaru: cooperação e aprendizagem coletiva

O Fundo Rotativo Solidário mudou a maneira das pessoas pensarem. Deixaram de ser individualistas, estão se organizando mais e adquirindo mais conhecimentos. Ai saiu conversa que cada um dizia que mudou porque melhorou a situação, só a cisterna, mas eu vejo que mudou a cabeça das pessoas. Tinha pessoa aqui que não participava de nada, os outros diziam: é um individualista, e depois das cisternas ele descobriu que tinha um dever, uma obrigação de se organizar, fazer mutirão, participar das celebrações, de ir a encontros, às reuniões. Eles estão participando.

Antônio, camponês de Mandacaru

Na década de 1990, a comunidade Mandacaru sofre paulatinamente a influência de novas formas de organização, promovidas em grande parte pela organização interna ou intervenção externa de novos atores, que começaram a atuar coletivamente nas organizações dos camponeses ou a seu serviço: o STR, a Associação da comunidade, o grupo de agricultores experimentadores, o grupo de mulheres, as ONGs.

Essas novas formas de organização vieram sobrepor-se ou justapor-se às formas preexistentes de organização rural nordestina, marcadas pela reciprocidade camponesa, inserindo novos aspectos societários (SABOURIN, 2003).

Frente ao desengajamento ocorrido após o falecimento do Vô e a carência de políticas públicas provindas do Estado, novas formas de ação coletiva foram sendo desenvolvidas na comunidade a partir da ação externa desses novos atores.

A ação externa mais contundente ocorrida em Mandacaru foi, sem dúvida, a do STR em parceria com o PATAC. A partir de 1997, o STR firmou parceria com a Associação, com o

objetivo de apoiar a experimentação e difusão na comunidade de técnicas e inovações que contribuíssem para uma melhor convivência dos camponeses com a região semi-árida. Trata-se de técnicas de diversificação das culturas, de captação e manejo dos recursos hídricos (como barragem subterrâneas e cisternas de placas), aproveitamento e silagem da forragem natural para manutenção do rebanho – principalmente nos tempo de secas –, utilização de cercas verdes ou de tela, etc. São inovações simples e baratas, facilmente acessíveis aos produtores, e que aumentam consideravelmente sua capacidade de conviver com o semi-árido.

QUADRO 03: TIPOLOGIA DOS NOVOS ATORES COLETIVOS NO MEIO RURAL NORDESTINO

Uma primeira série de iniciativas provém da federação de organizações sócio-profissionais de agricultores (associações comunitárias) ou do agrupamento de sindicatos municipais de trabalhadores rurais em « pólo sindical regional ».

O segundo tipo corresponde a dispositivos coletivos de agricultores sem estatuto jurídico, porém assegurando funções de interesse individual (familiar) e coletivo de apoio à produção e a outras funções de interesse comum ou público : bancos comunitários de sementes, grupos de agricultores experimentadores, grupos de crédito mútuo (consórcios e fundos rotativos).

A terceira forma de articulação é constituída pelos fóruns mistos da sociedade civil (também chamados de fóruns híbridos) reunindo organizações de agricultores, sindicatos agrícolas, como também representantes ou técnicos de ONGs, de universidades, de instituições religiosas e personalidades independentes, como a Articulação do Semi-Árido (SABOURIN, DUQUE, OLIVEIRA *et al.*, 2005, p. 05).

A importância da maioria dessas ações é que elas não são simplesmente ensinadas e doadas, elas são fomentadas a partir dos Fundos Rotativos Solidários (FRS): forma de crédito que se apóia nas relações tradicionais de solidariedade, reciprocidade e confiança, bem como na reputação dos seus membros.

Embora a cisterna seja o principal produto do sistema e o mais desejado pelos camponeses, em Mandacaru as inovações, feitas a partir dos FRS, foram implementadas quase que concomitantemente. Assim, tratar de FRS nesta comunidade significa não

restringir o estudo aos fundos rotativos de cisternas de placas, pois esse sistema também é muito utilizado para barragens subterrâneas e outras tecnologias.

De acordo com a ideologia do PATAAC, o aspecto talvez mais importante do sistema é que as decisões são tomadas pela comunidade reunida. Esta tem um poder real e se responsabiliza solidariamente pelo cumprimento das decisões tomadas. É o grupo (ou a Associação segundo os casos) que se responsabiliza pela gestão do Fundo: administração financeira, compra do material, seleção ou sorteio dos beneficiados, discussão das formas de retorno.

Porém, em Mandacaru, certo número de famílias, particularmente entre as mais carentes, ficou de fora desse processo. Os beneficiados com os FRS foram (ao contrário do que se pregava e do que ocorreu em outras comunidades) os que possuíam melhores condições de vida, grupo de forte posição política, por estar à frente da Associação e do trabalho com a ONG: os agricultores experimentadores.

A inserção destes novos atores alterou as relações sociais existentes em Mandacaru. A parceria do STR e da ONG com a comunidade privilegiou alguns membros, em particular, os ditos agricultores experimentadores, grupo de camponeses que se destacou em relação aos outros, acentuando uma situação de desigualdade na comunidade.

A intervenção de agentes externos fortaleceu a forma de cooperação tradicional, baseada na ajuda mútua. Por um lado, a cooperação ganhou novos contornos pela implementação dos FRS. Por outro, o incentivo à ação cooperativa fortaleceu certos laços sociais. Vale salientar que o reforço destes laços pode revigorar certos lugares de poder que suscitam desigualdades e conflitos. Isso pode ser exemplificado com clareza a partir do gerenciamento dos FRS em Mandacaru.

4.1. A implementação do sistema de Fundos Rotativos Solidários em Mandacaru

A idéia de Fundos Rotativos Solidários chegou a Mandacaru no ano de 1997, correspondendo à fase de disseminação desse sistema em todo Estado da Paraíba. Como já foi dito no capítulo I, esta etapa pode ser caracterizada pela rápida expansão dos trabalhos com os FRS através de várias entidades que compõem a ASA-PB, onde cada entidade, bem como cada localidade imprimia suas características aos Fundos⁵².

Em Soledade, o trabalho com os FRS era feito sob a orientação do STR em parceria com o PATAC. Naquele momento, a iniciativa de implementar os FRS nas comunidades era mais do STR do que mesmo dos membros das comunidades. Por esse motivo, havia uma grande centralização e concentração das ações por parte desses parceiros. A arregimentação dos camponeses era feita através de reuniões onde os técnicos encarregavam-se de explicar os princípios educativos e solidários que norteavam os Fundos. Após a formação dos grupos, eram dados os cursos de gerenciamento dos recursos hídricos e o treinamento que servia de base à construção das cisternas, barragens subterrâneas, etc. Outro fator importante era que os repasses das parcelas dos grupos retornavam ao PATAC que se encarregava de reuplicá-lo na comunidade de origem ou noutra comunidade, dependendo da demanda e da necessidade de cada localidade.

É neste contexto que os FRS chegaram a Mandacaru. A comunidade foi escolhida por desfrutar da fama de ser uma “comunidade organizada”, isto por possuir uma associação ativa que desenvolvera várias ações oriundas de políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal. Outro ponto relevante, considerado pelo PATAC, era o *interesse* e a

⁵² Ver a parte 1.2.1. do Capítulo I referente a 2ª fase do desenvolvimento dos FRS, marcada pela atuação da ASA-PB na divulgação e disseminação da construção das cisternas de placas através do sistema de Fundos Rotativos Solidários

insistência de alguns camponeses de Mandacaru, membros do STR de Soledade, em levar os Fundos Rotativos para comunidade.

4.2. O funcionamento dos Fundos Rotativos Solidários em Mandacaru

4.2.1. Lógica individual e lógica coletiva

O Fundo Rotativo Solidário é entendido pelos técnicos do PATAC como uma forma de democratizar as inovações tecnológicas, como as cisternas de placas, a barragem subterrânea e os poços amazonas, integrando isso à lógica de partilha já presente na comunidade. Porém, para que ele possa funcionar, é necessário que os camponeses aceitem a sua proposta, já que os FRS só funcionam se houver cooperação. A princípio, os camponeses desconfiavam e até rejeitavam essas novas tecnologias, isto por não conhecerem as novidades e por não entenderem como funcionava o sistema de FRS.

Eu não entendia que era possível existir uma barragem subterrânea que dava condição para o plantio quase todo ano. Muito menos uma cisterna redonda de placas tão finas. Ai eu disse que não acreditava que daria certo, eu disse mesmo (Carlos).

As cisternas eu queria, mas não entendia como era o tal de fundo rotativo. Tive medo de pagar e o outro não pagar e eu perder tudo e no final não ter o dinheiro nem a cisterna (Maria).

Por mais que quisessem ou precisassem das inovações, principalmente das cisternas, os camponeses de Mandacaru não aceitaram imediatamente à proposta de fundo rotativo por temerem que o sistema não funcionasse bem, podendo proporcionar-lhes algum tipo de prejuízo financeiro. Eles acreditavam que seria mais oneroso participar dos grupos de fundos, do que desfrutar dos benefícios das inovações tecnológicas. É como se naquele momento, a lógica individual dos camponeses não entrasse em consonância com a lógica de ação coletiva afirmada através dos FRS.

Para Olson (1999), os indivíduos não agem automaticamente de forma cooperativa para conseguir bens públicos, mesmo que estes os beneficiem diretamente. Diríamos que os indivíduos também não cooperam de maneira automática mesmo para atingir um bem privado quando a consecução deste bem depende, diretamente, da ação e do comportamento de outros, podendo despertar incertezas e gerar riscos – como no caso dos FRS onde o retorno do investimento não é garantido juridicamente. Todos sairiam ganhando se cooperassem, mas as incertezas dificultam a ação coletiva. Em situações como estas, a lógica individual sobrepõe-se à lógica coletiva. “A incapacidade de cooperar para o mútuo proveito não significa necessariamente ignorância ou irracionalidade” (PUTNAM, 1996, p. 173). Muito pelo contrário, na ausência de garantias de que todos cumpram com os acordos o racional é não cooperar (OLSON, 1999).

Para resolver esse dilema e motivar os camponeses a participarem dos FRS, foram realizadas várias reuniões pelos técnicos do PATAC e do STR com o intuito de explicar os princípios de solidariedade e ajuda mútua que norteavam os fundos. Nesta ocasião, alguns camponeses de Caiçara (comunidade pioneira com o trabalho dos FRS) foram dar o depoimento de suas experiências. Outra estratégia foi a realização de visitas de intercâmbio. Dois camponeses de Mandacaru, Benedito e Carlos, foram fazer uma visita em Caiçara, para conhecerem as cisternas de placas e os fundos rotativos. Outra visita foi feita na cidade de Ouricuri-PE para ver o desempenho das barragens subterrâneas.

A visita de intercâmbio e o testemunho das pessoas foram muito importantes. A gente começou a acreditar que poderia dar certo. Mesmo assim, alguns ainda desconfiavam. Fomos conhecer as cisternas de Caiçara e as barragens de Ouricuri no Pernambuco. Quando nós voltamos, tivemos a idéia de construir barragens e cisternas nas nossas propriedades, os outros viram que dava certo aí tudo começou (Benedito).

Ao voltarem das visitas de intercâmbio, Benedito e Carlos realizaram uma reunião da comunidade, da qual o primeiro era o então presidente da Associação. O objetivo do

encontro era divulgar as experiências que haviam conhecido e tentar convencer os demais camponeses a formarem grupos de FRS. A iniciativa foi bem sucedida. Decidiu-se formar três grupos de FRS de cisternas de placas, cada um composto por 05 famílias, totalizando 15, e na mesma reunião se encaminhou a construção de uma barragem subterrânea, com o trabalho das Frentes de Emergência. Ulteriormente mais 6 barragens subterrâneas foram construídas.

Nós queríamos a cisterna, mas só participamos desse grupo porque os compadres Benedito e Carlos disseram que era bom e daria muito certo. A gente só pode confiar em quem a gente conhece, não é? (Joana).

Não bastava a veemência das afirmações dos técnicos do PATAC em relação aos benefícios diretos que as inovações tecnológicas trariam para os camponeses, nem mesmo que o sistema de FRS era a forma mais acessível de fomentar essas tecnologias. Foi preciso o parecer positivo de dois membros da comunidade que gozavam de reputação e confiança para que os demais pudessem acreditar nas benfeitorias que essas novidades trariam para eles. Mas saber que os fundos rotativos funcionavam bem em outras comunidades não acabou completamente com as incertezas. Ainda restava a insegurança de não ter como prever se todos realmente iriam cooperar até o fim.

Eu tinha a certeza que a cisterna era de boa qualidade e que esse fundo facilitaria o pagamento. Eu não tinha como pagar mais de 800,00 R\$ de uma vez. Eu tinha medo dos outros não pagarem e eu perdesse o que tinha dado, mas aqui todo mundo é família a gente se conhece e não quer prejudicar ninguém. A gente sempre se ajudou e vai continuar se ajudando (Marta).

Mesmo não dispondo de informações precisas e garantias formais de que todos que participariam do grupo iriam de fato cumprir com o acordo firmado, os camponeses resolveram aderir ao sistema de fundos rotativos. Essa adesão só foi possível, inicialmente, através da reputação e da confiança que os demais membros da comunidade depositavam na figura de Benedito e de Carlos, líderes cujas ações à frente da Associação e do STR, haviam

trazido muitos benefícios para a comunidade. A proximidade entre os membros da comunidade, através do acionamento dos laços sociais de solidariedade e reciprocidade, possibilitava certo grau de confiança.

Em casos de pequenos grupos sociais a cooperação entre seus membros ultrapassa a necessidade de possuir informações perfeitas. As noções de reputação, confiança e reciprocidade passam a ter uma posição central na resolução dos dilemas sociais, facilitando a ação coletiva (OSTROM, 1998).

Após a decisão da comunidade em formar grupos de FRS, o PATAC passou a fomentar os recursos para os primeiros grupos. De todas as inovações, a cisterna era a mais requisitada, por ser um reservatório de água potável, e também por tocar um aspecto mais sensível da realidade dos camponeses: a falta de água. Para construir uma cisterna, bastava ter uma casa com espaço ao lado e um telhado em boas condições. Já para fazer uma barragem subterrânea, era preciso que um manancial passasse por dentro do estabelecimento agrícola. Daí o porquê de terem sido formados três grupos de fundos rotativos de cisterna e só um de barragem, pois apenas alguns camponeses desfrutavam da estrutura necessária para construir esta última.

Alguns camponeses de Mandacaru tornaram-se exímios construtores de cisternas e barragens subterrâneas. Além de incrementarem seus estabelecimentos com essas inovações passaram a experimentar outras tantas, sendo chamados, a partir de então, de agricultores experimentadores; responsáveis pela experimentação das novidades tecnológicas e pela divulgação destas para outras localidades.

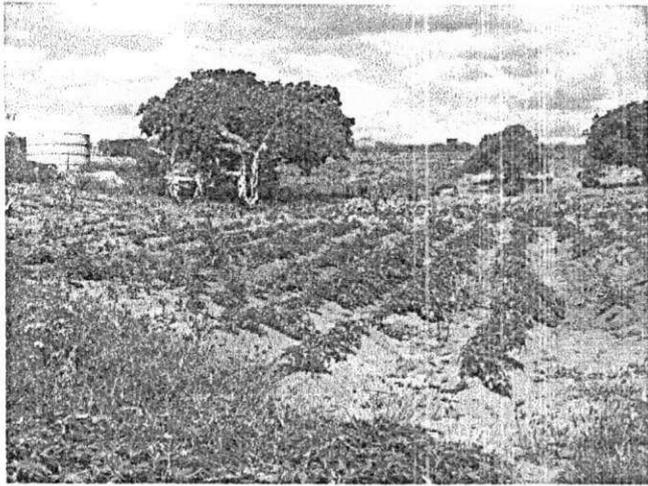


Ilustração 14: plantio de feijão em barragem subterrânea no período de estiagem.
Fonte: Oliveira/GPAF

Um ano após o início do trabalho com os fundos, outras inovações tais como campo de palmas e cercas de telas passaram a ser implementadas a partir dos FRS. Novos fundos foram criados, porém os grupos eram formados, praticamente, pelos mesmos membros dos outros fundos existentes.

Os membros do grupo de experimentadores eram os primeiros das listas dos grupos de cisternas e barragens subterrâneas, sendo, portanto, os primeiros a serem contemplados com a devolução das parcelas. Foi firmado que um membro dos grupos ficaria responsável pelo recebimento das parcelas dos fundos e pelo repasse ao STR ou ao PATAC. Neste caso, o presidente da Associação foi o escolhido. Em relação ao FRS de cisternas, foi entregue um carnê cujo valor das parcelas era convertido em itens que compunham o material necessário para construí-las⁵³.

Tudo acertado, acordos firmados entre os membros dos primeiros grupos dos FRS, os demais camponeses que não tinham sido beneficiados ficaram à espera do repasse para iniciar novos grupos.



Ilustração 15: Cisterna de placas construída na residência de um dos agricultores experimentadores.
Fonte: Oliveira/GPAF

⁵³ Ver anexo 02.

O trabalho de construção das primeiras cisternas mobilizou para os mutirões até alguns camponeses que não faziam parte dos primeiros grupos, pois tinham interesse em conhecer de perto a tecnologia para verificar “se dava certo”. Este fato surpreendeu muito a todos, já que após a morte do Vô, o mutirão quase não existia mais em Mandacaru, salvo raras exceções, como no caso da manutenção de bens de uso comum, como o tanque de pedras e as estradas.

Ninguém mais queria participar de mutirão, até para limpar o tanque tava ficando difícil arranjar gente. Com o fundo rotativo a coisa melhorou. Todo mundo ficou interessado em aprender a fazer cisterna. Também, se eu não participar do mutirão dos outros, eles não irão para o meu! Não é? (Pedro).

Logo a ação coletiva dos membros da comunidade Mandacaru transformou-a na vitrine de demonstração do PATAC, atraindo visitantes de todas as partes do Brasil e de outros países. A título de exemplo, no ano de 2002, a comunidade afirma que recebeu quase duas mil visitas de camponeses de outras localidades, membros de ONGs, técnicos de diversas instituições governamentais, pesquisadores de órgãos públicos, e até “curiosos de outros países”, políticos etc. Todos queriam conhecer as novas técnicas de infra-estrutura e manejo produtivo e seu funcionamento através dos FRS.

É fantástico ver uma comunidade organizada com seus membros cooperando e realizando iniciativas por conta própria sem depender de favores dos políticos (Pesquisador da UFCG que visitou a comunidade).

Essas novas tecnologias trazem consigo uma nova esperança para o agricultor do semi-árido. Conviver com a seca através de inovações a baixo custo e a partir de um crédito que requisita a solidariedade é algo fantástico (Técnico da EMBRAPA-PB).

O reconhecimento externo das ações dos camponeses de Mandacaru os enchia de orgulho e satisfação. As constantes visitas os incentivavam a manter um ritmo inexorável de ações conjuntas. Sabourin, Duque *et al.* (2005), colocam em evidência a importância desse

reconhecimento para o fortalecimento da ação coletiva dos camponeses. Mas em Mandacaru, a ação coletiva estava gerando uma espécie de grupo de comando que estava se beneficiando diretamente da ação conjunta, deixando os outros fora do trabalho, isso devido ao fato de que as inovações estavam chegando à comunidade de forma diferenciada, privilegiando uns e excluindo praticamente os outros. Não que houvesse vontade de privilegiar ou excluir. Na realidade, os produtores que se destacavam nas reuniões acabavam concentrando as ações enquanto os outros, por diversas razões, não se manifestavam. Quanto mais fama era conquistada pelos experimentadores, mais *reputação* e *confiança* lhes eram dedicadas pelos mediadores. Os grupos de FRS eram portanto em maioria formados pelas mesmas pessoas. Só que a idéia de grupos separados para cada tipo de fundo rotativo e não de um fundo comum para todas as inovações⁵⁴ emperrou o andamento dos trabalhos, provocando o endividamento de alguns dos seus membros e o descontentamento dos que estavam sendo excluídos. O valor estimado de investimento feito pelo PATAC para os FRS foi de aproximadamente 20.130,00 R\$. Em 2002, a dívida dos membros dos FRS ainda era de 17.420,00 R\$ (incluindo as parcelas que ainda estavam dentro do prazo de carência).

Os conflitos começaram a surgir devido à atenção especial dos técnicos do PATAC para com os experimentadores. Em quase dois anos de FRS funcionando, a cisterna não tinham chegado a contemplar nem a metade das famílias dos primeiros grupos.

O PATAC só ajuda os sabidos. Esses ai que experimentam tudo. Não acredito nessa história de cisterna para todos. Eu preciso muito de uma, cadê. Já tentei, fui às reuniões, dei meu nome, mas mandaram esperar. Tô esperando. Não vou a nenhuma reunião mais, cansei! (Severino).

Nem todos conseguem as cisternas, as barragens, as cercas... Isso é só para os mais queridos. Como eu não sou próxima ai não vem pra mim (Joana).

⁵⁴ Na realidade, havia três grupos de cisternas, um Fundo comum para as outras ações sem esquecer o Banco de Sementes Comunitário. Mas para a comunidade, o entendimento era que para cada inovação tecnológica tinha um fundo separado.

Porém, a atitude do PATAC foi de iniciar os trabalhos com os experimentadores para que depois estes se encarregassem em disseminar o processo. Assim formou-se a seguinte configuração social em Mandacaru: de um lado o grupo de experimentadores, à frente da associação e do trabalho com os fundos rotativos; do outro os demais membros da comunidade, à espera do repasse das parcelas dos fundos para formarem um novo grupo cooperativo.

A tabela abaixo mostra como os fundos rotativos foram distribuídos a partir do tipo de família. Evidencia a concentração dos fundos nas mãos das famílias do tipo “A”, aquelas chefiadas pelos experimentadores, e algumas famílias do tipo “B”.

Tabela 06 – Distribuição das inovações feitas com o FRS por tipo de família

TIPO DE FAMÍLIA	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COM FRS	VALOR ESTIMADO
Tipo “A”	Cisterna de placas, barragem subterrânea, poço amazonas, tanque de pedra, palma, cerca de tela, lona para silagem.	4.225,00
Tipo “A”	Cisterna de placas, barragem subterrânea, poço amazonas, palma, animais, cerca de tela, lona para silagem, silo de anéis de cimento, apiário.	3.635,00
Tipo “A”	Barragem subterrânea, poço amazonas, palma, cerca de tela, silo de anéis, lona para silagem.	1.750,00
Tipo “B”	Barragem subterrânea, poço amazonas, palma, cerca de tela, silo de anéis, lona para silagem.	1.855,00
Tipo “B”	Barragem subterrânea, poço amazonas, cerca de tela, lona para silagem.	1.525,00
Tipo “B”	Barragem subterrânea, poço amazonas.	1.200,00
Tipo “B”	Cisterna de placas, cerca de tela.	1.200,00
Tipo “B”	Cisterna de placas, palma, cerca de tela.	1.140,00
Tipo “C”	Cisterna de placas	850,00
Tipo “C”	Cisterna de placas	850,00
Tipo “C”	Cisterna de placas	850,00
Tipo “C”	Cerca de telas	200,00
Tipo “D”	Cisterna de placas	850,00
TOTAL		20.130,00

Fonte: SIDERSKY, 2002 adaptado por OLIVEIRA, 2004.

A tabela 05 deixa claro que até o ano de 2002, cinco anos após o início dos trabalhos com os FRS, eles apenas beneficiaram 13 famílias das 29 que compõem a comunidade. Dessas 13 famílias, 08 pertencem aos tipos “A” e “B”, que contam apenas 09 famílias com melhores condições econômicas. Contudo, apenas foram contempladas 05 famílias dos tipos “C” e “D”, representando 31% das 16 famílias desses dois tipos. Já o tipo “E” não foi beneficiado (SIDERSKY, 2002).

A concentração dos FRS por parte dos experimentadores ocasionou, evidentemente, o endividamento dos mesmos que passaram a ter dificuldades em retornarem o valor para o Fundo. A princípio os técnicos não estavam muito preocupados com o repasse das parcelas, mas com o acúmulo de experiências que os experimentadores haviam concentrado, já que serviria como demonstração real do processo de mobilização.

Nas entrevistas os experimentadores reconheciam que havia uma pressão para que o pagamento dos fundos fosse realizado. Mas, não sabiam direito de onde vinha a coerção, se era da ONG ou se era dos demais membros da comunidade. Na verdade ela vinha de ambas as partes. Contudo, a efetiva pressão provinha dos membros da comunidade.

Nós nunca nos recusamos a pagar os FRS. Até levantamos a possibilidade de perdão de parte da dívida por causa do endividamento que estava sendo grande. Eu, por exemplo, contrai uma conta com o PATAC de 4.000,00 R\$. Muito grande para minhas posses. Numa reunião com todos os membros dos grupos ficou acertado que primeiro se devolveria as parcelas dos FRS de cisternas para que todos fossem contemplados e depois seria a vez dos outros fundos (Benedito, A. Experimentador).

Entre 1999 e 2001, a situação dos experimentadores beirava a deserção. Considerar as dívidas como perdoadas chegou a ser cogitado pelos experimentadores; o argumento posto discretamente por eles nas reuniões do Coletivo Regional de Educação Solidária (CRES)⁵⁷;

⁵⁷ Entidade criada pelos camponeses, com o estímulo do STR apoiado pelo PATAC, para fazer a gestão dos Fundos Rotativos do município, e posteriormente dos municípios vizinhos.

era que já haviam pago o que deviam na forma de treinamentos dados⁵⁸ e de demonstrações feitas em seus estabelecimentos.

Esta atitude dos experimentadores não deriva da malevolência, nem mesmo da ausência de solidariedade ou de compromisso recíproco. Muito pelo contrário. Eles não queriam prejudicar os outros ou a si próprios. Desistir naquele momento, embora o endividamento e a pressão social os inclinassem a esse ato, seria arrebentar com uma cadeia de relações sociais de confiança e reciprocidade baseada na reputação da qual desfrutavam. *“Para haver cooperação, é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros”* (GAMBETTA, 1988 apud PUTNAM, 1996, p. 174). Perder a confiança do PATAC e dos seus amigos, parentes e vizinhos seria o mesmo que determinar o isolamento social. Pois quebrar as regras de reciprocidade é decretar para si próprio a possibilidade de exclusão das relações sociais do grupo (MAUSS, 1966; SAHLINS, 1972; OSTROM, 1990; PUTNAM, 1996).

Neste sentido, as regras de reciprocidade baseada na dádiva, ou seja, no ato de dar, receber e retribuir, tornam-se um elemento coercitivo muito eficiente à manutenção da cooperação. Quebrar com o ciclo significa arcar com sanções sociais que podem culminar na exclusão social do indivíduo (MAUSS, 1966). Por outro lado, o exemplo dos experimentadores reforça a tese de Temple (1998) que afirma que a função da reciprocidade vai além da simples troca ou intercâmbio. Existe, sim, um princípio econômico, mas a reciprocidade não se reduz exclusivamente a ele. A reciprocidade, mesmo que parta de uma relação econômica, não pode ser separada do social e do cultural (MAUSS, 1966; SAHLINS, 1972; OSTROM, 1990; TEMPLE, 1998).

⁵⁸ Vale dizer que já recebiam por alguns treinamentos.

Não houve deserção. Mas diante da situação de endividamento e da perspectiva de alguns anos de pouca chuva e quase nenhuma safra, as devoluções foram lentas e os fundos rotativos andaram, entre os anos de 2001 e 2004, a passos lentos e descontínuos.

Para os técnicos do PATAC, a estratégia de priorizar os experimentadores foi escolhida, pois se acreditava que numa comunidade pequena e coesa, formada por pessoas descendentes de um mesmo tronco familiar, os laços de solidariedade e de reciprocidade garantiriam a rotatividade dos fundos. Para Sabourin (2004) e Oliveira (2005), apoiar-se, recuperar ou manter práticas sociais tradicionais significa preservar as estruturas sociais e econômicas – de reciprocidade e de redistribuição – que as fundaram e os valores humanos que elas produziram quer sejam simétricos ou assimétricos. Porém:

Poder-se-ia dizer que o sistema de FRS, ao invés de promover a autonomia, promoveu a subalternidade. Ao invés de reforçar a organização e a auto-estima dos membros da comunidade, fortaleceu um pequeno grupo (DUQUE, SIDERSKY & OLIVEIRA, 2004b, p. 10).

Como o sistema de FRS se sustenta nos laços sociais tradicionais e os reforça, ele assume as características desses laços em cada localidade em que é implantado. Se a reciprocidade predominante é a horizontal, o FRS terá, conseqüentemente, características homogêneas a ponto de garantir sua rotatividade e sua perenidade, sendo a solidariedade seu maior desígnio; se ao contrário o que reina na comunidade é a assimetria e hierarquização social dos laços, ele, por sua vez reforça as desigualdades existentes. Eis o perigo de um sistema que se apóia nos laços sociais de um grupo. Nem sempre eles são simétricos e horizontais. Portanto, nem sempre correspondem às aspirações dos mediadores.

4.2.3. Reputação e confiança: elementos necessários à cooperação

De fato os FRS funcionaram, só que lentamente. A princípio a rotatividade garantiu o beneficiamento dos primeiros membros dos grupos. Mas o que ocorreu com os demais

participantes? Será que houve apenas a reprodução de uma estrutura social baseada em relações sociais desiguais?

Alguns fatores devem ser levados em consideração para que a dinamicidade do processo social que envolve os grupos de fundos rotativos de Mandacaru possa ser explicada. Em primeiro lugar, levaremos em consideração as mudanças na maneira do PATAC ver e conduzir os FRS a partir da fase do “*fortalecimento dos Fundos Rotativos Solidários a partir do Programa 1 Milhão de Cisternas*” que teve início no final de 2001. Um segundo fato foi a amenização da dívida dos experimentadores e um terceiro, a decisão do PATAC reduzir suas atividades na comunidade.

Em 2001, com o projeto piloto do PIMC, houve uma maior disseminação do sistema de fundos pela Paraíba. Com isso a ASA-PB passou a promover uma maior interação entre lideranças e entidades que trabalhavam com os fundos através de encontros regulares organizados pela Comissão Água, bem como do intercâmbio entre os camponeses envolvidos com o sistema. Nestas ocasiões começou a ser melhor entendida e disseminada a noção de que os Fundos deveriam proporcionar a criação de uma poupança comunitária e que o repasse das parcelas, que antes era feito à instituição de origem, deveria ficar na comunidade, fato que estava ocorrendo em algumas partes da Paraíba.

Nesta época Mandacaru enfrentava seus maiores problemas com a administração dos FRS. Um artigo publicado por nós⁵⁹, referente à situação de pesquisa de 2001 e 2002, retrata a situação de Mandacaru neste momento da seguinte maneira:

De fato os FRS têm sido utilizados muito amplamente (...). Mas, na realidade, não estão funcionando da forma como foi prevista. Um primeiro problema refere-se à dinâmica social que gira em torno da gestão destes recursos. Falando com o então presidente da associação sobre este assunto, perguntamos como era a devolução na comunidade. Ele colocou muito enfaticamente que “todo mundo só paga no sindicato”. Ao manifestar a nossa surpresa, já que a proposta do FRS reza que ele deve ser gerido pela comunidade, este entrevistado falou que “isso de cobrar de

⁵⁹ DUQUE G.; SIDERSKY, P. E OLIVEIRA M S L., 2004, op. cit.

vizinho, não dá”. Ele até exemplificou com o acontecido quando ele “só fez entregar o carnê”, e a pessoa depois “saiu falando que ele tinha ido cobrar...”. Este entrevistado deixou claro que ele não estava disposto a fazer esta “cobrança”. Ele foi mais longe, dizendo que ele estava bem contente com o fato do “Sindicato ter ficado com o abacaxi”. Portanto não há na comunidade o sentimento de possuir um capital gerido pelo grupo e sob seu controle (DUQUE, SIDERSKY & OLIVEIRA, 2004a, p. 123).

O interesse individual dos camponeses estava superando o sentimento de cooperação e gestão comum de recursos que fizera surgir os primeiros grupos de FRS. A pressão interna e externa sofrida pelos experimentadores no sentido de ter que fazer os fundos funcionarem não desapareceu, mas foi transformando-se ao logo do tempo, através da mudança na maneira de se enxergar o sistema: não mais como uma transação creditícia que deve se multiplicar inexoravelmente, garantindo o retorno certo e obrigatório, mas como uma forma de crédito solidário, baseado na ajuda mutua mais do que na perenidade econômica.

Era colocado pelos técnicos do PATAC que os FRS deveriam de alguma maneira retornar para a comunidade e assim beneficiar os demais membros que estavam a sua espera. Aos poucos os experimentadores foram pagando as parcelas dos fundos. O fato do pagamento não retornar mais para a entidade mediadora, no caso o Sindicato ou o PATAC, deu um novo sentido aos fundos rotativos de Mandacaru. A gestão passou a ser feita pela associação que tinha que prestar contas à comunidade.

Antes havia o desconforto, por parte do presidente da Associação em arrecadar as parcelas dos FRS que eram devolvidas ao PATAC. Como o fundo era entendido como sendo da instituição e não da comunidade, o ato de receber o repasse dos membros do grupo era encarado por todos como cobrança. O FRS não deixava de ser percebido como um empréstimo do PATAC como uma instituição financeira provedora dos recursos.

Em relação ao pagamento das parcelas do FRS, havia outra questão importante, mencionada nas entrevistas feitas em Mandacaru: era a falta de clareza e de organização. Houve casos de pessoas que mencionaram que não pagavam porque “um ficava esperando

pelo outro” ou ainda porque ainda não tinham recebido o carnê de pagamento. Na verdade, como os FRS eram entendidos como sendo do PATAC, o interesse em distribuir os carnês e receber as parcelas era quase que inexistente. Não ter controle de quanto à comunidade havia pagado e, portanto, quanto disponibilizava em forma de fundo agravava a apatia dos membros dos grupos (DUQUE, SIDERSKY & OLIVEIRA, 2004).

Muitas vezes, propostas de ação coletiva vindas de cima para baixo, com fraca eficiência coercitiva, não facilitam a cooperação entre as partes envolvidas. No caso dos FRS de Mandacaru, a proposta de ação coletiva partiu do PATAC e não da comunidade. O PATAC não queria exercitar uma efetiva coerção, a prova sendo que não propôs acordos formais que garantissem o reembolso da dívida. Por outro lado, a identificação dos fundos com a instituição e não com a comunidade impedia o acionamento dos mecanismos de coerção internos, baseados na reputação, confiança, solidariedade e reciprocidade.

Ao mudar o foco do FRS, ou seja, retirar do PATAC o controle do sistema e colocá-lo nas mãos dos camponeses, foi o mesmo que permitir que a organização interna da comunidade acionasse os instrumentos necessários à cooperação a partir de uma lógica interna, possibilitando o funcionamento dos fundos rotativos. Os sentimentos de solidariedade e de reciprocidade reapareceram e os grupos de fundos voltaram a funcionar. Os conflitos internos foram diminuindo ao passo que novas cisternas e barragens eram construídas.

Em 2002, mais três cisternas foram feitas com o retorno dos recursos do FRS; ao todo já eram 08 (ver tabela 05). Em 2004 construíram mais 02 cisternas e 01 barragem subterrânea, finalizando a construção de 07 barragens subterrâneas. Em 2005 foi feita mais 01 cisterna, restando apenas 03 famílias sem cisterna⁶⁰, das 15 famílias dos primeiros grupos.

A gestão interna dos recursos possibilitou e incrementou a cooperação. Agora não se confundia mais associação, PATAC e STR, nem os atores envolvidos com os FRS. A

⁶⁰ Um dos membros que era candidato mudou-se e portanto desistiu.

identificação com os fundos alterou a situação de outrora: “*se o FRS é da comunidade, vamos fazê-lo funcionar*” exclamou um membro do grupo de fundos de cisternas.

De fato os fundos necessitam da cooperação advinda da confiança, da solidariedade e da reciprocidade para funcionarem. Em Mandacaru havia a predominância de laços sociais que reforçavam as desigualdades entre os camponeses. Mas o fato dos laços serem assimétricos não impedia diretamente a ação coletiva que sempre foi a marca da comunidade, ação que, antes, baseava-se no poder patriarcal do Vô e agora no grupo de seus sucessores; embora as desigualdades muitas vezes a afetasse.

O agente complicador da cooperação foi a intervenção direta do PATAC e a maneira como conduziu as operações: em primeiro lugar por uma posição centralizadora e em segundo por ter privilegiado os experimentadores, dando-lhes a incumbência de experimentar e a seguir disseminar as inovações através dos fundos. Estes fatos fizeram com que as desigualdades já existentes ganhassem uma maior visibilidade, abalando profundamente a reputação e a confiança social construída entre os membros da comunidade.

A reputação e a confiança são elementos fundamentais para que as relações sociais de solidariedade e reciprocidade se estabeleçam e cumpram com seu papel de coesão social, mesmo que essas relações sejam verticais (MAUSS, 1966; SAHLINS, 1972; OSTROM, 1990; PUTNAM, 1996).

O entendimento do PATAC (como também da ASA-PB) de que os FRS deveriam de fato ser da comunidade, passando seu gerenciamento para os camponeses, modificou a forma de intervenção em Mandacaru. Os fundos ficaram nas mãos dos membros dos grupos e o montante financeiro, por eles mobilizados, não retornou mais para o mediador. A comunidade experimentou assim, um novo momento. A sensação de posse em relação aos FRS e ao

processo possibilitou o fortalecimento da ação coletiva, isto devido ao interesse direto dos camponeses em administrar o que era deles.

4.3. Experiências compartilhadas, aprendizagem coletiva

A efetivação da cooperação não ocorre do dia para a noite. Ela depende de um emaranhado de normas e regras sociais que são reforçadas a partir das práticas sociais dos grupos. Ela depende de experiências compartilhadas (OSTROM, 1990; CUNHA, 2004; SABOURIN, 2005; OLIVEIRA, 2005).

A cooperação varia entre os diferentes grupos sociais, para Ostrom (1998) em referência à utilização da experiência compartilhada, as normas e regras que orientam as ações dos indivíduos. Normas seriam os valores internos ao indivíduo – positivos ou negativos – acerca de tipos particulares de ação. As regras, por outro lado, seriam disposições compartilhadas por um grupo de indivíduos, que as têm desenvolvido ao longo do tempo, acerca de situações em que determinadas ações podem ou não ser empreendidas, implicando em que sanções possam ser aplicadas contra aqueles que contrariarem estas disposições. Com a repetição de situações na vida dos indivíduos, estes passam a se utilizar também da experiência compartilhada para adequar suas estratégias de ação (CUNHA, 2004, p. 15).

Fica evidente que os grupos de indivíduos fazem uso de suas experiências compartilhadas para ajustarem sua ação coletiva. Essas experiências são possibilitadas pela convivência orientada por normas de conduta individual e por regras sociais de convivência (OSTROM, 1990). A inserção da cooperação a partir dos Fundos Rotativos Solidários em Mandacaru evidencia como a ação coletiva foi ajustada através das experiências compartilhadas pelos membros da comunidade.

No final de 2005 chegaram os recursos do P1MC para a construção de 05 cisternas em Mandacaru. Havia, também, o recurso para mais uma cisterna proveniente do repasse do último grupo de FRS. Neste ano, a Associação estava passando por uma nova administração, a de Pedro – agricultor experimentador. A administração de Pedro estava sendo beneficiada pela fase de revitalização social possibilitada pela retomada do funcionamento dos FRS. Pedro organizou a associação de maneira que os sócios voltaram a contribuir com as

mensalidades e a participar das reuniões. A comunidade estava vivenciando um momento no qual a situação conflituosa de outrora haviam sido temporariamente apaziguada.

A retomada da *confiança* e da *reputação* perdidas pelos experimentadores deu-se pela retomada do trabalho com os FRS e pela boa administração de Pedro. Assim, em novembro de 2005 mais um grupo de fundo rotativo foi formado, ato que dois anos antes não teria sido possível, já que os demais membros da comunidade não acreditavam mais no sistema nem nos seus principais organizadores.

Desta vez, os recursos das cisternas vieram do P1MC mediante a Unidade Gestora – UG: PB 06 – administrada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Soledade. Com o advento do P1MC, a forma de encarar os FRS havia sido transformada: a intervenção do agente mediador foi reduzida, devido à urgência que o programa estabelece para o cumprimento dos prazos e pela quantidade de comunidades a serem atendidas ao mesmo tempo, conseqüentemente, mais autonomia foi dada às comunidades que além de gerenciarem seus fundos se responsabilizariam pelo montante final dos repasses.

A comunidade Mandacaru, por sua vez, também não era mais a mesma. Pois, passara por uma longa experiência de quase 10 anos com os fundos rotativos, experiência que lhe conferiu certa aprendizagem coletiva, derivada dos conflitos e dos arranjos que teve que criar para enfrentar os problemas. O novo grupo formado por 06 famílias recebeu suas cisternas de uma vez. O repasse dos recursos dessas cisternas vai beneficiar as 03 famílias restantes. Esse novo grupo foi formado numa reunião da associação, onde ficou decidido que os últimos três membros do último grupo de FRS e os mais carentes – de água e financeiramente – seriam os primeiros beneficiados. Para com os repasses contemplar as 03 últimas famílias da comunidade que ainda não possuem cisternas.

Assim a distribuição por cisterna na comunidade ficou da seguinte maneira:

Tabela 07 – Distribuição de cisternas na comunidade

ORIGEM DAS CISTERNAS	<i>DISTRIBUIÇÃO POR FAMÍLIAS</i>
Cisternas de placas dos 03 primeiros grupos de FRS/1997 a 2005	<i>13 famílias</i>
Cisternas de placas do novo grupo de FRS do P1MC/2005	<i>06 famílias</i>
Cisternas de placas construídas com recursos próprios	<i>02 famílias</i>
Cisternas quadradas (feitas antes da introdução das cisternas de placas)	<i>05 famílias</i>
Famílias sem cisternas	<i>03 famílias</i>
TOTAL	<i>29 famílias</i>

Segundo o coordenador técnico da UG: PB 06 – STR Soledade, havia recurso para contemplar todos os camponeses de Mandacaru. Os três que restaram não receberam a cisterna por não corresponderem aos critérios do programa: um mora na propriedade do pai que já possui cisterna de placas, os outros dois não residem na casa onde gostariam de construir as cisternas. O P1MC só contempla famílias sem cisterna que residem nas casas nas quais irão ser construídas as novas.

Houve na Comunidade uma onda de rejeição aos critérios estabelecidos para as cisternas do P1MC. Os camponeses não queriam que ninguém ficasse de fora. No caso de todos serem contemplados com as cisternas do P1MC, a comunidade havia acertado que os repasses do FRS seriam revertidos para outras ações: cercas de tela, recuperação dos telhados, construção de banheiros com fossas sépticas. Porém, como 03 famílias ficaram de fora, o destino das primeiras devoluções será para a construção das últimas cisternas e só depois contemplará as outras ações.

Estes momentos de decisões e ajustes comuns foram diferentes das decisões tomadas nas primeiras reuniões dos FRS em 1997. Antes a iniciativa de formar grupos de FRS em Mandacaru fora do STR e dos agricultores experimentadores. Muitas das decisões partiram do

mediador; foram os técnicos que ensinaram o que era o fundo rotativo e como ele deveria funcionar. Também foi do STR a decisão de transformar Mandacaru numa comunidade modelo de iniciativa, de experimentação tecnológica e de ajuda mútua. Claro que alguns experimentadores embarcaram na experiência vinda de fora e individualmente conseguiram alguns ganhos, mas coletivamente quase que minaram suas reputações, abalando a confiança, depositada pelo grupo que os tinha feito líderes. Agora, muitos dos erros cometidos anteriormente passaram a ser levados em consideração. Isto fica notório numa fala colocada por um camponês na reunião da Associação:

Vamos priorizar os que precisam de cisternas. Dos três que restam do grupo anterior, todos têm como se virar. Os outros têm crianças pequenas e idosos em suas casas e não possuem nenhuma espécie de reservatório de água. Vamos começar por quem precisa mais. Antes começamos pelos que podiam pagar, para que o fundo chegasse mais rápido nos outros. Vimos que foi um grande erro. Quem precisava esperou por muito tempo, agora é vez deles (Joaquim).

Embora tudo estivesse pronto para construir todas as novas cisternas muito rapidamente, decidiram iniciar pelas cisternas das famílias mais carentes, com crianças ou idosos. Também combinaram que, em vez de um membro ficar responsável pelo recolhimento do repasse das parcelas, será constituída uma comissão formada por três membros. Esta comissão será renovada a cada ano e terá como responsabilidade principal a prestação de contas que deverá ser feita nas reuniões da Associação.

Outro acordo foi o de tentar criar oportunidades para que os mais carentes ou os que estiverem passando por uma situação financeira difícil, possam contribuir com o FRS através de trabalho prestado à comunidade ou a outra pessoa que esteja necessitando de prestação de serviço.

As cisternas foram construídas a partir de mutirões. Só que em alguns casos, não foi

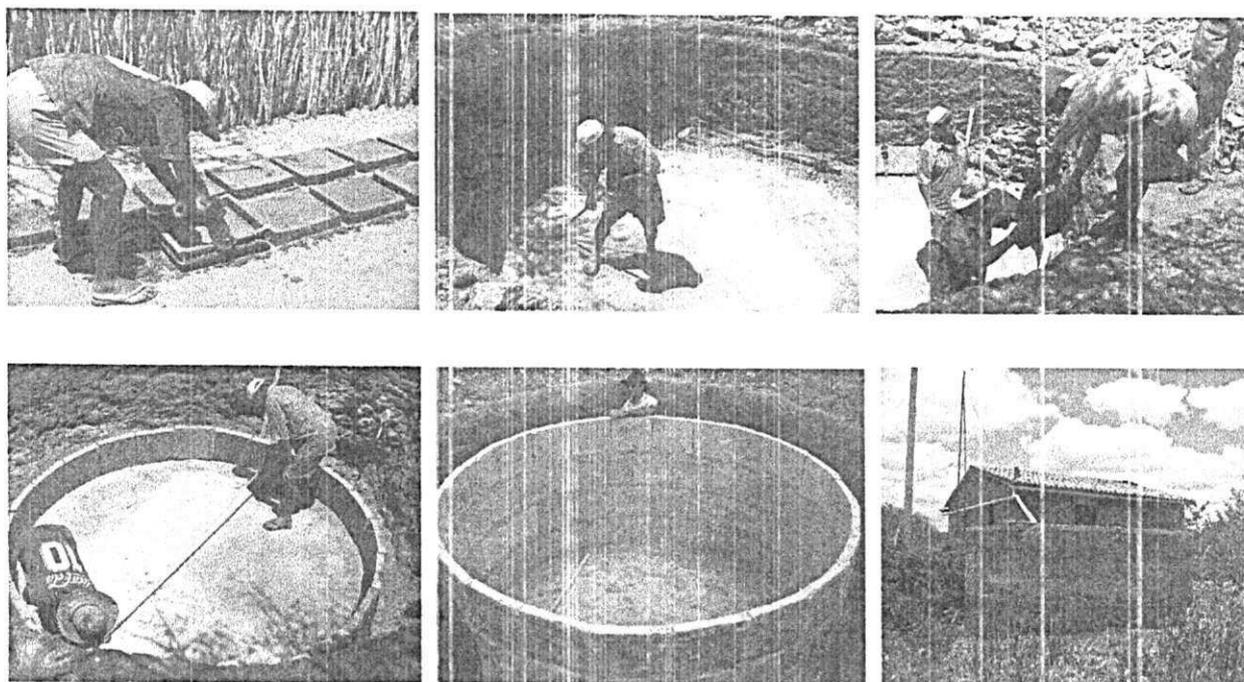


Ilustração 16: mutirão de construção da cisterna de Mauro, membro do novo grupo de FRS/2005.
Fonte: Oliveira/GPAF

possível mobilizar todos os membros do grupo, pois alguns trabalhavam como diaristas em estabelecimentos agrícolas de comunidades vizinhas. Portanto, se um desses membros comparecesse a todos os mutirões, ficaria pelo menos um mês sem salário.

A mobilização, nesta nova fase, partiu dos membros da comunidade. Desta vez, foram eles que criaram as regras que servirão de apoio à gestão dos fundos rotativos. Como são eles os responsáveis diretos pela organização e pelo futuro da ação coletiva, advinda do sistema de FRS, esse fato poderá ajudar a acionar os mecanismos de controle sugeridos e aprovados pelo grupo. A clareza de propostas e regras facilita a ação coletiva de um grupo, mesmo quando não há como garantir a plena cooperação de todos até o fim do processo (OSTROM, 1990; PUTNAM, 1996).

A experiência compartilhada por todos da comunidade facilitou o engajamento e a adequação das regras para o funcionamento do novo grupo de FRS. Se de fato as coisas irão ocorrer como o grupo espera, não dá para saber. Mas, os membros da comunidade aprenderam,

a partir das experiências que compartilharam ao longo de quase 10 anos, a criar e seguir suas próprias regras. Portanto, o sistema de FRS funciona na prática de maneira muito diferente em cada comunidade. Além do mais, se dá às vezes de forma diferente do que foi idealizado, seja pelo mediador, seja pelo grupo, pois, os processos sociais são dinâmicos e muitas vezes imprevisíveis, dependendo da ação conjunta de vários atores sociais, de várias conjecturas econômicas, políticas, sociais e culturais que, ao serem desencadeadas, podem levar a um fim que não foi precisamente o planejado pelo grupo. Assim, pode-se reafirmar que os processos sociais não são planejados, porém possuem uma direção certa (ELIAS, 1994b).

Mesmo com todas as transformações ocorridas, há em Mandacaru, a persistência da figura do líder. É como se naquela comunidade as coisas só pudessem funcionar se houver um indivíduo ou um grupo que exerça o lugar de mando para que os outros possam segui-lo. O trabalho com o novo grupo de FRS tem obedecido a decisões tomadas em comum. Porém, a figura de Pedro, identificado por todos como o neto que reúne a maioria das características do Vô Neco, está sempre presente, como se a comunidade dependesse da opinião dele para tomar as decisões comuns. Essa reprodução do poder paterno, aos moldes weberianos, aponta para o fato de que em Mandacaru a ação coletiva depende diretamente da influência exercida pelo líder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comunidade Mandacaru, pode ser entendida como uma comunidade de parentesco e de lugar, como definiu Tönnies (1979). Isso porque ela é formada por um grupo de camponeses que descendem de um mesmo tronco familiar; todos são parentes, à exceção de duas famílias que compraram terras no lugar, porém que se integraram nas relações sociais de parentesco a partir do casamento e do compadrio. Também foi verificado o apego à terra, já que a comunidade anteriormente era a fazenda da família. De acordo com Sabourin (2003, p. 147), “*Essas localidades (comunidades) agrupam, muitas vezes, os camponeses que ocupavam terras de alguma antiga propriedade – fazenda – desmembrada e dividida, seja por sucessivas heranças, seja por transação ou doação*”. Em Mandacaru encontramos as duas situações: a transmissão por herança e a compra ou transação comercial; sendo que o que predominou foi a divisão e transmissão entre os parentes. Esse fato evidencia o afeto ao lugar de nascença, bem como um forte sentimento de pertencimento e interconhecimento.

Na comunidade, a permanência de prestações econômicas não mercantis e o manejo comunitário de bens ou recursos coletivos coexistem com uma integração ao mercado, e essa integração, na maioria dos casos, apresenta-se de forma conflituosa. As prestações econômicas não mercantis correspondem à permanência de *práticas cooperativas*: tradicionais ou “novas”. Nas tradicionais, pode-se evidenciar o trabalho em mutirão, a troca de pastos, o escambo dos excedentes; enquanto nas “novas”, destaca-se o associativismo e os Fundos Rotativos Solidários.

Essas práticas cooperativas são consideradas “novas” por inserirem novos elementos e novos atores na composição das relações sociais presentes na comunidade. Porém, elas não negam as práticas tradicionais, muito pelo contrário; ao passo que vão adentrando o espaço

social da comunidade, elas se apóiam nos laços de confiança, solidariedade e reciprocidade já existentes, incentivando-os e reforçando-os. Um bom exemplo disso são os Fundos Rotativos Solidários.

O fato de ter guardado todas estas características de comunidade rural tradicional não livra Mandacaru de conflitos de interesses divergentes. Muito pelo contrário, a diferenciação de interesses é percebida em diversos âmbitos: social, econômico e político. Há evidentes disputas por lugares de poder, na associação, na relação com a ONG e na liderança dos FRS.

Queremos deixar evidente que não apresentamos a comunidade como o lugar do *deve ser*, como a “boa comunidade”, e sim como o lugar do *ser*, da realidade que a abraça.

A informalidade do sistema de FRS que se apresenta na falta de um contrato rígido com garantias e punições precisas faz da reputação e da confiança entre os membros do grupo elementos essenciais à cooperação. A decisão de um membro de participar ou não de um grupo de FRS, depende de sua reputação e dos laços sociais de confiança que servem como garantia para a circulação e a perenidade da reciprocidade.

No sistema de FRS o laço social de reciprocidade é um elemento que favorece a ação cooperativa entre os camponeses. Este laço produz certo tipo de coerção que garante o retorno necessário a manutenção da rotatividade dos fundos. Portanto, o tipo de relação estabelecida entre os membros dos grupos de FRS vai muito além da economia de intercâmbio, trata-se de uma lógica que envolve a economia de reciprocidade por estar estreitamente vinculada aos costumes e hábitos arraigados na cultura e no social.

No caso dos FRS, é o interesse de possuir um bem específico -- a cisterna, a barragem subterrânea, etc. -- que possibilita a formação do grupo que irá cooperar, já que individualmente seria oneroso ou desvantajoso alcançar o objetivo desejado. Esse tipo de interesse pode ser considerado como um impulso primeiro. Há de ser destacado que outros

interesses surgem após a formação do grupo, sendo que o principal é o interesse coletivo e individual em manter a cooperação para garantir que os membros recebam o benefício um após o outro.

Entretanto, sozinhos, os interesses não sustentariam a manutenção da cooperação até que todos do grupo sejam contemplados. Pois, se fosse só esse interesse individual, a deserção poderia ocorrer no momento em que os primeiros membros do grupo recebessem o bem desejado. No tocante ao interesse coletivo, este vai enfraquecendo ao passo que os membros são contemplados. Isto ocorre porque quanto mais estiverem perto do fim, menos interesses individuais são agregados, a não ser que haja a intenção do grupo em formar um novo fundo. Daí o papel dos laços sociais para a sustentação da cooperação. Eles dão um tipo de suporte coletivo agregador, porém coercitivo, que os interesses sozinhos não ofereceriam.

Observar os Fundos Rotativos Solidários a partir da dimensão comunitária é o mesmo que olhar para a realidade de um grupo por intermédio de uma lupa que super-dimensiona os fatos que de longe parecem insignificantes, podendo passar despercebidos por um olhar desatento.

Nas comunidades, os FRS apresentam de fato a sua verdadeira forma, já que esta é vinculada diretamente à realidade das relações sociais lá estabelecidas. Os fundos dependem da maneira como os membros dos grupos se relacionam e conduzem suas ações individuais e coletivas. Eles estão fortemente atrelados às normas de conduta e as regras sociais de um grupo. Sendo assim, se numa dada localidade prevalecem o individualismo e regras sociais assimétricas reforçadas pelas desigualdades ou, ao contrário, se o sentimento de ajuda mútua impulsiona regras simétricas baseadas na igualdade entre os indivíduos, a cooperação de que o FRS necessita para funcionar pode assumir qualquer uma destas formas. Isto significa dizer que em comunidades diferentes e em momentos diferentes, mesmo que numa mesma comunidade, não é possível existir fundos rotativos semelhantes. Significa também que a

cooperação tanto pode funcionar em lugares onde a assimetria provoca o surgimento de líderes que conduzem o processo de forma coercitiva de cima para baixo, reforçando as desigualdades, como pode funcionar através da cooperação horizontal de todos.

O caso de Mandacaru mostra essa dimensão comunitária dos FRS, atrelada ao comportamento dos indivíduos em comunidade, onde a reputação e a confiança associadas às regras de solidariedade e reciprocidade são os principais elementos que possibilitam a cooperação, mesmo que essas regras sejam assimétricas e contrariem a ideologia romantizada proposta pelos mediadores. Diante das características históricas e socioculturais de Mandacaru, verifica-se que a maneira como os FRS foram conduzidos e se realizaram, só pode ser encarada como uma realidade *sui generis* própria de lá. Mas de maneira geral pode servir de parâmetro para estudos futuros em outras comunidades.

A dimensão comunitária também permite refletir sobre o fato que, de longe da realidade encontrada nas comunidades, os FRS não passam de um conjunto de regras preestabelecidas idealizadas e propostas por agentes mediadores. O sistema só se realiza a partir de sua aplicação real e quando é aplicado, as regras do jogo mudam e assumem conotações próprias de cada localidade. Portanto, não dá para apostar no funcionamento dos FRS a partir dos valores sociais de um grupo baseando-se no que ocorreu em outro grupo diferente. Também seria leviano afirmar que os FRS de Mandacaru funcionaram mal, por não terem funcionado da maneira pensada pelos mediadores e pela comunidade, apenas eles funcionaram de acordo com as relações sociais lá existentes e estabelecidas desde longa data, sejam as melhores ou as piores, são as de lá, lá de Mandacaru.

Por outro lado, o estudo localizado dos Fundos Rotativos Solidários sob a ótica de uma comunidade rural aponta para vários aspectos que não foram aqui aprofundados ou discutidos, tais como: os tipos de políticas públicas que envolvem o sistema de FRS; a tensão política e econômica entre a política pública do Governo Federal e ação da ASA-BR que

envolve o sistema a partir do P1MC; a importância da diferenciação do papel dos agentes mediadores, lideranças e atores sociais coletivos no processo que envolve o funcionamento dos FRS; a questão da dimensão socioeconômica, a partir da importância de uma forma de associação de crédito diferenciada para produção e reprodução da vida campesina. Essas possibilidades e outras tantas que não foram mencionadas poderão servir de objeto de estudo em outras oportunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **A formação do capital social para o desenvolvimento local sustentável.** Maranhão. II Fórum Contag de Cooperação Técnica. Mimeo, 1998.
- _____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992.
- ARDENER, S. **The comparative study of rotating credit associations.** Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1964.
- ARISTÓTELES. **A Política.** São Paulo: Ed. Martin Claret, 2001.
- ARON, R. **As Etapas do Pensamento Sociológico.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1982.
- _____. **O Marxismo de Marx.** São Paulo: ARX, 2003.
- ASA-BR. **Projeto do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido (P1MC).** Recife, 1999.
- _____. **Uma aula diferente – aprendendo sobre água de cisterna.** Série Compartilhando Experiências – nº 1. Diaconia. Recife, 2002.
- _____. **Manual como fazer, programa água 10, Caatinga.** Recife, 2003.
- AUTHIER, M. **Le Pays des Connaissances.** Le Rocher, Paris, 1998.
- BACHELARD, G. **Epistemologia.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1977.
- BIANCHINI, V. **Estratégia para o desenvolvimento rural.** In: Série textos para discussão nº 2. Brasília, 2002.
- BITTENCOURT, G. A. **Cooperativas de crédito solidário.** Brasília. Estudos NEAD nº 4, 2001.
- _____. & ABRAMOVAY, R. **Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar.** Brasília. Mimeo, 2001.

- BOBBIO, N. **O significado de política**. In: CARDIN, C. H. Curso de introdução à Ciência Política. Brasília: Ed. UNB, 1982.
- BOBBIO, N., MATTEUCI, N. & PASQUINO, G. **Dicionário de Política I e II**. Brasília: Ed. UNB, 2004.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- _____. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand, 1989.
- _____. **Escritos de Educação**. Org. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.
- BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**. Campinas – SP: Ed. UNICAMP, 1999.
- CALVINO, I. **Fábulas Italianas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 64-69.
- CHÂTELET, F. **História das idéias políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CHATELET, F. & PISIER-KOUCHNER, É. **As concepções políticas do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- COATE, S. & LOURY, G. **The economics of rotating savings and credit associations**. American Economic Review, 1992.
- COHEN, H. **A Idéia de Gemeinschaft: rumo a uma nova sociologia humanística**. In MIRANDA(org.): **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: USP, 1995.
- COLE, G. D. H. **A Century of Co-operation**. Manchester, Co-operative Union Ltd., 1994.
- CUNHA, L. H. **Manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia: arranjos institucionais e mediação externa**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, 2002.

_____. **Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais.** In: Revista Raízes, Campina Grande: UFCG/PPGS, vol. 23, 2004.

DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

DANIEL, A. & GAL, N. **Pesquisa sobre organização cooperativa no Nordeste do Brasil.** Fortaleza, 1981.

DINIZ, O. C. **Ação coletiva e convivência com o Semi-Árido: A experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano.** Dissertação de Mestrado em Sociologia, Campina Grande: UFPB/UFCG-PPGS, 2002.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam.** São Paulo: Ed. USP, 1998.

DUQUE, G. **Experiência de crédito alternativo para a agricultura familiar: caminhos de solidariedade e cidadania.** Florianópolis. V Simpósio IESA/SBSP, CD-Rom, 2002.

DUQUE, G. & OLIVEIRA, M.S.L. **A contribuição dos Fundos Rotativos Solidários para o desenvolvimento sustentável do semi-árido.** Comunicação apresentada no Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste, Aracaju, 2003a.

_____. **A experiência da ASA/PB com os Fundos Rotativos Solidários.** In Encontro ABCMAC, 2003b.

_____. **Alternative Credit and Collective Management in the Rural Communities: Local Partners Roles.** Agricultura Familiar: A Diversidade das Situações Rurais, CD-ROM do GPAF, v. 1, No. 10, 2005.

_____. **Crédit Alternatif et Gestion Collective dans les Communautés Rurales.** In: Agricultura Familiar: A Diversidade das Situações Rurais, CD-ROM do GPAF, v. 1, No. 11, 2005.

DUQUE G.; SIDERSKY, P. E OLIVEIRA M S L. **Fundos rotativos: organização e desenvolvimento local no semi-árido paraibano - potencial e limites do resgate das tradições de reciprocidade.** In: Revista Raízes, UFCG/PPGS, vol. 23, 2004.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico.** São Paulo: Martin Claret, 2001.
1968.

_____. **Da Divisão do Trabalho Social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Lições de Sociologia.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Sociologia e Filosofia.** São Paulo: Ícone, 1994.

_____. **Sociologia e Ciências Sociais.** In: A ciência Social e a Ação. São Paulo: Difel, 1975.

_____. **O Suicídio.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Une Analyse de Ferdinand Tönnies, Gemeinschaft und Gesellschaft: Abhandlung des Communismus und des Socialismus als empirischer Kulturformen.** Paris: Revue Philosophique, p. 416, 1889.

ELIAS, N. **A Sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.

_____. **O processo civilizador.** vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b.

ELIAS, N & SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ELSTER, J. **Peças e engrenagens das Ciências Sociais.** São Paulo: Relume Dumará, 1986.

FAO / INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Projeto UFT/BRA/036/BRA, p. 04, Brasília, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986

FOURIER, C. **Oeuvres, Anthropos,** vol. 6. Paris, 1966.

_____. **Vers la liberté en amour.** In: GUÉRIN & GALLIMARD, col. "Idées", 1975.

- FRANÇA, G. C. L. **A problemática da economia solidária**. In: Sociedade e Estado. Vol. XVI. Ed. UNB, 2001.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos. 1989.
- _____. **O saber local**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- _____. **The rotating credit associations: a middle rung in development**. Economic Development and cultural change, 1962.
- GENTIL, D. & FOURNIER. **Pueden los campesinos ser banqueros? Nicaragua**: IRAM, 2000.
- GIDDENS, A. **Política, Sociologia e Teoria Social**. São Paulo: Unesp, 1998.
- GIDE, C. **“Introduction”**. In: FOURIER, C. **Design for utopia: Selected writings of Charles Fourier**. New York, Schocken Books, 1971.
- GODBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro. Ed. F. G. Vargas, 1999.
- GODELIER, M. **“O Enigma do Dom”**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GODOI, E, P. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas – SP: Ed. UNICAMP, 1999.
- GOHN, M. G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GUIMARÃES, G. **Sindicalismo & Cooperativismo: economia solidária em debate**. Rio de Janeiro: Unitrabalho, ?
- GUY, N. **O dom ritual, face velada da modernidade**. In: MARTINS, P. H. **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2002.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1987.
- HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1979.
- HERMET, G. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis – RJ. Ed. Vozes, 2002.

- HINDESS, B. **Interesses**. In: OUTHWAIT, W. & BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- HOBBS, T. **O Leviatã**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- HUGON, P. **Incertitude, précarité et financement local: le cas des économies africaines**. In *Revue Tiers-Monde*, 1996.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados dos Censos Demográficos**. Rio de Janeiro, 1991 e 2000.
- LAMARCHE, H. **Introdução Geral. A agricultura familiar**. Campinas. Ed. Unicamp, 1993: 13-33.
- LANNA, M. P. D. **A dádiva divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro**. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.
- LAZZARETTI, M. A. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.
- LÖVY, M. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e positivismo na Sociologia do Conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1998.
- MANCE, E. A. **A revolução das redes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- _____. **Redes de colaboração solidária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MARTINS, P. H. **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2002.
- MARX, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. In: K. Marx e F. Engels: *História*. Org. F. Fernandes. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. **O Método da Economia Política**. In: K. Marx e F. Engels: *História*. Org. F. Fernandes. São Paulo: Ática, 1994.

- _____. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. **O Capital**. Liv. I e II. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.
- MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, K. & ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MAUSS, M. **Essai sur le don**. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1978.
- MENEZES, M. A. **Relações de solidariedade em comunidade de camponeses-trabalhadores migrantes**. In: Informação e Sociedade: Estudos, João Pessoa: UFPB, v.6, n. 1, p. 57-72, 1996
- MERLO, V. **Rumo à origem da sociologia rural: vontade humana e estrutura social no pensamento de Ferdinand Tönnies**. In MIRANDA (org.), **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: USP, 1995.
- MIRANDA, O. (org.) **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: USP, 1995.
- OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.
- OLIVEIRA, M. S. L. **Reciprocidade e Sociabilidade no Cariri Paraibano: o caso da Comunidade Mandacaru**. Agricultura Familiar: A Diversidade das Situações Rurais, CD-ROM do GPAF, v. 1, p. 1-20, 2005.
- _____. **É dando que se recebe: práticas de reciprocidade tradicionais e novas em comunidades rurais**. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2004, São José dos Campos - SP. Anais de Trabalhos Completos, VIII INIC e IV EPG, 2004b.
- _____. & DUQUE, G. **A importância dos fundos rotativos solidários para o desenvolvimento sustentável do semi-árido paraibano**. In: IV ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2004, São José dos Campos - SP. Anais de Trabalhos Completos, VIII INIC e IV EPG, 2004a.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action.** Cambridge: Cambridge Press, 1990.

_____. **A behavioral approach to the rational choice theory of collective action.** In : American Political Science Review, v. 92, 1998.

OWEN, R. **Le nouveau monde moral.** In: MERTON, A. L. Textos escolhidos, Ed Sociales, 1963.

PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades. **Desenvolvimento da agricultura sustentável: de uma experiência comunitária a uma ação municipal.** Relatório de atividades, 2000.

PIERSON, D. **Estudo de ecologia humana.** São Paulo: Martins, 1970a.

_____. **Estudos de organização social.** São Paulo: Martins, 1970b.

PIRES, M. L. L. S. **O cooperativismo agrícola em questão.** Recife. Ed. Massangana, 2004.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ROCHA, J. C. & COSTA, J. W. S. **Fundo Rotativo Solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável do semi-árido.** In: **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, gerando riquezas e novos valores.** v. 2, nº 3: LEISA, 2005.

ROMANO, J. & DELGADO, N. **El estudio de formas asociativas alternativas em la agricultura: los casos de Argentina y Brasil.** Argentina, 1995.

ROUSSEAU, J-J. **O Contrato Social.** São Paulo: Cultrix, 1999.

_____. **Discurso sobre as Origens e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens.** São Paulo: Cultrix, 1999.

SABOURIN, E. **Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro.** Campina Grande, Revista Raízes. Vol. 1, Nº. 20, pp. 41-49: Ed. Universitária da UFPB, 1999.

- _____. **Camponeses do Sertão**. Brasília/DF: Embrapa, 2003.
- _____. **Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas**. In: Revista Tomo, nº VII, São Cristóvão-SE, 2004.
- SABOURIN, E., DUQUE, G. *et al.* **Reconnaissance publique des acteurs collectifs de l'agriculture familiale au Nordeste**. Cahiers Agricultures, Paris - FR, v. 14, n. 01, p. 111-115, 2005.
- SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- _____. **Stone age economics**. Chicago: Aldine-Attherton, 1972.
- _____. **Sociedades Tribais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1970.
- SANTOS, B. S. **Produzir para viver: caminhos da produção capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHRÖDER, M. **O cooperativismo de crédito rural em Santa Catarina: possibilidades e limites de uma alternativa para a agricultura familiar**. Dissertação de Mestrado. Unicamp. Campinas/SP, 1998.
- SEN, A. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.
- SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituação e desconceituação**. Cebrap, nº 26, São Paulo. 1980.
- SIDERSKY, P. **Relatório de pesquisa**. Campina Grande: Mimeo, 2002.
- SILVA, L. H. **Do Procefa ao Pronaf: impactos sociais dos programas de crédito em assentamentos rurais**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFPB – PPGS. João Pessoa, 2002.
- SINGER, P. **Desafio à solidariedade**. In: GUIMARÃES (org). **Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate – transformações no mundo do trabalho**. São Paulo. Ed. Unitrabalho, 2001.

- _____. **Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TEMPLE, D. **Les structures élémentaires de la réciprocité.** La Revue du MAUSS, Plus réel que le réel, le symbolisme. Paris, nº 12, 1998.
- TÖNNIES, F. **Comunità e Società.** Milão: Comunità, 1979.
- URRY, J. **Ação coletiva.** In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- VÉLEZ-IBAÑEZ, C. **Bonds of mutual trust: the cultural systems of rotating associations among urban Mexicans and Chicanos.** New Brunswick, N. J. Rutgers University Press, 1993.
- VELHO, G. **Observando o familiar.** In: **Aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo.** In: **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2000.
- WARREN, I. S. **Novos atores e práticas políticas ambientalistas na era da globalização.** In: **Revista Sociedade e Estado.** v. XI, nº1, 1996.
- WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais, I e II.** São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **Economia e sociedade, I e II.** Brasília: Ed. UNB, 1999.
- _____. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1982.
- WILLIAMS, B. A. O. **Formal structures and social reality.** In **Trust: Making and Breaking Cooperative Relations.** Oxford: Blackwell, 1988.
- WILLIAMS, R. **Keywords: a vocabulary of culture and society.** Londres: Fontana/Flamingo, 1976.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1970.

WOORTMANN, E. **O sítio camponês**. Anuário Antropológico/8. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

WOORTMANN, K. **Com parente não se 'neguceia'**: O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87. Brasília: Ed. UNB, 1990.